

**CULTURA
E ANÁLISE CULTURAL
UM ENSAIO SOBRE A DISCIPLINA
DE CULTURA INGLESA I
NA FACULDADE DE LETRAS
DE LISBOA**

Luísa Leal de Faria

**CADERNOS
DE ANGLÍSTICA - 3**



**Edições
Colibri**

Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa

CULTURA E ANÁLISE CULTURAL

**UM ENSAIO SOBRE A DISCIPLINA DE CULTURA INGLESA I
NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA**

CADERNOS DE ANGLÍSTICA

DIRECÇÃO

Maria Helena de Paiva Correia

Luisa Maria Flora

Maria Salomé Machado

1 - HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA

Júlia Dias Ferreira

2- THE CROSSROADS OF GENDER AND CENTURY ENDINGS

Alcinda Pinheiro de Sousa, Luisa Maria Flora and Teresa de Ataíde Malafaia (eds.)

3 - CULTURA E ANÁLISE CULTURAL

UM ENSAIO SOBRE A DISCIPLINA DE CULTURA INGLESA I NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Luisa Leal de Faria

**CULTURA
E ANÁLISE CULTURAL**
UM ENSAIO SOBRE A DISCIPLINA
DE CULTURA INGLESA I
NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Luísa Leal de Faria

**CADERNOS
DE ANGLÍSTICA - 3**



Edições Colibri

Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa

BIBLIOTECA NACIONAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Cultura e análise cultural : um ensaio sobre a disciplina
de cultura inglesa I na Faculdade de Letras de Lisboa. -
(Cadernos de Anglistica ; 3)

ISBN: 972-772-214-8

CDU 378.4(469.411.16)
008(-1.410)

CULTURA E ANÁLISE CULTURAL
UM ENSAIO SOBRE A DISCIPLINA DE CULTURA INGLESA I
NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

AUTORA

Luísa Leal de Faria

DESIGN, PAGINAÇÃO E ARTE FINAL

inesmateus@oniduo.pt

EDIÇÃO

Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa
e

Edições Colibri

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1600-214 Lisboa

Tel./Fax: 21-796 40 38

Março 2001

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Colibri - Artes Gráficas, Lda.

TIRAGEM 750 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 159 906/00

PATROCÍNIO

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Índice

Nota introdutória	7
Preâmbulo	11
Introdução geral ao programa	
Continuidade e inovação: cultura, estudos de cultura e cultura inglesa .	17
Linhas estruturantes do programa	25
Indicação sumária dos conteúdos	27
Orientações metodológicas	31
Estrutura do programa de Cultura Inglesa I	37
Desenvolvimentos programáticos	
Primeiro semestre	39
Segundo semestre	71
Metodologia e avaliação	101
Sumários lectivos	
Primeiro semestre	105
Segundo semestre	111
Bibliografia	115
Notas	125

Nota introdutória

O ensaio que a seguir se apresenta constitui um exercício de reflexão sobre uma disciplina curricular compreendida no actual plano de estudos da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, com a variante de Inglês, leccionada na Faculdade de Letras de Lisboa.

A disciplina de Cultura Inglesa I tem sido, desde há uma década, objecto de inúmeros debates entre os colegas que a têm leccionado, quer em sede de coordenação, quer em diálogos acidentais ou intencionais, que permitem a troca mais informal mas não menos informada de pontos de vista. Destes diálogos têm resultado programas coordenados, mas tem-se tornado evidente, também, que a definição dos conteúdos desejados e das metodologias adequadas é susceptível de infinitas variações. Também os pontos de vista teóricos que devem presidir à definição dos conteúdos têm sido sujeitos a debate, não se registando sempre convergência nas fundamentações preferidas por cada um.

Num ponto, no entanto, todos os docentes que têm reflectido sobre o perfil da Cultura Inglesa I, em cujo grupo me incluo, estiveram sempre de acordo: o que pensamos ser indispensável conter no limite anual desta disciplina extravasa em tanto o que é razoável esperar dos professores, dos alunos e do “sistema”, num programa anual, que facilmente poderia caber em dois ou três anos curriculares.

Foi a vontade de ensaiar as possibilidades de acomodar as diferentes matrizes teóricas, os conteúdos descritivos, a interpelação crítica que me parecem fundamentais, dentro de um largo espectro de introdução e de análise

da cultura inglesa, num ano lectivo apenas, que precipitou a construção do projecto que, de seguida, apresentarei.

Ao fazê-lo, não me limitarei a apresentar um conjunto de posições teóricas. Pretendo, sobretudo, descrever o modo como, na prática, esta disciplina pode ser leccionada, o que inclui também considerações sobre os processos de ensino-aprendizagem e de avaliação, bem como a tentativa de demonstrar, através dos sumários de 50 aulas teórico-práticas, ser possível a inclusão nelas de todas as perspectivas e itens desenvolvidos em partes anteriores do ensaio. E, como é evidente, uma cuidadosa selecção de bibliografia, apresentada em vários segmentos, consoante a natureza e os objectivos de cada espécie, faz parte integrante deste projecto.

As limitações, os constrangimentos, os critérios de selecção e hierarquização a que ele está sujeito aparecerão na exposição que se segue. Fica esta como um exercício de disciplina académica, que procura conciliar o desejável com o possível.

Luisa Leal de Faria

Cultura e Análise Cultural
Um ensaio sobre a disciplina de Cultura
Inglesa I na Faculdade de Letras de Lisboa

LUISA LEAL DE FARIA
University of Lisbon

Preâmbulo

A estrutura curricular de um curso de licenciatura deve ser pensada com vista ao desenvolvimento de conhecimentos e de capacidade crítica numa área do saber susceptível, ela própria, de desenvolvimento através da reflexão e da pesquisa. Não quer isto dizer que os cursos de licenciatura devam perpetuar divisões epistemológicas tradicionais, sem nunca alterar a sua estrutura, os seus conteúdos ou as metodologias de investigação e de transmissão. Como é de todos sabido a introdução das línguas e literaturas modernas nos planos de estudo universitários tem uma história relativamente recente, e a definição do perfil, ou dos perfis, da área de Inglês (*English, Eng.Lit.*), tem sofrido modificações substanciais ao longo deste século. Estas não se inscrevem apenas no quadro da selecção de textos “canónicos” ou de escolha da aproximação crítica aos mesmos. A permanente problematização da natureza desta área de estudos evidencia o seu próprio dinamismo e confirma o seu estatuto científico. Nos anos mais recentes o debate em torno da Literatura Inglesa tem assumido contornos que extravasam da simples definição de conteúdos e metodologias para a dimensão político-ideológica do saber e recupera as polémicas, muito mais antigas, sobre a função da Universidade.

Sem me alargar sobre o tema fascinante que é o cruzamento de argumentos a favor ou contra a Universidade “liberal”, em que o saber é um fim em si mesmo, como Newman defendia, e em que as humanidades têm preponderância sobre disciplinas de carácter técnico enquanto instrumentos adequados para a formação do espírito crítico, individual, ou os argumentos a favor ou contra o saber útil, profissionalizante, desenvolvido e ministrado com vista ao cumprimento de uma missão social da Universidade, desejaria apenas sublinhar que, a meu ver, há um terceiro elemento que desempenha um papel fundamental em qualquer debate sobre a Universidade e a natureza dos cursos que nela são ministrados. Este terceiro elemento, que se acrescenta às perspectivas mais ou menos teóricas sobre a função da Universidade, é a

própria história e contextualização de cada Universidade ou de cada curso. A natureza pública, ou privada, mais antiga ou mais recente, das instituições de ensino superior, as circunstâncias da sua fundação, as vicissitudes do seu percurso, são, a meu ver, condicionantes poderosíssimas de qualquer projecto de alteração, tanto de estruturas como de conteúdos curriculares.

Assim, ao pensar no formato de uma disciplina que me interessa particularmente, integrada num plano de estudos de licenciatura, a disciplina chamada “Cultura Inglesa I”, não posso deixar de ter em conta diversas envolventes, como o curso, o Departamento, a Faculdade e a Universidade que lhe servem de contexto. O projecto que a seguir apresentarei não visa criar uma disciplina ideal nem supõe a possibilidade de, na Universidade, se criarem formatos únicos para serem reproduzidos por qualquer docente, em qualquer instituição equivalente. É um projecto concebido para o curso de Línguas e Literaturas Modernas, com a variante de Inglês, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Situada no primeiro ou no segundo ano do curriculum da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, em todas as variantes com Inglês, a disciplina de Cultura Inglesa I tem sido caracterizada como disciplina introdutória, dentro de uma concepção global de desenvolvimento curricular em que, nos primeiros anos do curso, são oferecidas disciplinas que proporcionam os grandes enquadramentos teóricos, bem como os primeiros instrumentos de análise, nas áreas científicas em que o curso se desdobra. Assim, as introduções aos estudos literários e aos estudos linguísticos situam-se logo no início do curso.

Seria legítimo pensar que, em paralelo com aquelas duas disciplinas de “introdução”, se oferecesse uma de “Introdução aos Estudos de Cultura”, ou “Introdução aos Estudos Culturais”. Acontece, porém, que nos actuais planos curriculares as disciplinas específicas de Cultura estão limitadas a uma obrigatória, apenas, sendo os possíveis desenvolvimentos opcionais. Deste modo, a disciplina de Cultura Inglesa I adquire desde logo o recorte de uma área específica, distinta das áreas interdepartamentais em que se ministram as Introduções aos Estudos Literários e aos Estudos Linguísticos. A Cultura Inglesa I poderia, então, caracterizar-se em paralelo com a Literatura Inglesa I. Tal paralelismo deforma, porém, a realidade, já que, em Literatura Inglesa, não só se

precedem os desenvolvimentos específicos com uma disciplina de introdução, como se supõem ainda um ou dois anos de desenvolvimentos posteriores.

Como sabemos, têm estado em curso na Faculdade de Letras de Lisboa diversas iniciativas que visam reformular as actuais licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas, a fim de dotar estas áreas de maior flexibilidade curricular, de ir ao encontro de novas concepções epistemológicas, de oferecer aos estudantes formações mais diferenciadas, partindo de uma base comum de estudo de “Letras”. Não nos ocuparemos, aqui, de comentar as ideias de Universidade que informam os debates que estão, ainda, em curso. Mas constatamos que, nos desenhos curriculares agora em apreço, as áreas de “Cultura” adquirem maior espaço e consistência, permitindo distinguir entre áreas introdutórias, de problematização geral, e desenvolvimentos específicos, nomeadamente na área do Inglês. Estes projectos, que merecem nas suas linhas gerais a nossa concordância, são ainda isso mesmo: projectos sobre os quais haverá que fazer um trabalho conjunto de reflexão e que, provavelmente, demorarão algum tempo a serem operacionalizados, após a sua aprovação.

Importa-nos, por isso, a situação actual, que não pode deixar de ser perspectivada na confluência de uma tradição própria da Faculdade de Letras de Lisboa e de um conjunto de desenvolvimentos recentes na área da cultura e da análise da cultura, que não poderão deixar de se reflectir nas estruturas e nos conteúdos curriculares. É de sublinhar, desde logo, a consistência de uma tradição própria aos estudos universitários de Inglês em Portugal que, pelo menos desde 1957, incluíam no curriculum uma disciplina de História da Cultura e das Instituições Inglesas. O abandono da palavra História, bem como da referência explícita às Instituições Inglesas consumou-se logo nos primeiros passos, ainda confusos, de reformas sentidas como necessárias após 1974. Assim, Cultura Inglesa passou a disciplina curricular, seguida da criação de Cultura Inglesa II, e das especialidades de mestrado e de doutoramento.

Com a estabilização das experiências anteriores na reforma de 1987, a Cultura Inglesa estava ancorada no leque das disciplinas curriculares, surgindo como disciplina de introdução obrigatória nos primeiros anos, abrindo-se a planos de estudo mais específicos nos anos terminais, como opção, com a designação de

Cultura Inglesa II. O carácter introdutório de Cultura Inglesa I foi sempre objecto de debate, ano após ano, em sede de coordenação da disciplina. Encontravam-se, com efeito, sérias dificuldades não só de caracterização teórica, mas também de definição de temáticas, e de âmbito temporal. E embora parecesse claro o que nela se continha, dentro de uma tradição que adoptara a palavra “cultura” como área disciplinar, ao levar à prática as ideias logo as dificuldades se avolumavam.

Não cabe, neste projecto, enunciar as diversas posições defendidas, nem os diferentes programas que delas resultaram. Será suficiente referir a concórdia num programa “panorâmico”, gerido por cada docente com ênfases próprias, de acordo com as suas convicções de prioridade nas diferentes áreas da cultura inglesa. Ainda assim, a definição do objecto de estudo e as metodologias de ensino que melhor se lhe adequavam continuaram abertas ao debate. A disciplina teria sempre, no entanto, que cumprir a função híbrida de oferecer uma componente introdutória de “análise da cultura” e outra, especificamente de “cultura inglesa”.

O debate sobre a disciplina de Cultura Inglesa I em sede de coordenação tem tido entre outros, o mérito inestimável de proporcionar trocas de pontos de vista diversos estimulando, simultaneamente, a actualização dos docentes perante o quadro mais amplo do debate internacional sobre estas matérias. Os desenvolvimentos recentes dos estudos de cultura, quer dentro de concepções mais tradicionais de *Landeskunde*, quer dentro do quadro mais polémico dos *Cultural Studies* projectam-se necessariamente nas concepções que informam os programas de Cultura Inglesa I e evidenciam a vitalidade desta área de estudos.

As dificuldades de caracterização desta disciplina constituem, por isso mesmo, uma primeira razão para a sua escolha como objecto de uma reflexão. Outra razão, não menos determinante, é o facto de se tratar da única disciplina obrigatória de cultura inglesa no actual plano de estudos das licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas. Por último, o carácter introdutório da disciplina é também um elemento importante de escolha, já que penso que os primeiros contactos dos estudantes com a disciplina (e as disciplinas) académica(s) é frequentemente decisivo para o desenvolvimento do percurso individual dos estudantes.

Importa dizer, desde já, que a concepção global desta disciplina, para mim, envolve o apreço pela tradição dos estudos de letras em que ela se tem situado no Departamento de Estudos Anglísticos, mas inclui também o reconhecimento de que as inovações produzidas em novos quadros de teorização e prática requer a introdução de alterações a programas que, em anos anteriores, leccionei. Estas alterações não serão radicais, já que a presente reflexão se refere à disciplina que actualmente existe no curso de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas. Uma futura reestruturação do curso possibilitará, decerto, propostas mais arrojadas.

As propostas que se irão apresentar decorrem, em primeiro lugar, da experiência acumulada pelo menos a partir da reestruturação de 1987, que não foi meramente repetitiva. Ao longo destes anos foram experimentadas por mim novas ênfases e ensaiadas novas metodologias, que procuravam adequar o conjunto de referenciais definidos em comum para a disciplina, com recortes de carácter mais pessoal e responder às características específicas das turmas.

Em segundo lugar, as propostas que se irão apresentar resultam de todo um conjunto de inovações recentes numa área disciplinar extremamente turbulenta, cuja dinâmica não pode ser ignorada. Refiro-me, em particular, aos chamados *Cultural Studies*, mas incluo no quadro geral de inovação um vasto leque de novas questões globalmente preocupadas com a análise da cultura. A história dos Estudos Culturais nas últimas décadas no Reino Unido evidencia não apenas novas aberturas teóricas e práticas, mas também uma dinâmica de permanente diálogo com as próprias circunstâncias em que as instituições universitárias existem.

Assim, e por último, o conjunto das alterações que se irão apresentar decorrem também das circunstâncias que envolvem o ensino superior em Portugal, que em muitos aspectos têm paralelismo com situações experimentadas no Reino Unido. A tendência para a valorização das áreas tecnológicas e correspondente desvalorização das “humanidades”, a adopção de políticas de pragmatismo que requerem uma relação directa entre a formação e o “mercado de trabalho”, os efeitos destes princípios nas políticas de financiamento das

universidades e os resultados deste nas práticas académicas constituem um conjunto de questões que não podem ser ignoradas. A acrescentar às circunstâncias conjunturais, devem também ser considerados os quadros de formação pré-universitária e de expectativas dos estudantes.

Na concepção desta disciplina pretende-se, então, conciliar uma componente de estudo e análise sobre matérias específicas da cultura inglesa, com uma actualização da reflexão sobre questões centrais da cultura contemporânea que permita uma permanente articulação crítica dos estudantes com a sua própria cultura.

O programa que a seguir se apresenta tem em consideração a natureza “introdutória” da disciplina, ou seja, a formulação de um plano de estudos flexível e, dadas as características da área de “cultura”, transdisciplinar, apoiado em metodologias que estimulem o estudante para a pesquisa e reflexão. Será um programa de “banda larga”, que envolve as teorias da cultura e a cultura inglesa, e que integra uma actualização de literatura crítica, seleccionada de acordo com os diferentes tópicos programáticos e as ênfases teóricas adequadas a cada um.

A elaboração deste programa supõe uma estrutura semestral, que envolve uma concepção de plano de estudos diferente da anual. Embora a latitude de matérias que considero importantes se ajustasse ao gradualismo de um desenvolvimento ao longo do ano, devo reconhecer a tendência geral para a conversão do modelo anual em modelo semestral, e as possibilidades que este vem abrir para novas combinações com outras disciplinas.

O desenho desta disciplina vai, então, supor a sua obrigatoriedade de frequência nos dois semestres para os estudantes da área de Estudos Anglisticos, mas abre a possibilidade de frequência de um só semestre para estudantes de outras áreas curriculares.

A avaliação de conhecimentos recomendada na Faculdade de Letras terá, necessariamente, que ser ajustada ao modelo semestral, de modo a que o processo de avaliação não retire demasiado tempo à docência, nem surja como objectivo maior da frequência da disciplina. Este aspecto da aplicação do programa será posteriormente desenvolvido.

INTRODUÇÃO GERAL AO PROGRAMA

Continuidade e inovação: Cultura, Estudos de Cultura, Cultura Inglesa

O programa da disciplina de Cultura Inglesa I, que a seguir se apresenta em traços largos, resulta da reflexão sobre a experiência individual e sobre as práticas tradicionais na Faculdade de Letras, mas reflecte também o confronto destas com práticas alternativas, experimentadas noutras Universidades, noutros países. A opção daqui resultante é substancialmente diferente de um conjunto de experiências recentes, que adoptam a designação de *British Studies*. Estas surgem orientadas para o contemporâneo e para a definição de contornos disciplinares em boa parte tutelados, ou pelo menos acompanhados, pelo British Council. A caracterização desta área disciplinar tem estado, como ressalta de inúmeras exposições apresentadas em congressos e seminários, saturada de considerações político-ideológicas, que se ficam a dever tanto ao conjunto de alterações sofridas pela Europa política depois da queda do muro de Berlim, quanto à natureza dos estudos de cultura, territórios fluidos onde constantemente a determinação do objecto de estudo se confunde com o eixo ideológico que orienta a análise teórica.

A fim de demarcar as especificidades deste programa, julgo útil citar a definição síntese para a caracterização dos novos *British Studies* apresentada em 1995 pelos responsáveis do British Council no número especial de *British Studies Now*:

British studies can be regarded as the multidisciplinary study of contemporary Britain calling on history, literature and the social sciences to explore the distinctive features of British culture and society. Overseas

the teaching of British Studies implies the opportunity to draw on resources (specialists, courses and materials) that allow for the comparative study of British and other countries. Such study is likely to highlight:

- the pluralism that results from differences of nationality, class, gender, language, place and generation*
- the evolving institutions of government, politics, finance, industry and the welfare state*
- the arts, the media, and their interpretation¹*

Esta definição, pela latitude de temáticas e flexibilidade de metodologias que supõe, pode ser ajustada a planos de estudo muito diferentes. Reflete, todavia, uma preocupação dominante com o contemporâneo que é confirmada pelas propostas de planos de estudos publicadas na mesma antologia. Porém, ao contrário da Faculdade de Letras de Lisboa, as instituições onde aqueles planos de estudo deveriam funcionar não tinham tradição de estudos de cultura inglesa, constituindo por isso terrenos permeáveis à influência e ao peso institucional de um organismo concebido para promover a difusão dos interesses educacionais e culturais britânicos no estrangeiro.

Esta definição de *British Studies* resulta pois, em nosso entender, de uma concepção disciplinar estreitamente ligada a uma preocupação pragmática de conquista de influência cultural em regiões da Europa que, no passado recente, estiveram sob a esfera de influência soviética e que, previsivelmente, estarão no futuro próximo expostas preferencialmente à influência alemã. Os percursos da construção da identidade cultural portuguesa são muito diferentes daqueles, o que necessariamente conduz a uma atitude diferente também relativamente à articulação entre as duas culturas – a portuguesa e a britânica – quando se pretende formular um plano de estudos cujos sujeitos são portugueses e cujo objecto é a cultura britânica.

Por outro lado, no próprio Reino Unido instalara-se já a polémica em torno, não dos *British Studies*, mas dos *Cultural Studies*, ou ainda dos *British Cultural Studies* enquanto conjunto de posições que, no essencial, visavam desconstruir concepções de cultura elaboradas dentro de uma convenção de

humanismo liberal que acentuava a formação de uma cultura *inglesa* pautada pela definição e afirmação histórica de valores de excelência nas artes e de protagonismos exemplares na formação dos valores modernos da tolerância e da liberdade, expressos funcionalmente no sistema democrático. Na história recente das instituições universitárias do Reino Unido estas novas posições intervinham nas próprias concepções epistemológicas da organização dos saberes, questionando a tradição dos estudos de “Inglês” com os seus desenvolvimentos em Literatura Inglesa para, nas posições mais radicais, pronunciarem a inclusão final da Literatura nos Estudos Culturais.

Independentemente das simpatias ou afinidades que o analista contemporâneo da cultura inglesa possa declarar relativamente às diferentes posições desenvolvidas nos últimos anos, não é possível ignorar a profunda deslocação sofrida por uma concepção de cultura em termos de continuidades estruturadas ética e esteticamente, agora pulverizada em inúmeras linhas de interpelação e questionamento.

Sem querer entrar, neste momento, no relato sobrejamente conhecido do aparecimento dos *Cultural Studies*, é no entanto imperativo problematizá-lo enquanto determinante de novas orientações nos estudos de cultura inglesa na Faculdade de Letras de Lisboa.

Alan Durant formulou, de forma simples e clara, duas concepções distintas do significado de *British Cultural Studies*: *on one hand, the phrase is used to mean updated ‘civilization’ courses: what in many countries would be understood by such terms as cultura inglesa or Landeskunde (where the main concern is with history and social institutions, and where key texts might include Anthony Sampson’s The Changing Anatomy of Britain or the HMSO Aspects of Britain series prepared by the Central Office of information). Such courses, for non-native speakers, provide useful data about British institutions and patterns of behaviour.* Por outro lado, prossegue o autor, na Austrália ou na América do Norte, *British Cultural Studies* significa *cultural studies as practiced by British scholars*.

Nesta segunda aceção, os estudos culturais seriam perspectivados a partir das obras de Richard Hoggart e Raymond Williams, frequentemente

com referências a argumentos anteriores desenvolvidos por T. S. Eliot, o Grupo de Bloomsbury e F. R. Leavis, para se debruçarem depois em obras mais recentes de Paul Gilroy, Angela McRobbie e muitos outros. Dentro desta segunda linha de apreensão do que são os *British Cultural Studies* Durant avança a seguinte clarificação: *this field of cultural studies, by contrast with the 'civilization' emphasis, is theoretical and often Marxist-influenced; it combines sociological, literary and historical approaches in order to investigate the changing formation of British society from a critical standpoint, and exposes assumptions, traditions and conventional attributions of value; in doing so, it is also highly suggestive about general principles and procedures of cultural analysis.*²

De acordo com esta perspectiva, frequentemente repetida nas inúmeras reflexões vindas a lume na década de noventa, a primeira definição ajusta-se a uma concepção de 'cultura inglesa' para estrangeiros, e a segunda a 'estudos de cultura', que também podem ser de cultura 'britânica', para *native speakers* das culturas de expressão inglesa. Existem, com efeito, razões que não podem ser menosprezadas para esta distinção: poder-se-á considerar que um *native speaker* possui um conjunto de conhecimentos de base da própria cultura, que adquiriu tanto através do sistema educativo que frequentou, como através de um conjunto de experiências do quotidiano, tendo assim desenvolvido competências que lhe permitem partir para interpretações e análises que se ocupam cada vez mais, nos estudos culturais, em desconstruir o adquirido, em desfamiliarizar ideias recebidas para desenvolver a capacidade crítica. Em contrapartida, com os estudantes 'estrangeiros' é necessário começar por estabelecer alguns parâmetros - da história, da sociedade, da literatura - que não se podem considerar previamente adquiridos. Ou seja, nesta situação haveria, primeiro, que construir uma grelha de referências históricas, um sistema de análise social, um canon de textos literários, que poderiam depois ser tratados numa perspectiva contrastiva relativamente à cultura dos estudantes.

A conciliação entre estas duas perspectivas parece ser difícil, ou mesmo impossível. Uma e outra decorrem de duas tradições diferentes, são moldadas por forças diferentes e a aliança de ambas parece ser *contra natura*. É nossa

opinião, porém, que uma união de facto entre estas perspectivas não só é possível como, até certo ponto, ela se encontra legitimada pela prática consuetudinária da disciplina de Cultura Inglesa na Faculdade de Letras. Tal não significa, no entanto, que não se deva proceder a uma leitura crítica dos conteúdos da disciplina e das suas práticas lectivas, e introduzir alterações quando se revelem necessárias.

Parece-nos, com efeito, que ao longo de várias décadas as disciplinas que se ocuparam do estudo da cultura inglesa a nível introdutório nesta Faculdade se enquadraram preferencialmente dentro de uma convenção humanista liberal, dedicando a maior parte do tempo lectivo ao estudo dos movimentos estruturadores de uma concepção tradicional de identidade cultural britânica alicerçada no anglicanismo, no empirismo, no humanismo, que sofrem posteriormente as rupturas introduzidas pela Revolução Industrial.

Esta perspectiva tem, em nosso entender, a vantagem de aliar uma componente descritiva, de 'factos' e eventos historicamente perspectivados, com uma componente interpretativa de construção de ideias, valores e teorias, perspectivados dinamicamente. Se a componente descritiva se poderia imediatamente associar ao *Landeskunde* acima referido, já a componente interpretativa será mais difícil de qualificar e integrar em modelos conhecidos. Não poderá, parece-nos, ser enquadrada nos estudos culturais, dada a preferência atribuída a um conjunto de textos canónicos, ainda que predominantemente no campo da ensaística e não da literatura (poesia, ficção e drama), de seiscentos a novecentos.³ A própria exclusão, não raro por escassez de tempo, de referências ao século XX, também desqualifica estas práticas de uma inclusão evidente nos planos e estratégias dos estudos culturais.

O perfil desta disciplina na Faculdade de Letras parece, assim, não caber em nenhum dos dois modelos acima enunciados, o que não significa que não tenha consistência científica. A tradição da filologia germânica nos estudos anglísticos assegura uma articulação, que julgamos pertinente, entre o conhecimento da língua e da literatura, e as condições e contextos da sua produção e recepção. Esta formação contém, ainda, outros aspectos transdisciplinares de importância indelével para a análise da cultura: a familiaridade com

outras línguas, literaturas e culturas, para além da portuguesa, inglesa e alemã. Valorizamos, por isso, a tradição própria da Faculdade de Letras, que julgamos ter construído um eixo sólido de competências para a análise cultural e que constitui, provavelmente, uma experiência desconhecida para aqueles que reduzem a “cultura inglesa” aqui leccionada a um estudo descritivo da “civilização”.

A experiência pessoal, alicerçada em anos de docência da disciplina, evidencia no entanto a necessidade de renovar perspectivas críticas que, nos últimos anos, têm buscado a actualização na área inescapável dos estudos culturais. Esta actualização da literatura tem-nos despertado, naturalmente, inquietações quanto à bondade de esquemas “tradicionais” e, ao mesmo tempo, alertado para a emergência de um conjunto de questões que, além de produzirem substanciais alterações de teoria, interpelam conceitos aparentemente tão transparentes quanto o próprio conceito de “inglês” (ou de *Englishness*), ou o de “modernidade”.

A tradição filológica que ensina a ler, no sentido da hermenêutica, e cria os hábitos mentais que possibilitam a análise, a interpretação e a sistematização, pode ser expandida do texto literário para outros tipos de “texto”, entendidos nos sentidos mais amplos das práticas sociais ou das instituições. É nossa convicção que a transferência de competências filológicas para a análise cultural em nada desvirtuará uma definição científica de cultura, sempre marcada pela interdisciplinaridade. Mas a formação filológica não se nos afigura já suficiente para conter a variedade de formulações teóricas surgidas nas últimas décadas e que têm aberto numerosas, e por vezes conflituosas, linhas de análise cultural. A actualização da literatura crítica, acompanhada da problematização dos significados contemporâneos da análise cultural, constituirá um dos focos de atenção do programa que pretendemos desenvolver.

Pensamos, portanto, que o casamento *contra natura* da descrição e da interpretação pode passar a ser uma união de direito, e que as condições definidas por Alan Durant para os Estudos Culturais convergem, entre nós, com a definição de Cultura Inglesa. Esta disciplina combinará, assim, as abordagens sociológica, literária e histórica para investigar a dinâmica de formação da

sociedade britânica, sob pontos de vista críticos. A combinação entre as duas perspectivas não é, em nosso entender, um empreendimento temerariamente ousado, que desafia convenções estabelecidas e inquestionáveis, e projecta a disciplina para territórios sem demarcação. Primeiro, porque os estudos culturais continuam a ser experimentais e tentativos, legitimando a inovação dentro de referenciais conhecidos. Depois, porque a própria análise da cultura já ratificou combinações teórico-práticas semelhantes àquelas que se vão propor. Para não deixar de apelar a alguma autoridade reconhecida neste campo, citaria a definição de cultura apresentada por Clifford Geertz em *The Interpretation of Cultures* como síntese da perspectiva que adoptamos:

*The concept of culture I espouse ... is essentially a semiotic one. Believing, with Max Weber, that man is an animal suspended in webs of significance he himself has spun, I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental science in search of a law but an interpretative one in search of meaning. It is explication I am after, construing social expressions on their face enigmatical.*⁴

Se acrescentarmos a esta definição o conceito e a prática de *thick description* e de *diagnosis* que Geertz propõe teremos que entender a actividade de análise cultural em sentido duplo:

*Our double task is to uncover the conceptual structures that inform our subjects' acts, the "said" of social discourse, and to construct a system of analysis in whose terms what is generic to those structures, what belongs to them because they are what they are, will stand out against the other determinants of human behaviour.*⁵

Linhas estruturantes do programa

Se, por um lado, as definições gerais acima referidas nos parecem adequadas à análise cultural, tanto na problematização como na pedagogia, por outro esta perspectiva harmoniza-se, como já referi, com a própria tradição dos estudos de cultura inglesa na Faculdade de Letras. Ao invés das universidades do Reino Unido, não se estabeleceu entre nós o conflito entre estudos literários e estudos culturais que tem sido, ali, impulsionado por debates ideológicos, estreitamente relacionados com as práticas políticas britânicas das duas últimas décadas. Neste sentido a disciplina assume abertamente, no Reino Unido, uma forte componente ideológica, de conflito entre posições de esquerda e posições conservadoras. Entre nós, não só o debate disciplinar não tem assumido as proporções quase militantes que tomou no Reino Unido, como o distanciamento causado pela própria diferença cultural nos permite uma posição de observadores informados que, sem se tornar politicamente asséptica, abre espaços de comparação com a nossa própria realidade político-cultural.

Pensamos, assim, que o programa da disciplina de Cultura Inglesa I deve combinar uma componente de formulação teórica, que constituirá uma introdução à análise da cultura, e uma componente prática, de análise da “cultura inglesa”. A definição de “inglesa” ou “britânica” deve ser cuidadosamente enquadrada e delimitada, já que deste enquadramento e delimitação decorre a selecção dos próprios conteúdos que se irão analisar.

As linhas mestras que irão orientar a determinação dos conteúdos disciplinares serão, em primeiro lugar, ter em consideração, e manter em

observação, a formação dos conceitos e das práticas sociais hoje associadas a uma perspectiva tradicional de cultura britânica. Esta perspectiva acentua a formação de um *mainstream* cultural, pelo que julgamos indispensável confrontar essa formação com os sistemas que geraram a sua própria desconstrução. Tal perspectiva implica uma maior atenção dedicada à contemporaneidade, mas não pode excluir formações que se desenvolvem historicamente. Pensamos que esta opção assegura uma maior resistência do programa a um processo de desactualização que, de outro modo, poderia ser rápido.

Assim, na selecção dos conteúdos disciplinares, vai privilegiar-se a modernidade, que terá como referência aglutinadora o iluminismo. A construção de um “paradigma” do iluminismo irá culminar um conjunto de temáticas tratadas no primeiro semestre, que começam com a introdução à análise da cultura e têm como ponto central a problematização da cultura “inglesa” e da cultura “britânica”. No segundo semestre partir-se-á do paradigma do iluminismo para a análise das mudanças culturais e sociais trazidas pelos processos de industrialização e urbanização, concluindo-se com a reflexão sobre a modernidade tardia, ou pós-modernidade.

Indicação sumária dos conteúdos

O enunciado das diferentes posições críticas e de análise da cultura servirá de introdução à definição do objecto de estudo: a Cultura Inglesa. Começar-se-á por definir “cultura” e distinguir diferentes aproximações teóricas e práticas para a sua análise, sistematizando as principais linhas de análise cultural contemporâneas: o culturalismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e o materialismo cultural. Este segmento do programa concluir-se-á com uma reflexão sobre identidade cultural que problematizará a questão a tratar de seguida: distinguir *Englishness* e *Britishness*.

De novo se impõe a delimitação do objecto o que supõe, desde logo, definições geográficas e temporais. A aplicação lata dos termos “cultura inglesa” permite pensar em cultura de expressão inglesa, dela excluindo os Estados Unidos da América, objecto de outras disciplinas curriculares, mas admitir a totalidade dos estados, nações e regiões sobre os quais se estendeu, ou estende, a soberania britânica. Ao definir diferentes planos de cultura, Anglo-saxónica, Britânica e Inglesa, colocam-se questões de identidade cultural que levam à necessidade de contemplar alguns dos conceitos abordados no ponto anterior, nomeadamente os de “hegemonia” e “identidade”.

Os planos de identidade cultural acima referidos podem ser perspectivados diacronicamente. A diacronia permite remeter a formação de uma cultura anglo-saxónica às Ilhas Britânicas e ao período medieval, abrindo depois a possibilidade de reflexão sobre *Englishness* e *Britishness* em enquadramentos histórico-culturais da Idade Moderna e Contemporânea. Deste modo

poderá ser enunciada a questão do primado tradicionalmente atribuído à cultura inglesa sobre as culturas irlandesa, galesa, escocesa e culturas coloniais.

Embora se observe, contemporaneamente, a vontade de alterar aquela tendência, e tratar as culturas regionais do Reino Unido com maior equanimidade, será difícil conter a análise relevante das culturas regionais no espartilho do ano lectivo. O risco de desfocagem que se corre quando se valoriza a cultura inglesa e ignora as outras, corre-se também se se tratarem todas em pé de igualdade. As opções que se terão que fazer irão situar no centro da disciplina a cultura da Inglaterra, dada a inequívoca importância de que se reveste em diversos aspectos da análise da cultura que o desenvolvimento do programa tornará claros. A sua centralidade será frequentemente perspectivada no contraste ou na dinâmica das relações com as outras culturas que, deste modo, não serão omitidas.

Em termos temporais, parece-nos de toda a vantagem que a disciplina cubra um espectro amplo, reservando análises mais circunscritas a épocas, temáticas ou teorização para os estádios mais avançados, da Cultura Inglesa II ou da pós-graduação. Esta opção, talvez menos estimulante para o professor, traz vantagens para os estudantes cuja formação a montante dos estudos universitários parece ser, pelo menos, lacunar. A consulta aos programas de Inglês do ensino secundário anuncia uma série de temas sem dúvida importantes na cultura anglo-americana, mas a experiência recomenda que não se tomem como adquiridas as competências e os conteúdos supostos nos referidos programas.⁶

Pensamos, assim, que o estudo da modernidade deverá ser o enquadramento temporal da disciplina de Cultura Inglesa. Por “modernidade” não se entenderá apenas uma ordem temporal, mas também a formação de um conjunto de estruturas ideológicas e comportamentais que marcam a cultura e a sociedade ocidentais entre os séculos XVI e XX.

Designaremos essas estruturas por “paradigma do iluminismo”, cuja formação será tratada através da observação e análise dos movimentos de pensamento que decorrem do Humanismo, da Reforma Inglesa, da Revolução Científica e do Puritanismo, conduzindo a uma progressiva secularização e desenvolvimento de novas concepções sobre a organização da experiência

peçoal e da vida social. Simultaneamente serão observadas e comentadas as alterações nas estruturas da família, da organização do trabalho e da produção, que acompanham as condições políticas, económicas e sociais da modernidade.

A modernidade propriamente dita será estudada em torno dos dois principais vectores da industrialização e da urbanização. O processo de industrialização será estudado como a mudança estrutural que, em termos das condições de produção e de consumo, altera radicalmente a sociedade britânica. Dar-se-á ênfase particular à consolidação da classe média e à formação da classe trabalhadora. No plano das mudanças epistemológicas, a industrialização será tratada como a continuação do paradigma do iluminismo, prolongando o processo de secularização e acentuando as metodologias do empirismo. A urbanização será tratada como o enquadramento sócio-cultural das mudanças políticas e educacionais. A dinâmica do desenvolvimento oitocentista será perspectivada em termos do confronto entre utilitarismo e idealismo, que proporcionará o comentário ao utilitarismo *versus* romantismo/idealismo, ou às concepções de civilização e de cultura.

A afirmação de uma, ou várias, culturas populares associadas à baixa classe média e às classes trabalhadoras confronta-se com o prolongamento, na primeira metade do século XX, de concepções de cultura erudita, em processos que aparentam a mútua exclusão. A resolução dessas tensões será examinada à luz da produção de teoria e o seu diálogo com as circunstâncias históricas do Reino Unido neste século.

A reflexão sobre o contemporâneo constituirá a última parte deste programa, onde serão problematizadas as questões que, mais recentemente, têm animado o debate sobre os estudos culturais: as rupturas relativamente ao paradigma do iluminismo, a emergência da cultura de massas, o multicultural e a necessidade de conceber e criar novos instrumentos de trabalho adequados a novas realidades culturais e sociais.

Este conjunto de temáticas, apresentado como um todo, será articulado em dois semestres lectivos que, como se referiu acima, devem poder ser frequentados separadamente. A divisão da disciplina em duas unidades semes-

trais virá, de acordo com o nosso projecto, servir o objectivo de distinguir dois momentos da análise da cultura em que a formação da teoria, formulada na primeira parte do primeiro semestre se ajustará ao objecto de estudo, desenvolvido na segunda parte deste semestre e na primeira do segundo, para se retomar, no final do programa, um conjunto de formulações teóricas que perspectivam a análise da cultura na modernidade tardia ou pós-modernidade.

Orientações metodológicas

A conjugação dos três vectores que estruturam o programa – a análise da cultura, a análise da modernidade e a análise da cultura inglesa na modernidade – apresenta desde logo dificuldades de caracterização já que cada um deles oferece infinitas possibilidades de desenvolvimento. A selecção dos conteúdos programáticos tem, então, que ser feita com precisão, de modo a incluir temáticas e textos simultaneamente relevantes para a caracterização que se pretende e acessíveis aos estudantes dos primeiros anos do curso. A quantidade e a variedade de textos de inegável interesse obriga a opções que, lamentavelmente, terão que excluir muito mais do que incluir.

O primeiro critério de selecção visa confrontar os estudantes com um leque tão vasto quanto possível de textos de diferentes épocas, que tratam diferentes temáticas, ou as mesmas temáticas sob diferentes perspectivas. Preferiu-se, assim, ancorar as leituras obrigatórias num conjunto de textos não muito longos, ou em excertos de obras de maior extensão. Os textos serão predominantemente de natureza ensaística, já que as formas do ensaio nos parecem particularmente adequadas às temáticas que se irão desenvolver.

A fim de assegurar a acessibilidade dos textos opta-se pela organização de um conjunto de “antologias” fotocopiadas, que conterão todos os textos cuja aquisição ou acesso sejam problemáticos, ou pelo preço, ou pela raridade, ou ainda por serem selecções relativamente curtas de obras de grande extensão. No desenvolvimento do programa que a seguir se apresenta far-se-á referência à modalidade de acesso aos textos, e à natureza da sua inclusão –

de leitura obrigatória ou apenas recomendada. As bibliografias apresentadas no final deste projecto deverão também tornar claro este ponto.

Em segundo lugar, há que ter em consideração que o desenvolvimento dos conteúdos supõe um diálogo permanente entre a teoria cultural e a prática da análise da cultura. Por isso será também facultado em fotocópia e considerado de leitura obrigatória um conjunto de textos de análise cultural, que explicitam diversas abordagens teóricas.

Pretende-se, assim, oferecer aos estudantes as melhores condições de acesso a um núcleo bibliográfico que consideramos imprescindível e cujas dimensões asseguram a exequibilidade da leitura. É evidente que, para além dos textos fotocopiados e daqueles que consideramos de leitura obrigatória nas edições correntes, será também oferecida uma lista de bibliografia complementar, onde os estudantes poderão encontrar desenvolvimentos e problematizações que consideramos importantes.

A opção de construir um acervo bibliográfico com contornos muito precisos resulta de uma solução de compromisso entre dois riscos opostos: um, o risco de demasiada rigidez na definição de conteúdos, que poderá levar os estudantes a considerar que toda a sua actividade se deve esgotar no estudo daqueles textos, introduzindo-se assim um controlo das actividades que contraria o desejo de estimular para a pesquisa. Mas o outro risco, de sinal contrário a este, seria o de uma dispersão quase certa, que resultaria na impossibilidade prática de comentar os textos com a certeza de que todos os estudantes tivessem tido as mesmas oportunidades de os adquirir e ler.

Como se disse, pretende-se despertar o estudante para linhas de reflexão e pesquisa pessoais, que parecem ser contrariadas pelo instrumento de controlo das leituras, que é o lado negativo das “antologias” fotocopiadas. É neste espaço que a actividade pedagógica do professor tem que responder ao desafio do equilíbrio entre uma atitude autoritária ou outra, aparentemente mais permissiva, devendo leccionar e orientar leituras mas, ao mesmo tempo, despertar e estimular as capacidades críticas dos estudantes.

O programa que se vai apresentar reflecte o modo como se entende a relação professor-aluno nas circunstâncias específicas da Faculdade de Letras

e na situação da disciplina de Cultura Inglesa, no início de um percurso curricular mais longo. Tendo em conta que as turmas conterão algumas dezenas de alunos, é de excluir à partida qualquer intenção de trabalho em modelo de “seminário”. Considerando, por outro lado, que a natureza das aulas é teórico-prática, poderá articular-se uma componente expositiva e demonstrativa com a dinamização de respostas por parte dos estudantes, mesmo quando o seu número excede o que consideramos desejável.

O programa está estruturado de modo a requerer, num primeiro momento, uma maior componente expositiva, para depois, gradualmente, exigir uma maior participação dos estudantes. Ou seja, serão primeiro apresentados os instrumentos de trabalho e reflexão julgados cruciais para o trabalho a desenvolver. Ao longo dos vários pontos do programa serão necessariamente proporcionados enquadramentos e orientações para reflexão crítica mas, gradualmente, o estudante deverá adquirir uma flexibilidade de reflexão que lhe permita seleccionar, hierarquizar, relacionar e produzir sentidos. Pretende-se, enfim, habilitar os estudantes a entender a cultura inglesa enquanto formação específica e historicamente moldada, através de instrumentos conceptuais que são aplicáveis à análise de qualquer cultura. Ao pensar em termos de “teias de significação”, como dizem Weber e Geertz, os estudantes deverão afinar também a sua percepção quanto aos fenómenos da cultura de que participam e onde eles próprios são produtores de significados.

Nos desenvolvimentos que a seguir se apresentam poderá, frequentemente, parecer que a interpretação dos textos se encontra já pré-determinada, ficando a sua leitura fechada no conjunto de significados expostos. Importa, por isso, lembrar que os textos seleccionados para análise contêm sempre uma pluralidade de sentidos que, na medida do possível, será evidenciada nas aulas, quer por proposta nossa, quer por interpelação aos, ou dos, alunos. As linhas de comentário que apresentamos são aquelas que, em nosso entender, e de acordo com os nexos que propomos, melhor servem os critérios de contenção e relação mútua, numa estrutura que desejamos articulada. Apenas a prática pedagógica poderá moderar um autoritarismo que julgamos imprescindível – já que o professor é autor do programa que desenvolve e aplica e

não deve declinar essa responsabilidade em esquemas demagógicos de supostas partilhas do saber – com uma atitude de abertura à própria experiência dos estudantes e às diferentes modalidades de interpretação que essas diversas experiências deverão veicular.

Por outro lado, o programa a desenvolver supõe, por parte dos estudantes, uma disciplina que deveria implicar a leitura antecipada dos textos. O programa e a bibliografia deveriam, por isso, ser disponibilizados com antecedência, de modo a permitir a familiarização dos estudantes com o teor dos textos. Tais leituras não poderão dispensar, porém, a presença nas aulas, visto que as conexões entre temáticas e teorias apenas em sede de aula se poderão tornar claras.

Pelo que anteriormente se disse, torna-se evidente que a actividade lectiva se fundará em textos escritos, no seu comentário e análise crítica. Esta é uma forma convencional de leccionação que é deliberadamente assumida mas que entendemos requerer uma palavra de explicação. A caracterização desta disciplina poderia sugerir a utilização de materiais de outra natureza, nomeadamente audio-visuais. Sabemos, também, que filmes, vídeos e audios são aliciantes para os estudantes e podem despertar intervenções mais frequentes e vivas do que as respostas normalmente suscitadas por textos de natureza ensaística. A opção que tomamos tem em conta dois tipos de considerações, práticas e pedagógicas.

As primeiras têm a ver, desde logo, com a capacidade instalada na Faculdade para a projecção de filmes em vídeo que pode ser insuficiente para conter uma turma de Cultura Inglesa. Dentro das considerações de ordem prática está, ainda, a duração normal dos filmes, que coincide com a duração das aulas, não deixando espaço para comentários intercalares ou debates a seguir. A última consideração prática consiste na dificuldade de selecção de materiais relevantes, já que a produção audio-visual sobre temas da história, da literatura e da cultura inglesa é vastíssima. Não deixamos, no entanto, de reconhecer que em futuras versões desta disciplina se deverá contemplar a possibilidade de ajustar materiais deste tipo às condições de funcionamento das aulas.

As considerações de natureza pedagógica estão directamente relacionadas com o tipo de reflexão que se pretende desenvolver. Pretende-se substituir o imediatismo de reacções impressionistas por respostas informadas, o que não significa que os textos ensaísticos despertem necessariamente este tipo de resposta e os vídeos o outro. Mas parece-nos que a cultura quotidiana dos estudantes os imerge num universo de imagens que os distancia dos textos escritos. Se reconhecemos que uma disciplina de cultura poderia contribuir para a descodificação deste universo semiótico, ela teria que ter um conteúdo diferente desta, e deter-se predominantemente no estudo de teorias da comunicação, onde os diferentes estádios da produção, circulação, uso e reprodução de mensagens fosse central. A opção que tomámos percorre uma trajectória diferente e procura recuperar competências de leitura hoje menos cultivadas. Privilegia-se, além disso, uma forma de coesão programática, que implica as próprias metodologias, assentes na leitura e diálogo sobre a leitura. A projecção ocasional de um filme ou mesmo de um videograma de carácter pedagógico poderia surgir como uma diversão talvez bem-vinda, mas com carácter accidental e desarticulado das sequências programáticas. Pensamos, pois, que o recurso a meios audio-visuais deve ser parte estruturante e estrutural de um programa, mas este terá que ser concebido sobre premissas e ter finalidades diferentes deste.

A apresentação da estrutura e dos desenvolvimentos programáticos que se fará a seguir tem como orientação a dimensão pedagógica e não, predominantemente, a conceptualização e fundamentação científica que estão na sua raiz. Por isso as referências bibliográficas serão limitadas aos textos de leitura obrigatória no programa, e a outras fontes que têm relevância directa para a problematização das questões a tratar e que serão indicados aos estudantes como bibliografia complementar. No final deste projecto apresenta-se a lista de textos de leitura obrigatória, com indicação sobre a modalidade de acesso, em fotocópia ou em edição corrente. Uma segunda secção da bibliografia incluirá as fontes complementares recomendadas aos estudantes e, finalmente, uma terceira parte indicará outros títulos que influenciaram a concepção deste programa e as suas modalidades de desenvolvimento.

Estrutura do Programa de Cultura Inglesa I

Primeiro semestre

1. Introdução à análise da cultura

- 1.1. A pluralidade dos significados
- 1.2. Significados e posições teóricas
 - 1.2.1. Do século XV ao século XVIII
 - 1.2.2. “*The whole way of life of a people*”
 - 1.2.3. Análise estrutural e sincronia
 - 1.2.4. Análises diacrónicas
 - 1.2.5. Culturalismo, *New Historicism*, materialismo cultural
 - 1.2.6. Novas aberturas: pós-estruturalismo, desconstrucionismo, estudos de género, sub-culturas, estudos pós-coloniais
 - 1.2.7. A questão da identidade cultural

2. O objecto de estudo: a “Cultura Inglesa”

- 2.1. A história das quatro nações
- 2.2. “*Englishness*” e “*Britishness*”: identidade cultural

3. A formação da modernidade

- 3.1. Formações étnico-culturais das Ilhas Britânicas
- 3.2. A conquista normanda
- 3.3. O desmembrar do “império” eduardiano e o advento da modernidade
- 3.4. Linhas de mudança: sistematização

4. A modernidade incipiente

- 4.1. Humanismo e Reforma
- 4.2. Renascimento, Renascimento Isabelino e Revolução Científica
- 4.3. Cultura e religião: *Church* e *Dissent*
- 4.4. O Estado, o poder e a formação das sociedades
- 4.5. A estrutura social

5. A modernidade e o “paradigma do Iluminismo”

- 5.1. A Revolução Agrária e a Revolução Industrial do século XVIII
- 5.2. A independência das colónias americanas

- 5.3. A Revolução Francesa
- 5.4. O “paradigma do Iluminismo”
 - 5.4.1. O princípio da riqueza das nações
 - 5.4.2. O princípio da população
 - 5.4.3. O princípio da maior felicidade
 - 5.4.4. O princípio da formação do carácter

6. Sistematização geral

- 6.1. A formação do “estado-nação” e da “sociedade civil”
- 6.2. As estruturas sociais em mudança: classe e *gender*
- 6.3. Cultura e religião

Segundo semestre

1. Mudanças estruturais na modernidade

- 1.1. Utilitarismo e idealismo
- 1.2. “*The Condition of England*”
- 1.3. Educação liberal, cultura e classe
- 1.4. Desencanto e revivalismo
- 1.5. Ciência e religião
- 1.6. *Self-Help*
- 1.7. Educação útil
- 1.8. A educação dos trabalhadores
- 1.9. A cultura das classes trabalhadoras

2. Cultura erudita, cultura popular, cultura de massas

- 2.1. Cultura erudita, humanismo liberal e identidade cultural
- 2.2. Cultura popular e cultura de massas

3. Identidades e pós-modernidade

- 3.1. Regionalismos e globalização: novas identidades
- 3.2. A Modernidade: sistematização
 - 3.2.1. O espaço nacional
 - 3.2.2. A composição populacional
 - 3.2.3. Os sistemas de produção
 - 3.2.4. A educação
 - 3.2.5. A religião
 - 3.2.6. Comportamentos e atitudes sociais
- 3.3. A pós-modernidade

Desenvolvimentos programáticos

Primeiro semestre

O programa está orientado por um vector de construção de conceitos, observados em crescente complexidade. A apresentação destes conceitos é suportada pelo desenvolvimento de teorização social e cultural que se começa a sistematizar na segunda metade do século XIX, para se vir a desdobrar em linhas de análise crescentemente especializadas no século XX. A descrição deste processo, que não dispensa uma primeira apreciação crítica, constitui o enquadramento global do programa, apresentado como introdução no primeiro semestre e retomado, com um nível acrescentado de conhecimentos e entendimento, no final do segundo.

1. Introdução à análise da cultura

1.1. A pluralidade dos significados:

A primeira questão a debater na definição de um programa de Cultura Inglesa é o próprio significado da palavra Cultura. Os diferentes significados acumulados ao longo do tempo, presentes de modos diferentes em diferentes tradições, apontam inequivocamente para a pluralidade e a interdisciplinaridade que facilmente podem levar a uma dispersão pedagogicamente indesejável. Será, por isso, imperativo construir um feixe de referências centrais que possam posteriormente funcionar como aglutinadoras de outras posições diferenciadas.

Uma maneira de contornar o risco da dispersão, contribuindo ao mesmo tempo para a clarificação de significados, será começar o estudo da cultura inglesa com uma breve síntese da história da palavra “cultura”. Os significados que se acumulam, sem mutuamente se excluírem, até aos meados do século XX, poderão ser brevemente enunciados e tratados numa perspectiva diacrónica. No entanto, será fundamental uma apreciação mais demorada relativamente às problematizações posteriores. A emergência progressiva de uma preocupação pelos fenómenos “culturais” nas disciplinas de antropologia e de sociologia começou a gerar usos diversos para a mesma palavra que contrariavam uma necessidade de definição e rigor sentidos cada vez mais como indispensáveis. As diferentes linhas de análise abertas ainda na primeira metade do século XX pelas posições estruturalistas naquelas disciplinas, por “escolas” de análise social sobretudo na Alemanha e nos Estados Unidos, pelas actividades da crítica literária, ou ainda pelo cultivo de formas de história económica ou social, conjugam-se para a interpretação sob novos ângulos da cultura contemporânea.

Pretende-se, assim, na componente introdutória à análise da cultura problematizar as formações culturais das sociedades modernas, de que a cultura inglesa será objecto específico de estudo, caracterizado no ponto seguinte do programa. No ponto introdutório será acentuada, como já se referiu, a pluralidade de significados da palavra cultura, a que se seguirão desenvolvimentos que problematizam essa polissemia em relações contextuais.

O significado preferencial do termo será o de cultura enquanto conceito que se refere à textura de uma sociedade, e à maneira como a linguagem, os símbolos, os significados, as crenças e os valores organizam as práticas sociais. A dimensão sociológica da cultura é deliberadamente adoptada, já que nos parece ajustar-se de forma feliz a um objecto de estudo que se define num espaço geográfico próprio e num tempo susceptível de ser delimitado, onde se irão procurar as condições específicas da formação da(s) identidade(s).

1.2. Significados e posições teóricas

Começar-se-á por apresentar cinco definições de cultura, quase sequenciais no tempo, que irão proporcionar simultaneamente a introdução teórica e a cobertura temática do programa.⁷

1.2.1. Do século XV ao século XVIII

A primeira definição, encontrada em textos do século XV, refere cultura na acepção de agricultura e tarefas com ela relacionadas. No desenvolvimento do programa esta temática será desenvolvida na caracterização sumária da sociedade medieval, indispensável para o melhor entendimento dos vectores de mudança que orientarão a formação das sociedades modernas.

Na segunda acepção, encontrada no século XVI, a palavra cultura começa a ser estendida a objectos mais abstractos, como as mentes. Esta acepção será retomada para a caracterização da cultura inglesa nos séculos XVI e XVII, onde a ênfase recairá nos movimentos do pensamento europeu e inglês, que se associam aos movimentos humanista e reformador, à revolução científica e ao desenvolvimento do pensamento sobre poder, autoridade, tolerância e a sua interpretação na formação das sociedades.

A terceira acepção reporta-se ao iluminismo e traduz uma concepção de cultura como um processo secular de desenvolvimento social. Esta acepção, mais demoradamente explorada em conjugação com a formação de um “paradigma do iluminismo”, proporcionará os comentários introdutórios aos pontos de vista iluministas sobre o desenvolvimento supostamente unilinear da humanidade e sobre a centralidade da Europa, cuja civilização é entendida como ponto culminante deste processo de desenvolvimento.

1.2.2. “*The whole way of life of a people*”

A quarta acepção decorre em boa parte da crítica de Herder ao próprio conceito iluminista de cultura, quando este autor contraria a noção de centralidade da Europa ao confrontá-la com a majestade da natureza. Herder inaugura novas vias de análise que serão continuamente desenvolvidas nos séculos XIX e XX. Há, em primeiro lugar, a registar uma nova concepção plural de cultura ou culturas, que chama a atenção para a diversidade e abre caminho para futuros desenvolvimentos culturalistas, frequentemente encontrados na análise britânica da cultura. Referimo-nos, concretamente, à concepção de cultura como *way of life*, ou à sua versão antropológica, enunciada por T. S. Eliot em *Notes Towards the Definition of Culture* e por Raymond Williams em *The Long Revolution*. Nesta acepção poderemos citar Robert Bocock: *the word*

*'cultures' (in the plural), refers to the distinctive ways of life, the shared values and meanings, common to different groups – nations, classes, sub-cultures (as for example, in phrases like 'working-class culture' or 'bourgeois culture') – and historical periods.*⁸

Esta acepção da palavra cultura parece-nos adequada à problematização da cultura oitocentista, a fazer no segundo semestre. Será então associada a um conjunto de fenómenos culturais e sociais que anunciam a modernidade plena, confrontada com as mudanças postuladas pelos processos de industrialização e de urbanização. Esta acepção proporcionará, também, o confronto entre o significado de cultura e o de civilização. Ao tratá-la, acentuar-se-á o conjunto de significados partilhados pelos grupos sociais, como por exemplo, as convicções religiosas, as concepções de democracia, as convenções que articulam as concepções de classe, a definição de género e dos papéis sociais que cabem a homens e mulheres, etc. Chamar-se-á a atenção, desde logo, para a recuperação posterior destas considerações.

1.2.3. Análise estrutural e sincronia

Por último, a quinta acepção da palavra cultura, a mais recente e a mais complexa, deverá primeiro ser enunciada e contextualizada em relação aos desenvolvimentos culturais do século XX, mas proporcionará o conjunto de instrumentos de análise que percorrerão, verticalmente, a totalidade dos planos temáticos enunciados como a estrutura do programa de Cultura Inglesa.

Nesta última acepção, a definição operacional de cultura será o conjunto de práticas através das quais os significados se produzem e se trocam dentro de um grupo. Cultura será então entendida, não como um objecto que pode ser descrito – como acontece com a quarta definição – mas como um processo gerador de significados que acentua a dimensão simbólica da linguagem, ou seja, de todos os sistemas de símbolos e sinais através dos quais se produz significado. Cultura será, assim, entendida como *signifying practices*.

A clarificação desta perspectiva deverá fornecer aos estudantes alguns instrumentos de análise cultural, associados em primeiro lugar à análise estrutural da cultura. As propostas de Saussure, Durkheim e Lévi-Strauss serão enunciadas para acentuar que a cultura opera como uma “linguagem”, com

uma estrutura própria, ou seja, um conjunto de regras gramaticais ou outras, que existem abaixo do nível da consciência individual. Este ponto é de importância fundamental para a construção de um vocabulário comum, que deverá indicar com clareza a distinção entre mudanças estruturais e mudanças dentro de uma estrutura. Como mudanças estruturais na cultura moderna encontraremos, por exemplo, o processo de secularização, a emergência do proletariado ou o desenvolvimento da cultura de massas. Outras mudanças ocorrem dentro da estrutura, como por exemplo os movimentos reformistas do século XIX.

Com Durkheim encontrar-se-á um exemplo de prática de análise cultural que identifica as representações colectivas com modos de representação do mundo de forma significativa para os membros do grupo. O conceito de “representações colectivas” inclui as crenças religiosas, os valores morais, os símbolos e as ideias partilhadas pelo grupo. As cargas simbólicas, colectivamente produzidas, podem associar-se a objectos, como a bandeira que simboliza a identidade nacional, ou a cruz, como símbolo de identidade religiosa; mas podem também produzir-se dentro de sub-grupos, tornando-se esta óptica particularmente eficaz quando se estudam, por exemplo, as sub-culturas de juventude, onde os códigos de vestuário, de música, de vocabulário ou outros, desempenham papel central para a noção de pertença.

A análise estrutural da cultura proporciona ainda a definição de sistemas de classificação, que Lévi-Strauss agrupou em sistemas de oposição binária. O sagrado e o profano, o masculino e o feminino, o selvagem e o civilizado constituirão, entre outros, exemplos de oposições binárias que contribuirão para a definição das estruturas da cultura moderna. Os sistemas de classificação serão, ainda, operacionais para a definição de estruturas familiares, contribuindo para a definição do sistema de *kinship* e a sua transformação para estruturas patriarcais e depois nucleares da família.

1.2.4. Análises diacrónicas

As definições estruturais de cultura proporcionam os meios adequados a análises sincrónicas. Os processos de mudança, os modos como ocorrem transformações nos fenómenos culturais, requerem processos de análise diacrónica. A obra de Max Weber, sobretudo *The Protestant Ethic and the*

Spirit of Capitalism, oferece um excelente meio de observar uma metodologia de análise cultural e uma interpretação seminal de um dos fenômenos centrais da modernidade, a formação do capitalismo ocidental moderno.

A relação entre os estímulos religiosos oferecidos pela ideia de vocação e a conduta racional que conduzem à acumulação de riqueza e à formação desse “cosmos tremendo que é a ordem económica moderna”⁹, situarão os fenômenos das Reformas do século XVI e os desenvolvimentos do puritanismo no processo dinâmico de transformação da modernidade e construção do capitalismo moderno. Esta linha de análise será retomada, no desenvolvimento do último ponto do programa no primeiro semestre, para problematizar o processo da Reforma em Inglaterra e as suas sequelas no século XVII, articulando-se com a observação das transformações económicas e sociais do mesmo período.

A importância conferida por Weber à racionalidade – ou seja, à adaptação instrumental dos meios aos fins – servirá de ponto de partida para a observação de uma outra força dinâmica de transformação das sociedades modernas: o desenvolvimento das ciências da natureza, assentes no empirismo e tendendo para a formulação de leis, ou princípios universais. Esta perspectiva será retomada, de novo no último ponto do programa do primeiro semestre, para enquadrar a análise da Revolução Científica do século XVII, e o processo de racionalização e secularização que culminará na formação do “paradigma do iluminismo”.

A constatação de Weber quanto ao afastamento gradual das primeiras motivações puritanas para a acumulação de capital, acompanhado pela crescente racionalização abre uma nova temática, a ser brevemente enunciada, respeitante à crítica, surgida no século XIX, relativamente aos fenômenos da urbanização e da industrialização. Referências a Coleridge, Carlyle, Matthew Arnold, John Ruskin e William Morris serão avançadas, para serem posteriormente desenvolvidas no segundo semestre. As posições destes analistas da cultura oitocentista serão perspectivadas em termos do crescente desencanto com o mundo moderno, o mundo da tecnologia e da civilização. Simultaneamente será sublinhada a formação do conceito de cultura que forma o *mainstream* da interpretação, na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX: o conceito arnoldiano da excelência, da busca da perfeição, a associação dos

valores culturais aos valores estéticos e éticos, a valorização da literatura e do espaço universitário como respectivamente o instrumento e o lugar adequados ao florescimento dos valores essencialmente humanos da cultura.

A teorização da perspectiva de desencanto com o mundo moderno será enunciada com referências ao conceito de alienação desenvolvido por Marx, à formulação da ideia de neurose desenvolvida por Freud, e à reapreciação dos valores do iluminismo produzida pelos analistas da escola de Frankfurt. O colapso de um longo processo civilizacional acelerado pelos pressupostos racionalistas do iluminismo é entendido por Horkheimer e Adorno como a face obscura do próprio paradigma do iluminismo, o triunfo da razão “técnica” e da burocratização sobre a razão “crítica”.

Os pontos de vista desenvolvidos por Horkheimer e Adorno em “The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception”, abrem novas perspectivas relativamente às transformações culturais precipitadas pelos novos meios de comunicação, conduzindo à formação de uma nova cultura de massas.¹⁰ Esta questão será problematizada em conjunto com o aparecimento de novas perspectivas relativamente à cultura popular, para acentuar primeiro o divórcio entre concepções de cultura erudita e de cultura popular, e depois os novos impulsos trazidos à análise da cultura pelo surgimento, em meados do século, das perspectivas abertas pelos estudos de Hoggart e de Williams e de E. P. Thompson.

1.2.5. Culturalismo, *new historicism*, materialismo cultural

A perspectiva culturalista dos novos estudos culturais será enunciada, partindo da leitura do texto de Raymond Williams “Culture is Ordinary”.¹¹ O conjunto de problemas da análise da cultura levantados neste texto – cultura erudita e cultura popular, influências de Marx e de Leavis, educação popular e cultura comercial, cultura e classe social, cultura do quotidiano – abrem os espaços de referência para *Culture and Society* e *The Long Revolution*. As referências ao primeiro serão breves, já que este texto voltará a ser utilizado no segundo semestre. *The Long Revolution* que, segundo o autor afirma, pretende interpretar, histórica e teoricamente, a natureza e as condições de uma cultura em expansão, será mais demoradamente tratado, através do capítulo “The Analysis of Culture”. Os conceitos aí apresentados de *social character*,

structure of feeling e *selective tradition* serão comentados e clarificados, dentro da ênfase emprestada pelo próprio Williams ao plano documental da análise da cultura. Este texto proporciona, em nosso entender, um bom exemplo de teorização e prática, ao enunciar os objectivos da análise da cultura e demonstrar os procedimentos do analista para os alcançar.¹²

As posições de Raymond Williams servirão, ainda, para desenhar as continuidades com as teorias historicistas e do *new historicism*, bem como do materialismo cultural. A dispersão e a variedade de posições teóricas surgidas nas últimas décadas, bem como a latitude de temáticas ensaiadas pelos analistas da cultura nestes campos, desaconselham qualquer tentativa de sistematização que aspire a ser completa, ao nível introdutório em que esta disciplina se situa. Parece-nos, assim, de acentuar os aspectos inovadores destas posições enquanto leituras *dissidentes* da literatura canónica, como a busca de fissuras, ou *faultlines*, que denunciam a coerência do texto buscada pela análise crítica tradicional.

1.2.6. Novas aberturas: pós-estruturalismo e desconstrucionismo, estudos de género, sub-culturas, estudos pós-coloniais

As rupturas com a tradição serão, por último, enunciadas num conjunto de novas concepções de cultura e de análise cultural. O conceito gramsciano de hegemonia oferecerá o ponto de partida para novas concepções de cultura entendida cada vez mais como um aparelho dentro de um vasto sistema de dominação, e menos como expressão de experiências individuais, locais ou de grupos associados a uma identidade de classe. A fragmentação dos estudos culturais em diferentes perspectivas de análise teórica, onde avultam a inflexão para as análises semióticas dentro de perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas, e a aplicação destas metodologias de leitura do “texto” a reinterpretções e subversões das leituras tradicionais (entendidas como o *close reading* proposto pelo *practical criticism* de I. A. Richards), poderá apenas ser enunciada como dinamizadora de novos campos de análise. Aqui os estudos de género, arrancando com a crítica feminista, inauguram novas vias de comentário crítico à representação das mulheres na literatura e à “socialização” dos papéis masculinos e femininos, transmitidos pela literatura, entendidos como intenção de prolongar os mecanismos da patriarquia e da subordinação sexual da mulher.

Os estudos sobre as subculturas de juventude constituem um outro campo de análise que desmonta concepções tradicionais de unidade cultural. Os estudos sobre a cultura popular, além de questionarem os conceitos tradicionais de cultura associados às elites, postulam novas concepções de pós-modernidade, associadas ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massas. Por último, os estudos pós-coloniais trazem para o primeiro plano da análise cultural uma nova ruptura na concepção tradicional da cultura ocidental e dos padrões de universalidade que postulava, ao evidenciarem os múltiplos processos de construção de identidades brancas e eurocêtricas (talvez também masculinas), e ao reclamarem narrativas alternativas de construção de outras identidades.

1.3. A questão da identidade cultural

Para além das diferenças de temáticas e de métodos de análise, os pontos atrás enunciados têm em comum a questão da identidade cultural. O tratamento desta constituirá o ponto de sistematização e síntese das questões que, em nosso entender, são mais relevantes para a análise da cultura. Tomar-se-á, como ponto de referência comum, um texto de Stuart Hall, intitulado “The Question of Cultural Identity”, incluído no volume *Modernity and Its Futures*. A tese de Stuart Hall é que as sociedades modernas do final do século XX estão a ser transformadas por uma forma distinta de mudança estrutural. As paisagens culturais de classe, género, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade, que nos ofereciam localizações firmes como indivíduos sociais, estão a ser fragmentadas. Essas transformações estão também a deslocar as nossas identidades pessoais e a destruir o sentido de nós mesmos como sujeitos integridos. A perda de um sentido de estabilidade do eu (*sense of self*) constitui uma descentralização do sujeito, tanto no plano social e cultural, como no plano individual, que equivale a uma crise de identidade. Stuart Hall acrescenta, neste estudo, uma nova dimensão ao debate sobre os processos de transformações que percorrem a modernidade, afirmando: *in what is sometimes described as our post-modern world, we are also 'post' any fixed or essentialist conception of identity - something which, since the Enlightenment, has been taken to define the very core or essence of our being, and to ground our existence as human subjects.*¹³

O texto de Stuart Hall permite rever um conjunto de conceitos associados à formação do paradigma do iluminismo; mas, além disso, sistematiza um importante conjunto de teorização no âmbito da análise social e das ciências humanas, oferecendo comentários às posições de Marx e de Althusser, de Freud e de Lacan, de Saussure e de Derrida, de Foucault e, por último, da crítica feminista, enquanto uma série de rupturas no discurso do saber moderno, cujo efeito é a des-centralização do sujeito cartesiano.

Num outro aspecto, ainda, a análise de Stuart Hall tem interesse central para o desenvolvimento do programa de Cultura Inglesa I: a apresentação do argumento da identidade nacional como formada e transformada dentro de um sistema de representação cultural. A nação, vista como comunidade simbólica, gera sentidos de identidade e de pertença que a análise cultural contemporânea tem vindo a comentar, sendo de destacar os trabalhos de Benedict Anderson (*Imagined Communities*, London, Verso, 1983), e de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (*The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, Canto edition, 1992). O apoio complementar destes textos permitirá começar a problematizar a questão da identidade nacional que será tratada com maior desenvolvimento no ponto seguinte do programa.

A questão da identidade é, ainda, entendida sob o ponto de vista da desconstrução em termos de classe, género e raça, cuja observação e análise vêm desmentir o conceito de “unidade” da cultura nacional. Este ponto será, também, retomado a seguir, no programa da disciplina. Por último, as questões associadas à globalização e às tensões geradas com o local e o regional serão ainda abordadas, começando-se a desenvolver os novos conceitos de “tradução” cultural e de hibridiz que anunciam novas identidades.

Com o conjunto de referências, sistematizações e comentários críticos acima enunciados, poderá agora colocar-se, com maior clareza, a questão do objecto de estudo. O que irá entender-se por “Cultura Inglesa”?

2. O objecto de estudo: a *Cultura Inglesa*

Os problemas de caracterização da identidade cultural, anteriormente discutidos, abriram uma área de reflexão onde não poderá já parecer claro o

que se entende como objecto de estudo. Dentro do quadro institucional do Departamento de Estudos Anglísticos, e das reformas curriculares acima mencionadas, não poderá deixar de se reconhecer um primeiro contorno disciplinar associado ao Reino Unido. Mas as reflexões anteriormente desenvolvidas vieram suscitar um leque de novas questões que se prendem com a caracterização dos contornos de espaço e de tempo, os territórios onde se inscrevem os conteúdos disciplinares. Definir o espaço (ou os espaços) geográficos onde se inscreve a concepção de “inglês”, e delimitar o período em análise, será o primeiro objectivo deste ponto do programa.

2.1. A história das quatro nações

O primeiro problema, que se prende com a definição do espaço, é o da formação das quatro nações que Hugh Kearney estudou em *The British Isles: A History of Four Nations*.¹⁴ A perspectiva de Kearney, que é claramente “britânica”, desenvolve-se a partir da convicção de que os passados nacionais – inglês, irlandês, escocês e galês – devem ser estudados em relações mútuas, sob pena de se continuar a acentuar uma matriz etnocêntrica inglesa. A problematização da identidade, ou das identidades, nacionais será feita, na continuação deste ponto do programa, através de uma problematização histórico-cultural das Ilhas Britânicas.

Na definição do tempo, ou seja, do enquadramento temporal considerado mais relevante e adequado para a clarificação da identidade cultural, opta-se, como já se disse, por uma maior concentração no período, já de si amplo, da modernidade.

Não poderá, porém, tratar-se qualquer destes pontos sem primeiro fazer uma breve retrospectiva das identidades culturais das Ilhas Britânicas que serão depois problematizadas nos dois semestres lectivos com maior atenção. Neste ponto do programa apenas se desenharam em traços largos as temáticas que serão posteriormente mais longamente desenvolvidas, mas apresenta-se desde já um conjunto de enunciados que as irão articular.

A apresentação dos traços formadores das identidades culturais britânicas servirá o objectivo de relembrar aspectos fundamentais da história do Reino Unido, problematizados e perspectivados segundo uma linha de interpretação que articula e confere nexos a todo o programa.

Reconhecer-se-á que, com a formação da modernidade, a Inglaterra começou a estender sobre os restantes territórios britânicos e sobre a Irlanda processos de dominação política, económica, religiosa e institucional que conduziram à formação de um primeiro “império” inglês. A ruptura de subsistemas medievais, diferenciados regionalmente, opera-se pela imposição, em Gales, na Escócia e na Irlanda, de modelos de herança fundiária ingleses, assentes no direito de primogenitura, que destroem o *kinship*, por imposição de normas jurídicas e administrativas, mas principalmente pela expansão da Reforma inglesa e das medidas de desapropriação das ordens religiosas e de um novo impulso para o *enclosure* que altera profundamente os mercados alimentares. A própria expansão da língua inglesa, como linguagem da lei, da política e da sociedade educada é veículo de dominação.

Na continuação do processo cultural dos séculos XVII e XVIII a matriz inglesa acentua-se, não obstante a persistência das culturas locais e, frequentemente, da sua resistência aos processos de colonização ingleses, testemunhados por revoltas armadas ou formações dissidentes da ortodoxia anglicana. No entanto, os processos de transformação que afectaram primeiro a sociedade inglesa fizeram-se sentir também nas culturas galesa, irlandesa e escocesa. Os autores de língua inglesa que, nos séculos XVIII e XIX fazem parte integrante da formação retrospectiva do *mainstream* inglês foram, muitos deles, irlandeses, escoceses e galeses, de origem ou *background*. Ficaram, no entanto, associados à matriz inglesa da cultura britânica e legitimaram, em boa medida, o alargamento do sentido do termo “inglês” para incluir as outras culturas do Reino Unido.

Deste modo se justificará a designação da disciplina, entendendo-se que a “cultura inglesa” se define numa acepção vasta e flexível, que envolve as quatro nações, mas poderá englobar também aspectos da colonização e do império britânico.

2.2. *Englishness* e *Britishness* – identidade cultural

A fim de sistematizar esta questão, recomendar-se-á aos estudantes a leitura de um texto de Krishan Kumar, que será disponibilizado em fotocópia. Em “ ‘Britishness’ and ‘Englishness’: What Prospect for a European Identity in Britain Today”, o autor parte do fenómeno contemporâneo da globalização e

das tensões contrárias para a regionalização e para o empolamento dos nacionalismos, com o intuito de comentar a formação dos dois termos, *Britishness* e *Englishness*, ancorados historicamente, embebidos em interpretações diversas do próprio processo histórico, fundados em instrumentos de comunicação distintos.¹⁵ A interpretação de Kumar tem a vantagem, para além da brevidade, de passar em revisão o processo histórico e definir alguns parâmetros de especificidade cultural britânica, como o anti-catolicismo, a insularidade ou o imperialismo, e de nacionalismo inglês, como a tradição anglo-saxónica, a interpretação *whig* da história, a cultura intelectual pragmática, empírica, utilitária, concreta, individualista. As considerações que tece sobre a língua inglesa, a formação do canon literário e as referências às políticas editoriais que reforçam a convenção da centralidade da matriz literária inglesa relacionam-se com questões de análise da cultura anteriormente tratadas.

As raízes dos nacionalismos que agitam o mundo contemporâneo, e em particular a identidade britânica na sua complexidade, entroncam em passados remotos, sem o conhecimento dos quais será extremamente difícil tomar posições informadas num mundo contemporâneo devastado por tensões conflituosas, onde se esbatem os referenciais tradicionais. Reconstruir os nexos que consideramos fundamentais nesse passado, com vista à clarificação do conceito de estado-nação, das dinâmicas de formação do capitalismo moderno, da secularização do pensamento e da construção das “certezas” universais do iluminismo será o objectivo do ponto seguinte deste programa.

3. A formação da modernidade

3.1. Formações étnico-culturais das Ilhas Britânicas

As formações étnico-culturais das Ilhas Britânicas deverão merecer uma brevíssima referência, em que se pretende acentuar sobretudo a genealogia das palavras que são hoje usadas para distinguir as quatro “nações”. A romanização das zonas da Grã-Bretanha sob a alçada do Império Romano será também brevemente referida, acentuando-se, neste contexto, a introdução do cristianismo. Os quatro séculos que medeiam entre a retirada das tropas

romanas e a chegada dos Vikings serão perspectivados em termos das quatro culturas em presença: britânica, anglo-saxónica, irlandesa e picta. A perspectiva anglo-saxónica será ilustrada através de excertos da obra de Beda, *Ecclesiastical History of the English People*, de que alguns excertos serão facultados em fotocópia, a partir da edição Penguin, na edição revista de 1990. Será sublinhada a parcialidade do ponto de vista do autor, tanto na centralidade do papel dos anglo-saxões quanto na visão da história, narrada na óptica de um processo missionário de conversão, divinamente determinada, dos bretões, e da formação de uma igreja inglesa católica. Será feita referência à formação do mito arturiano enquanto manifestação de uma cultura bretã em derrota, que procura compensação na história de um guerreiro que voltará para derrotar o agressor anglo-saxónico. A reemergência da lenda arturiana com Geoffrey de Monmouth no século XIII, ou com Tennyson, no século XIX, constitui um nexo de relação entre diferentes períodos da cultura britânica.

O período que decorre entre o princípio do século IX e os meados do século XI é dominado pelas invasões viking. O mapa cultural das Ilhas Britânicas seria radicalmente alterado, principalmente na faixa costeira oriental, onde a cultura anglo-saxónica praticamente desapareceu, para dar lugar a uma cultura pagã e oral. Em contrapartida, a formação e a expansão, sobretudo durante o século X, dos reinos saxónicos do Wessex, evidenciam a formação de novas práticas, dando origem a um feudalismo incipiente.

As questões atrás enunciadas serão articuladas nos eixos estruturais da formação de sociedades guerreiras e aristocráticas em confronto com sociedades agrárias e comerciais; de confronto entre sociedades onde prevalecem as relações de *kinship* e aquelas em que prevalecem sistemas de autoridade centralizada que conduzirão à formação de monarquias hereditárias; de confronto entre as religiões pagãs determinadas pela imanência da natureza e a religião cristã, determinada por um modelo transcendente, apoiado numa estrutura eclesiástica altamente organizada.

3.2. A conquista normanda

A conquista normanda vem trazer novos problemas de análise social e cultural. A formação de uma aristocracia de língua francesa vem reforçar a

tendência para o feudalismo e impor-se como cultura dominante sobre as culturas colonizadas. A construção de castelos e fortificações é evidência da formação de novas autoridades locais, mais significativas culturalmente do que acontecimentos supostamente nacionais, como a Magna Carta. A transformação trazida pela conquista no quadro da Igreja é outro aspecto a considerar, sublinhando-se a tendência para a monumentalidade das novas construções eclesiásticas e o reforço da importância da estrutura de poder episcopal apoiado pela coroa e as reformas monásticas em modelo cisterciense. O aumento do número de *boroughs* será o terceiro elemento a enfatizar, mas para lembrar que as novas “cidades” não se formam espontaneamente como espaços adequados ao comércio livre, mas antes como lugares regulamentados, onde toda a actividade comercial é submetida ao pagamento de impostos. Por último, a presença normanda será ainda referida a propósito do desenvolvimento do sistema senhorial, tradicionalmente associado a formas de cultivo em regime de campo aberto, onde os camponeses cultivavam faixas de terra.

3.3. O desmembrar do “império” eduardiano e o advento da modernidade

Os séculos XIV e XV serão brevemente revistos, para se observar o processo de desmembramento de um “império” eduardiano, que integrara as Ilhas Britânicas num quadro de dominação único, em quatro unidades “nacionais”. A Guerra dos Cem Anos terá constituído um foco de polarização das energias nacionais que desvia a atenção dos assuntos internos, passando estes a estar cada vez mais dependentes das organizações locais e das vassalagens pessoais. A Peste Negra de 1349 contribui para substanciais alterações económicas e sociais, ao reduzir em cerca de um terço a população das Ilhas Britânicas, e fazer reverter a tendência de *land hunger* anterior, para uma situação de carência de mão de obra. Em termos muito genéricos será feito o confronto entre dois tipos coexistentes de organização social: uma militar e aristocrática, que protagoniza os episódios da Guerra dos Cem Anos e os conflitos internos da chamada Guerra das Rosas, e outra, mercantil, que começa a desenvolver a manufactura de textiles e que irá, gradualmente, adquirindo maior importância.

3.4. Linhas de mudança – sistematização

As “tendências” acima sistematizadas, definidas em traços necessariamente largos, não excluem as diversidades encontradas em qualquer das regiões das Ilhas Britânicas, onde histórias específicas de resistência e de assimilação se podem encontrar. As limitações de tempo lectivo impõem, no entanto, grande contenção relativamente à pormenorização deste período. Opta-se, pois, deliberadamente, por um conjunto de elementos de análise que permitem traçar um quadro de referências dentro do qual se pode problematizar o conjunto de mudanças que anunciam a modernidade.

Esses elementos serão, neste ponto, sistematizados em quatro eixos principais de transição do medieval para o moderno.

Primeiro, a transição das relações de *kinship*, entendidas como processo organizador para a estabilização de laços sociais, para a formação de relações pessoais, de amizade ou intimidade, como meios de estabilização dos laços sociais.

Em segundo lugar, a transferência de importância da comunidade local para espaços alargados, geográfica e socialmente, que requerem maior mobilidade.

Em terceiro lugar, a alteração das cosmologias religiosas que ofereciam modos de crença e prática ritual enquadradas por uma interpretação providencial da vida humana e da natureza, para novos critérios de explicação racional.

Por último, a alteração de um conjunto de convenções associadas a práticas tradicionais, de repetição, que serão gradualmente substituídas por processos de inovação e experimentação.

4. A modernidade incipiente

4.1. Humanismo e Reforma

A análise do texto de Thomas More, *Utopia*, terá, neste ponto, a função de concorrer para determinar elementos medievais e elementos modernos que ilustram e problematizam as complexidades da época.¹⁶ As definições de espaço e de tempo serão problematizadas na relação entre o espaço “real” das Ilhas Britânicas e o espaço alargado das novas descobertas oceânicas, com o

espaço ficcional da ilha da Utopia. O tempo “real” da primeira década e meia do século XVI será confrontado com a intemporalidade da Utopia. As condições sociais, as relações de poder, as convenções culturais humanistas, o quadro de inovação científica serão outros tantos temas a desenvolver, enquanto relato embebido num espaço e tempo específicos, para serem confrontados com o modelo a-espacial e intemporal da organização utopiana. O tema da insularidade, considerado fundamental pelos analistas contemporâneos da identidade nacional será, necessariamente, contemplado. A formação de um pensamento que procura racionalizar a religião e o comportamento individual e social será sublinhada, para abrir as novas vias da modernização dos saberes, que constitui um dos eixos fundamentais de desenvolvimento programático. Também as questões relacionadas com a organização social e o aproveitamento de recursos naturais serão analisadas. Será este o momento adequado para descrever os modos de produção na transição do período medieval para o moderno, anunciando-se a política de *enclosure*, a génese do *domestic system* e as alterações nas estruturas familiares.

A determinação dos traços essenciais do pensamento humanista de More permite alargar a questão para a expressão de pensamentos que contrariam a autoridade tradicional (medieval), e buscam outras fontes de autoridade e explicação. O estudo do grego e de Platão, a hermenêutica dos textos sagrados, a vontade de restituir à Igreja Cristã tanto a doutrina que esteve na sua origem, como as práticas morais da hierarquia e dos fiéis, serão outras tantas linhas de reflexão que situarão a Reforma num contexto de Humanismo europeu, para nele se inscreverem os acontecimentos peculiares da Reforma Henriquina.

A formação de uma identidade nacional em termos de *Englishness* será entendida enquanto intenção de consolidação do poder pelo fundador de uma dinastia de genealogia duvidosa, Henrique VII, em políticas continuadas por Henrique VIII e Thomas Cromwell, através de medidas administrativas que legalizam a autoridade da coroa e redefinem as concepções de Estado e de Império. O colapso das estruturas tradicionais da hierarquia eclesiástica e a extinção das casas monásticas serão outros traços de mudança que anunciam a modernização da sociedade britânica, tanto no que se refere à secularização do poder, como

à redistribuição da propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, os desenvolvimentos doutrinários da Reforma, no reinado de Eduardo VI, anunciam o teor luterano e calvinista que gradualmente formariam correntes de opinião dissidente relativamente a um anglicanismo moderado definido pelo *Settlement* isabelino, e dariam lugar ao puritanismo seiscentista. A importância das línguas clássicas e do hebraico para o conhecimento e estabelecimento da autenticidade dos textos sagrados, e a preocupação em traduzir para as línguas vernáculas os textos sagrados, estabelecer um canon, e difundir através da imprensa, em edições acessíveis e portáteis, a Bíblia, ou o *Prayer Book*, serão aspectos culturais referidos a partir de finais do século XV, articulando a literacia e a religião com os instrumentos de formação de ideias e de controlo da sua transmissão. As diferentes traduções do Antigo e do Novo Testamento, as diferentes versões do *Common Prayer Book*, *Book of Common Prayer* ou *Prayer Book*, até à *Authorized Version* ou *King James Bible* serão vistas como passos na formação de um canon religioso que se pretende estabilizar e unificar, evitando com ele dissidências e desafios à autoridade. Ao mesmo tempo, a importância dada, no contexto das novas perspectivas luteranas e calvinistas, à liberdade do cristão, tanto para agir de acordo com a sua consciência, como para interpretar de acordo com a sua razão, criam condições de contestação individual ou de grupos que concorrem para um clima de conflito cultural. Esta linha de análise será retomada ao tratarem-se os desenvolvimentos sócio-culturais do século XVII.

4.2. Renascimento, Renascimento Isabelino e Revolução Científica

O “Renascimento Isabelino” será enquadrado por uma problematização do Renascimento europeu, enquanto “época das ambiguidades”, como a definiu Georges Gusdorf. As ambiguidades não serão vistas apenas do ponto de vista da porosidade entre elementos medievais e modernos nas formas da representação do mundo e do indivíduo, mas também enquanto evidências de problematização da identidade individual, manifestada na literatura e nas artes visuais. A “cosmovisão isabelina”, que Tillyard caracterizou em termos de uma co-incidência entre um conjunto de ideias e valores associados a uma concepção hierárquica e teocêntrica do mundo, onde o homem vive transitoriamente o

exílio da graça divina, será confrontada com a possibilidade de leituras “dissidentes”, para usar a expressão de Alan Sinfield, onde se poderá sublinhar a fragmentação do sujeito, as convenções quanto ao gênero e à etnicidade, os conflitos de autoridade que podem ser lidos em textos da época. De novo, as restrições de tempo lectivo não serão compatíveis com análises desenvolvidas, mas o que se pretende, neste momento, é uma sensibilização dos estudantes para modos diversos de encarar e interpretar textos em contextos culturais específicos.

As ambiguidades do renascimento inglês estão claramente presentes no pensamento de Francis Bacon. O *bucinator* dos novos tempos é, também, um continuador das convenções mágicas e alquímicas da Idade Média. O plano dos novos saberes, apresentado por Bacon em *The Advancement of Learning*, servirá como esquema conceptual para os novos desenvolvimentos da razão aplicada a leituras da natureza e do homem que se fundam na observação e na experimentação, dentro, ainda, de uma convenção hierárquica da importância de cada área do saber. A separação das competências racionais, para a explicação dos fenómenos naturais, das competências sobrenaturais, reveladas por desígnio divino e adequadas à aceitação do milagre como expressão de uma razão superior, não sujeita às limitações da razão discursiva, permitirá identificar uma primeira fissura na unidade da religião cristã, enquanto esquema de explicação universal. A separação proposta por Bacon, entre a religião revelada e a filosofia natural, supõe a identificação de outras fissuras relativamente a toda a concepção do saber, que requer agora a libertação de um conjunto de convenções de autoridade. Os *idola* baconianos isolam e desmontam cada uma das áreas tradicionais de transmissão dos saberes, para recomendar a limpeza da razão relativamente às falsas ideias e conceitos que o hábito sancionou como autoridade. O recurso à observação e à experimentação, com vista ao estabelecimento de verdades universais, ou leis naturais, que desvendam o funcionamento misterioso da natureza, têm expressão prática no método indutivo. Munida de novas competências para enfrentar os mistérios da natureza, a razão baconiana será observada no desenvolvimento de *New Atlantis*, obra que oferece áreas complementares de interpretação¹⁷: a separação clara entre revelação e filosofia natural, que demarca o espaço da

aplicação da inteligência ao mundo natural, a aplicação da razão ao estudo de todos os fenómenos naturais entendidos ainda no enquadramento elementar de terra, água, ar e fogo, a aplicação de cada uma das aptidões sensoriais ao estudo da natureza, a dignificação do saber enquanto fonte suprema de poder e de autoridade, expressa na Casa de Salomão. Outras linhas temáticas serão abertas, nomeadamente quanto à concepção ficcional do texto, sublinhando-se as semelhanças e as diferenças com a *Utopia*, ou referindo-se a simbologia que rodeia a Festa da Família.

O pensamento de Bacon expresso especialmente em *New Atlantis* exemplificará a nova epistemologia que separa, gradualmente, a modernidade da medievalidade. A secularização do saber, que abrirá as novas perspectivas em direcção à modernidade plena, associada às novas metodologias de observação e experimentação, com vista ao estabelecimento de novos critérios de “verdade” universal, será vista como um dos vectores de formação do “paradigma do iluminismo”.

4.3. Cultura e religião: *Church* e *dissent*

A relação entre cultura e religião será observada ao longo do século XVII, onde se sublinhará a formação, já anteriormente anunciada, do puritanismo e do *dissent*. As rupturas numa suposta unidade cultural tornam-se evidentes através da análise da porosidade entre concepções religiosas e políticas, que traduzem orientações diversas quanto aos modelos de autoridade e estabilidade. Os conflitos de autoridade revelam as tensões de aproximação e afastamento da Grã-Bretanha relativamente à Europa. Os movimentos de aproximação, traduzidos pela tendência arminiana de Laud na religião e absolutista dos monarcas Stuart na política, são contrariados pelos movimentos insulares dos puritanos e da *gentry*, sendo as tensões resolvidas, de acordo com a leitura tradicional, na Revolução Gloriosa de 1688. Será este o momento adequado para chamar a atenção para os critérios de selecção que presidem à leitura *Whig* da história da “Inglaterra”, e apontar as suas limitações.

A concepção *Whig* da história, que interpreta a Revolução de 1688 como um fenómeno pacífico e consensual, que marca o primeiro passo para

a prosperidade de uma sociedade fundada na tolerância e aberta para a democracia, será confrontada com a concepção de divisão dentro de uma nação que substitui o sentido de pertença a um grupo social, por um sentido de pertença a uma forma particular de religião. As fragmentações dentro da cultura britânica, entendidas em sentido muito geral nas duas formações de *Church* e *dissent*, anunciarão a crescente complexidade das diversas formações culturais: o ascendente anglicano nas instituições do poder, a influência episcopal nas universidades, *public schools*, exército e marinha, enquanto o *dissent* se via forçado a criar as suas próprias instituições de ensino, as academias. Esta distribuição de influências religiosas, a que se virão acrescentar outras ao longo do século XVIII, voltará a ser integrada nos conteúdos curriculares do segundo semestre, quando se tratarem as alterações de perspectivas educacionais que ocorrem no período vitoriano.

4.4. O Estado, o poder e a formação das sociedades

As tensões político-religiosas que têm expressão no tecido social seicentista serão problematizadas através de textos de Hobbes e de Locke. A leitura da “Introdução” e dos capítulos VI a X e XIII, XIV e XVII de *Leviathan* bem como dos primeiros capítulos do *Second Treatise on Civil Government* de Locke permitirão observar a aplicação dos princípios do empirismo baconiano agora aos processos de formação das sociedades e à definição dos estímulos para o comportamento individual e social.¹⁸

As diferenças de perspectiva entre a concepção hobbesiana do estado hierarquizado e da centralidade da sede do poder e da autoridade, e a concepção lockeana da tolerância, do individualismo e finalmente da democracia serão comentadas e contextualizadas, bem como criticamente interpretadas como nexos fundamentais nos desenvolvimentos das teorias políticas, sociais e económicas britânicas. As relações que se estabelecem entre o pensamento de Hobbes e o de John Austen e de Jeremy Bentham, a clara influência do pensamento de Locke sobre Berkeley e Hume serão evidenciadas, para formarem os eixos de reflexão em que se desenvolvem, na Grã-Bretanha, as tendências do racionalismo e do empirismo.

Os temas tratados pelos dois autores – o poder e a autoridade, a formação das sociedades, a lei natural e o direito natural, o consentimento e o contratualismo, a propriedade, a liberdade, a igualdade, o senso comum – serão articulados com o contexto dos anos anteriores e posteriores à Revolução de 1688, num diálogo entre a produção de reflexão filosófica em novas linhas racionais e empíricas, e os percursos constitucionais, sociais e económicos da nação (ou das nações) britânica(s). O pensamento de Hobbes enquanto apelo de resistência à guerra, e sobretudo à guerra civil, a insistência de ambos os autores na formação das sociedades civis por consentimento e a importância daí decorrente da aprovação de leis regulamentadoras da convivência social pacífica, a prosperidade fundada no trabalho e na propriedade, que decorre do exercício da liberdade individual em contextos juridicamente enquadrados e as perspectivas liberais de Locke, clarificam os caminhos que a sociedade e a cultura britânicas irão percorrer no século XVIII.

4.5. A estrutura social

Esses caminhos não são, porém, lineares, uniformes, com sequências lógicas, como algumas perspetivações históricas da Inglaterra de setecentos querem evidenciar. O século XVIII será visto, antes, como um momento controverso na formação da modernidade britânica. A sociedade era já capitalista, materialista, orientada para o mercado. Referências a *A Tour Through the Whole Island of Great Britain* (1724-6) de Daniel Defoe deixarão perceber a formação das unidades domésticas de produção, que se inscrevem já num sistema capitalista de concentração de matérias primas, distribuição da produção e consumo de mercado, movido pela iniciativa do *entrepreneur*.¹⁹ O temperamento social era mundano, pragmático, sensível às forças económicas. Em contraste, as instituições políticas e a distribuição da riqueza e do poder eram abertamente inigualitárias, hierarquizadas, hereditárias e privilegiadas.

A estrutura social será perspectivada em termos de *ranks* e *orders*, de acordo com concepções de hierarquia persistentes, em que se atribui ainda valor fundamental à posse de terra e à sua transmissão hereditária, no sistema de primogenitura, como instrumento de preservação da estrutura fundiária.

A desagregação dos diferentes *ranks* e *orders* abaixo dos proprietários de terras e da hierarquia eclesiástica ilustrará a complexidade de uma estrutura social em que as bases crescem na proporção inversa dos recursos económicos. A consulta a tabelas de distribuição populacional e social de Gregory King, em finais do século XVII, evidenciará as particularidades da textura social inglesa antes da Revolução Industrial. Perspectivar-se-á este período não em termos de uma *Old Order* nostalgicamente recuperada por historiadores *Tory* como crepúsculo de uma cultura integrada, elegante e harmoniosa, mas como convergência de tensões diversas, nomeadamente religiosas.

A sociedade e a cultura setecentistas serão, então, perspectivadas em termos de um crescimento da importância da matriz “inglesa”, na sequência da Reforma e do estabelecimento do Anglicanismo como religião dominante, mas sempre em interacção com as culturas das periferias, galesa, irlandesa e escocesa e das colónias americanas. Referências a Swift, Burke, Goldsmith e Sheridan evidenciarão a porosidade entre os elementos Anglo-Irlandeses e a cultura metropolitana, enquanto a produção filosófica de David Hume, Adam Ferguson, ou Adam Smith anunciarão o contributo escocês para o iluminismo britânico.

5. A modernidade e o “paradigma do Iluminismo”

5.1. A Revolução Agrária e a Revolução Industrial do século XVIII

As mudanças estruturais que se aproximam serão anunciadas através do advento da Revolução Industrial, da independência das colónias americanas, reconhecida em 1783, e da Revolução Francesa de 1789-91. Cada um destes pontos deverá ilustrar linhas de mudança ou de conflito, político, social, económico e ideológico. A Revolução Agrária e os primeiros passos da Revolução Industrial no século XVIII darão enfoque especial às movimentações demográficas, que serão ilustradas pelo poema de Oliver Goldsmith, *The Deserted Village*. Será abordado também o nascimento do Metodismo, entendido como movimento missionário, oriundo da Igreja de Inglaterra, que permitirá a abertura de duas linhas de reflexão: uma, a problematização dos enquadramentos religiosos do século XVIII, em termos de *Church* e *dissent* e outra, que será posteriormente

retomada, de análise social, nos termos em que E. P. Thompson articula o Metodismo com a construção das classes trabalhadoras inglesas em *The Making of the English Working Class*.²⁰

5.2. A independência das colónias americanas

A independência das colónias americanas será articulada com um processo longo de crescimento económico, tanto na América como na Grã-Bretanha, fundado no desenvolvimento dos mercados, potenciado pela produção de matérias primas, dependendo a prosperidade daí decorrente do tráfico de escravos e do sistema colonial de escravatura. O olhar lançado sobre os futuros Estados Unidos possibilitará perspectivar outras interações que, posteriormente, se estabelecerão entre estes e o Reino Unido. A “Revolução Americana” de 1775-83 será entendida principalmente sob o ângulo da libertação das colónias de um conjunto de constrangimentos autoritários impostos pela estrutura política e religiosa do *establishment* inglês. A ausência de um *establishment* nos Estados Unidos, em consequência da independência, assim como o crescimento de diferentes formas de *dissent* imprimiria, na cultura americana, ênfases igualitárias e a ausência de uma hierarquia formal, questões que a cultura inglesa enfrentaria mais de perto com o fenómeno da Revolução Francesa. Mas a Revolução Americana parecia demonstrar já a possibilidade de criação de uma República, capaz de derrotar uma monarquia poderosa, e ser informada pelas ideias do Iluminismo: igualdade da natureza humana, tolerância, liberdade de pensamento e de expressão, separação dos poderes.

5.3. A Revolução Francesa

A articulação do pensamento de Thomas Paine, de formação Quaker, com os fenómenos da independência americana e com a Revolução Francesa contribuirá para a clarificação destes pontos, possibilitando o estabelecimento de nexos com o pensamento de Locke e com a tradição do radicalismo dissidente britânico. O comentário aos dois primeiros capítulos de *Common Sense* (1776) ilustrará as posições de Paine.²¹

Os aspectos relevantes da Revolução Francesa para a análise da cultura inglesa serão circunscritos mais aos processos ideológicos do que aos directa-

mente políticos. Os movimentos de pensamento que darão forma ao Iluminismo, protagonizados pelos *philosophes*, irão inscrever os princípios da “liberdade, igualdade e fraternidade” numa genealogia de pensadores, onde se destacarão Voltaire (também enquanto divulgador do pensamento de Newton em França) e Montesquieu, como uma primeira geração, David Hume, J.J. Rousseau, Diderot e D’Alembert como segunda geração, e Kant, Adam Smith, Turgot, Condorcet e Adam Ferguson, como elementos de uma terceira geração de *philosophes*. Neste ponto do programa interessará, sobretudo, sublinhar os aspectos da ruptura com o *Ancien Régime* aberta pela Revolução, no sentido da implantação de novas concepções de lei civil, de controlo parlamentar dos impostos, das liberdades individuais e da imprensa, da tolerância religiosa e, de um modo geral, da contestação e eliminação das leis, obrigações e privilégios feudais.

A posição crítica de Burke, desenvolvida em *Reflections on the Revolution in France* (1790) não poderá ser senão resumida, nos seus aspectos de apresentação de um ponto de vista conservador, que encara a sociedade como uma entidade mística, orgânica, em desenvolvimento, e contínua na sua essência. Os argumentos de Burke a favor do gradualismo das mudanças e das virtualidades da constituição britânica para operar ajustamentos sem rupturas revolucionárias, poderão apenas ser enunciados, devido à impossibilidade que se nos depara, no extenso texto de Burke, de isolar argumentos que, num conjunto reduzido de páginas, sintetizem as suas posições. Já a resposta de Paine, em *Rights of Man* (1791), possibilita a revisão dos argumentos de Burke na óptica do seu detractor através do “Miscellaneous Chapter”, e a sistematização dos princípios orientadores do autor na “Conclusão”.²²

Burke e Paine servirão de casos exemplares para tipificar o pensamento conservador e radical do século XVIII britânico. Será, no entanto, sublinhado que ambos partilham uma mesma tradição de pensamento político-social, que concebe a existência do homem numa condição pré-social, em que a formação da sociedade, do estado e do governo são resultado de escolhas conscientes, decorrendo a autoridade política de um contrato, implícito ou explícito, através do qual a sociedade cede uma parte da sua liberdade em troca dos benefícios da ordem. O nexos com o pensamento de Hobbes e de Locke será acentuado,

para de seguida se referirem novas orientações sobre estas matérias, que anunciavam novos percursos do pensamento social e político em finais do século XVIII.

5.4. O “paradigma do Iluminismo”

Estarão, agora, reunidos os elementos de análise que permitem partir para uma sistematização dos princípios do iluminismo, que serão articulados em torno de um conjunto de palavras/conceitos-chave: razão, empirismo, ciência, universalismo, progresso, individualismo, tolerância, liberdade, uniformidade da natureza humana e secularismo. O desenvolvimento de cada um destes pontos, assim como a reflexão sobre o significado cultural do iluminismo serão apoiados pelo texto “The Enlightenment and the Birth of Social Science”, de Peter Hamilton, em *Formations of Modernity*, que será disponibilizado em fotocópia.

Os aspectos que seleccionaremos para reflectir sobre o “paradigma do iluminismo” na Grã-Bretanha acentuarão o desenvolvimento do racionalismo, do empirismo e da secularização do pensamento e das práticas sociais. Estes textos têm em comum a preocupação com o estabelecimento de princípios universais determinantes para o funcionamento das sociedades e para a orientação dos comportamentos individuais. A sede de autoridade não é já entendida como “Deus” ou as Sagradas Escrituras, mas antes como a “Natureza” que expressa os desígnios de um “Ser Supremo”. Os princípios universais poderão ser fixados, após observação e experimentação, em leis ordenadas por processos lineares de causa e de efeito. Através de uma selecção de textos de finais do século XVIII e princípios do XIX serão perspectivadas as novas atitudes de pensamento e as novas temáticas que irão abrir as análises e os debates sobre a cultura e a civilização britânicas nas décadas que se seguirão.

5.4.1. O princípio da riqueza das nações

Com a análise dos dois primeiros capítulos de *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), de Adam Smith, coloca-se de imediato a questão da divisão do trabalho, num enquadramento de reflexão sobre o aumento de produção industrial.²³ Os benefícios da especialização de tare-

fas, enunciados por Smith, serão posteriormente contrastados com posições contrárias expressas por uma série de autores vitorianos, nomeadamente Carlyle, Ruskin e Morris. O segundo capítulo, que define o princípio universal da natureza humana para trocar e negociar, ilustrará a convenção iluminista da universalidade e uniformidade da natureza humana, introduzindo um outro aspecto fecundo para análises posteriores: a afirmação do *self love* ou *self help* como princípio positivo de conduta. Outras referências ao pensamento de Adam Smith terão que ser apresentadas teoricamente, nomeadamente a defesa do liberalismo na concepção de mercados determinados pelas leis naturais da oferta e da procura, com intervenção mínima dos governos, ou a concepção da “mão invisível”. A leitura e comentário destes textos, que serão também disponibilizados em fotocópia, deverá demonstrar a operação da filosofia iluminista na análise da situação social, começando um processo pedagógico que ilustrará a transferência dos princípios do empirismo baconiano da observação da natureza para a observação das sociedades e do comportamento individual.

5.4.2. O princípio da população

O ensaio de Malthus *An Essay on the Principle of Population* (1798), servirá como fonte de análise, por um lado, do efectivo crescimento populacional a que anteriormente se fizera referência, mas também de comentário à concepção optimista de progresso.²⁴ Os argumentos de Malthus serão lidos no primeiro capítulo da obra (que será fotocopiado) onde as “leis” da população são definidas, acentuando-se, no comentário, os aspectos de linearidade entre causas e efeitos com que o autor reflecte os pressupostos metodológicos que o orientam. Será referida a importância do pensamento de Malthus para as futuras formulações de Darwin sobre a selecção natural, que serão tratadas no segundo semestre. O malthusianismo e o neo-malthusianismo dão corpo a preocupações contemporâneas sobre as assimetrias do crescimento populacional no mundo, abrem linhas de reflexão e debate sobre a legitimidade de controlo governamental sobre a natalidade, tanto nas perspectivas mais liberais de “planeamento familiar”, como nas políticas autoritárias e sancionárias de alguns estados modernos.

5.4.3. O princípio da maior felicidade

Do ensaio de Jeremy Bentham *On the Principles of Morals and Legislation* (1789 e 1822) serão estudados os cinco primeiros capítulos, que serão também distribuídos em fotocópia.²⁵ O texto de Bentham reveste-se de importância em diferentes aspectos, que não deixarão de ser analisados. A formulação do “princípio da utilidade” ou da “maior felicidade do maior número”, objecto do capítulo I, será desde logo analisada, acentuando-se a importância “seminal” (como diria anos mais tarde John Stuart Mill) deste conceito em todo o pensamento pragmático oitocentista. A metodologia da exposição será ilustrada, capítulo a capítulo, demonstrando-se os processos de sistematização que impressionaram John Stuart Mill e que este deixou comentados no seu ensaio de 1838, “Bentham”. Será também objecto de comentário a concepção benthamita de sociedade, enquanto soma dos indivíduos que a compõem. Nesta perspectiva atomista, a sociedade é entendida como uma máquina e cada indivíduo estará sujeito ao mesmo tipo de pressões ou de influências. Esta perspectiva, que sublinha o conceito iluminista de igualdade radical da natureza humana, seria repetidamente denunciada pelas concepções idealistas do século XIX, como mais tarde se verá.

A filosofia utilitarista, ao definir a dependência do comportamento individual e colectivo dos estímulos de prazer e dor, e ao recomendar-se como orientação aos responsáveis pelos governos, apresenta-se definitivamente como um processo secular de decisão, e funda ideologicamente o radicalismo britânico oitocentista, em linhas de intervenção política que o separam das posições *whig* e *tory*. Os desenvolvimentos do utilitarismo nas políticas reformistas do século XIX serão referidos, principalmente quanto ao impacto do radicalismo nas reflexões sobre as reformas parlamentares, ou sobre a legislação assistencial e a formulação do *Poor Law Amendment Act* de 1834, o projecto de reforma prisional do *Panopticon* ou, ainda, nos projectos educacionais de inspiração benthamita, como os de Lancaster e Bell e na criação da Universidade de Londres.

5.4.4. O princípio da formação do carácter

O último texto seleccionado para ser incluído neste conjunto é o ensaio de Robert Owen *A New View of Society*, de 1813.²⁶ Serão estudadas as diferentes dedicatórias e o primeiro Ensaio, que serão disponibilizados em fotocópia. A necessidade de limitar os materiais de leitura obrigatória obriga-nos a excluir os aspectos práticos da aplicação do princípio da formação do carácter à comunidade de New Lanark, que Owen descreve no Ensaio III. Contudo, os argumentos avançados por Owen, sobretudo para o público britânico e para os seus *fellow Manufacturers*, são suficientemente claros para se entender a preocupação com a passagem da teoria à prática, a noção de que a “verdade” é observável, de que as mesmas causas provocam sempre os mesmos efeitos, o argumento da racionalidade da conduta, a convicção liberal dos benefícios colectivos que poderão decorrer da iniciativa individual quando orientada racionalmente. Também o apelo a atitudes reformistas e não revolucionárias e a convicção de que a inteligência racional operando através da demonstração será suficiente para persuadir e transformar atitudes, situam Owen num quadro de convicções iluministas, confirmado pela elaboração e demonstração de um princípio ou lei universal: o meio forma o carácter. As atitudes de Owen enquanto empresário filantrópico permitem-nos, ainda, perspectivar a formação de atitudes filantrópicas e humanitárias no século XVIII, e problematizar o paternalismo dentro das convenções do socialismo utópico. Finalmente, a insistência de Owen na criação de condições preventivas da criminalidade, em vez de correctivas, inscreve-o na linha do pensamento político-social da *Utopia* e de boa parte do pensamento de Bentham.

A actividade de Robert Owen desde a publicação de *A New View of Society* e ao longo de várias décadas será referida, para articular a problematização das transformações no tecido social britânico. O crescimento das manufacturas, o aumento demográfico, as transformações nas relações de trabalho preludiam, em conjunto com a produção de teoria política, social e económica, a nova sociedade urbana e industrial, e novos problemas culturais. Owen ensaiaria diversos modelos de resistência à tendência *mainstream* para consolidar os instrumentos do poder e da autoridade tradicionais, aproximando-se gradualmente

das correntes radicais que davam os primeiros passos em organizações associativas publicamente assumidas, em projectos de organização cooperativa da produção, em esquemas de troca que dispensariam o uso de dinheiro. Mas o radicalismo estaria, nas duas primeiras décadas do século XIX, enquadrado pelas tendências mais poderosas do liberalismo e do conservadorismo, com raízes profundas na experiência britânica. Este conjunto de situações culmina um processo formativo de uma cultura em permanente diálogo, oposição e tensão com diversas sub-culturas. Importará, no final do semestre, sistematizar os processos de transformação que se observaram ao longo do mesmo.

6. Sistematização geral

6.1. A formação do “Estado-Nação” e da “sociedade civil”

Neste ponto perspectivar-se-á o percurso histórico-cultural dos povos das Ilhas Britânicas, sobretudo a partir da dominação romana, que permitiu perceber a existência de diferentes “modelos” de organização política e social, desde o Império romano, passando por sistemas de autoridades divididas no período feudal, e pela soberania supra-“nacional” da Igreja Católica. A ordem internacional da sociedade cristã só seria questionada com os conflitos gerados pelo nascimento dos estados-nação e pelas Reformas. No Reino Unido a consolidação da monarquia nacional ocorre em simultâneo com a Reforma, e assistirá a um processo de formação de uma monarquia constitucional, que se distingue das monarquias absolutas. A reflexão moderna sobre a ideia de soberania, enquanto estudo da natureza e limites da autoridade política, começa a tomar novos contornos, onde avultam as reflexões de Hobbes e de Locke. Este conjunto de temáticas e de reflexões permitirá introduzir um conceito de estado moderno: uma ordem legal ou constitucional, com a capacidade de administrar e controlar um dado território, ou seja, uma forma distinta de poder público, separado tanto dos governantes como dos governados, formando a autoridade política suprema dentro de fronteiras definidas. A sociedade civil, por seu lado, poderá ser definida como as áreas da vida social – o mundo doméstico, a esfera económica, as actividades culturais, a interacção

política - que se organizam por acordos privados ou voluntários entre indivíduos e grupos fora do controlo directo do estado. Este ponto fará a articulação dos aspectos político-ideológicos mais relevantes para o desenvolvimento do programa da disciplina, e introduzirá conceitos fundamentais para as análises a desenvolver em torno de questões culturais dos séculos XIX e XX. Será recomendado aos estudantes que procurem complementar esta sistematização com a consulta a *Keywords* de Raymond Williams ou ao *Dictionary of Sociology*, de Nicholas Abercrombie, Stephen Hill e Bryan S. Turner.

6.2. As estruturas sociais em mudança - classe e *gender*

Este ponto sistematizará o processo de transformação estrutural de uma sociedade predominantemente rural para a sociedade urbana e industrial moderna. Passará em revisão a estrutura do *kinship* medieval e dos *households* da modernidade incipiente, observando a estrutura patriarcal e os papéis masculino e feminino. Deverá clarificar a diferença entre a reflexão sobre a sociedade que se orienta por concepções de *rank*, e a reflexão que se produzirá em termos de classe. Serão resumidamente enunciadas teorias de análise social de Marx, Weber e Durkheim, que contribuirão para se entender melhor a pluralidade de perspectivas quanto à transição das sociedades pré-industriais para as industriais. A Revolução Industrial britânica será referida como catalizador destas mudanças nas sociedades modernas. De novo se recomendará aos estudantes a sistematização através de *Keywords* e do *Dictionary of Sociology*.

6.3. Cultura e religião

A associação que T. S. Eliot tratou em termos de “relação” entre cultura e religião será perspectivada, tendo em consideração os pontos anteriormente referidos sobre a porosidade entre a religião cristã e a formação do estado-nação, bem como os aspectos económico-sociais relacionados com as estruturas sociais e as respectivas bases económicas. No entanto, tomar-se-á neste derradeiro ponto de sistematização a perspectiva específica de Max Weber para interpretar o processo de formação do capitalismo moderno enquanto *praxis* da ética protestante. O capitalismo será visto numa óptica cultural e não especificamente económica, anunciando desde logo temáticas a tratar no segundo semestre. Os aspectos

doutrinários e éticos das Reformas serão agora retomados, para se afinarem os conceitos calvinistas da predestinação, da vocação e do ascetismo *inner-worldly* e ser examinada a tese weberiana de que o calvinismo oferece ao *entrepreneur* capitalista os estímulos morais, a energia e a justificação para a acção. As posições de Weber, tratando o capitalismo como um fenómeno especificamente ocidental e moderno (outras sociedades, noutros tempos e lugares terão tido funcionamentos capitalistas, mas não com a mesma conjugação de factores diversos como esta) perspectivam a organização racional do trabalho formalmente livre. Os diferentes aspectos da análise de Weber sobre a emergência do capitalismo moderno tornam-se particularmente sugestivos e eficazes para associar um leque de referências agora já familiares ao estudante: a separação da empresa produtiva relativamente ao *household*, o desenvolvimento das cidades ocidentais, uma tradição europeia de reflexão e prática jurídica, o desenvolvimento do estado-nação e a profissionalização da administração pública, o aperfeiçoamento de processos de registo em escrita empresarial e, finalmente, a disponibilidade de uma massa de trabalhadores formalmente livres.

A formação do capitalismo moderno, enquanto enquadramento de uma estrutura social cada vez mais definida pela classe média e pelas classes trabalhadoras, e enquanto estrutura de pensamento secular, aquisitivo, legitimador do *ethos* do individualismo e do *self-help*, irá enquadrar as reflexões sobre a moderna sociedade britânica e o aprisionamento das sociedades ocidentais modernas no *iron cage* que é o “cosmo tremendo da ordem económica moderna”. A fim de apoiar as reflexões sobre estas temáticas será recomendada a leitura de *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, e será disponibilizada em fotocópia a Introdução, da autoria de Anthony Giddens à edição traduzida por Talcott Parsons.²⁷

Segundo semestre

1. Mudanças estruturais na modernidade

Considerando-se adquirido um conjunto de conhecimentos que permitem perspectivar as linhas de tensão da cultura oitocentista, assim como um conjunto de instrumentos de trabalho que familiarizaram os estudantes com a análise e interpretação de textos, as actividades lectivas no segundo semestre irão desenvolver-se em permanente articulação com o comentário de textos, seleccionados com vista à reflexão crítica sobre um conjunto de temáticas: reforma e revolução, utilitarismo e idealismo, sociedade e indivíduo, cultura de elites e cultura de massas, educação das elites e educação das massas, novos parâmetros estéticos e científicos, tradição e inovação, identidade e globalização, para se concluir com uma avaliação da modernidade e da pós-modernidade. Recomendar-se-á a consulta, para o período até 1950, de *Culture and Society, 1780-1950*, de Raymond Williams.

A problematização das tensões que percorrem a cultura inglesa das primeiras décadas do século XIX será feita a partir da leitura de *Signs of the Times* de Thomas Carlyle, que será distribuído em fotocópia.²⁸ Este ensaio será primeiro contextualizado, para se descreverem as condições político-económicas que precipitaram, entre 1815 e o final dos anos vinte, o debate sobre a Reforma parlamentar. As referências anteriormente feitas à Revolução Francesa serão agora integradas num quadro de reflexão britânico, que evidencia as especificidades de uma situação social cujas tensões são agudizadas pela industrialização. As perspectivas românticas relativamente à Revolução Francesa serão referidas, bem como delineada a reacção romântica contra os padrões filosóficos e literários do iluminismo.

Interessar-nos-á, neste ponto, desenvolver algumas considerações que permitam caracterizar a linha de pensamento estético e social que reage contra o iluminismo e onde globalmente situaremos o pensamento romântico e idealista inglês. A influência do pensamento alemão em Coleridge e em

Carlyle será mencionada, mas interessar-nos-á, sobretudo, sublinhar as especificidades do romantismo inglês, posteriormente revistas por John Stuart Mill e por Matthew Arnold. Também, dentro das linhas de selecção que orientam este programa, acentuaremos os aspectos filosóficos do romantismo sobre os aspectos literários e estéticos. Chamaremos desde logo a atenção para o comentário ao pensamento de Coleridge que Mill fará em 1840, no ensaio “Coleridge”, e para o comentário ao “movimento” romântico perspectivado por Matthew Arnold em “The Function of Criticism at the Present Time”, de 1865. No enquadramento da relação entre o pensamento romântico e a situação social, será lido *The Mask of Anarchy*, de Shelley, como testemunho da atitude romântica de repugnância pela violência das milícias sobre os trabalhadores fabris, no “Massacre de Peterloo”.

1.1. Utilitarismo e idealismo

A interpretação de Carlyle sobre a sua época, produzida numa óptica idealista, permite desde logo o confronto com o utilitarismo e a delineação de uma leitura da história e da cultura britânicas de poderoso impacto no século XIX. Colocando-se deliberadamente contra o racionalismo iluminista que, segundo o autor, está na génese de um profundo mal-estar associado à mecanização, das mãos e das mentes, Carlyle dá forma a uma versão do pensamento revisionista da história e da cultura britânicas que irá inspirar posições neo-medievalistas, ao longo de todo o século. Estas serão posteriormente elaboradas, através da leitura de textos de outros autores, como Ruskin ou Morris, e visualmente apresentadas através de exemplos da pintura ou da arquitectura. *Signs of the Times*, estudado na íntegra, permite reinterpretar a tradição empírica britânica e as suas aplicações às teorias da economia política de Mill e de Malthus e ao utilitarismo benthamita evidenciando, além do predomínio da mecanização, a substituição das relações humanas fundadas na solidariedade por relações estritamente comerciais, posteriormente designadas por Carlyle como *cash nexus*. Também as perspectivas carlyleanas sobre a sociedade vêm contrariar o atomismo utilitarista e propor uma concepção transcendente de sociedade fundada na individualização. A recuperação carlyleana dos valores reinterpretados da

Idade Média possibilita, ainda, clarificar o quadro de interpretação histórica oitocentista, confrontando perspectivas conservadoras com a posição *whig* de Macaulay. A interpretação carlyleana do presente afigura-se-nos particularmente fecunda, substituindo a inclusão do ensaio de Mill *Civilization*, ou de excertos de *On the Constitution of Church and State* de Coleridge. A edição de F.R.Leavis dos dois ensaios de Mill, “Bentam” e “Coleridge” será referida, sendo recomendada a leitura da “Introdução”, de Leavis, que não será, porém, obrigatória.

1.2. “*The condition of England*”

Os desenvolvimentos vitorianos das tensões da cultura inglesa serão estudados, deste ponto em diante, através de uma selecção dos textos contidos na antologia de Gordon S. Haight, *The Portable Victorian Reader*.²⁹ Não se seguirá, no entanto, a distribuição temática aí apresentada, como se verá no desenvolvimento dos pontos a seguir apresentados. Todos os textos cuja paginação é indicada entre parênteses serão de leitura obrigatória.

As condições de tensão social da Grã-Bretanha depois da Reforma de 1832 serão delineadas a partir de um comentário publicado no *Times* de 6 de Junho de 1832 (cf. *The Portable Victorian Reader*, pp. 218-22). Este texto é produzido de um ponto de vista *whig*, triunfalista, que deixa entrever as posições conservadora e radical, derrotadas, e nos parece ilustrar a atitude *mainstream* de confiança no progresso, na civilização e na capacidade da nação “Inglesa” de “reconquistar o império” sem derramamento de sangue, com a força da razão e o poder da moral.

Os conflitos das décadas de trinta e quarenta serão enunciados através do confronto entre as propostas reformistas e radicais do cartismo, partindo das periferias sociais, e as atitudes, também reformistas, mas partindo dos centros de decisão – Governo e Parlamento – que se traduzem em medidas intervencionistas que acentuam a convicção da ausência de preparação das massas trabalhadoras para a participação política. O discurso de Macaulay no Parlamento, a 3 de Maio de 1842, traduzirá a posição *whig* relativamente à *Charter* e as razões de discordância absoluta relativamente ao sufrágio universal (cf. *The Portable Victorian Reader*, “The Six Points”, pp. 231-7). Macaulay

considera o sufrágio universal totalmente incompatível com qualquer forma de governo por ser incompatível com a propriedade, logo com a civilização. Os argumentos de Macaulay fundam, assim, na propriedade privada as condições de progresso da Grã-Bretanha, podendo deduzir-se a influência do pensamento de Locke, e confirmar-se a concepção *Whig* de história que o autor introduz na historiografia britânica. O argumento da propriedade associa-se a outro, de importância fundamental: a ausência de educação das classes trabalhadoras que as torna permeáveis à influência demagógica de agitadores profissionais que incitarão os *ignorant crowds* a acabar com a propriedade privada logo que disponham do direito de votar. Macaulay equaciona, com argumentos simultaneamente conservadores e liberais, educação universal e democracia.

As condições de vida das classes trabalhadoras e a legislação social produzidas na década de quarenta serão comentadas através de diversos textos, relativamente breves, começando com o excerto de Carlyle “The Condition of England” (extraído de *Past and Present*, 1843, id., pp. 48-53), e com o texto de Engels “Slums in Manchester” (extraído de *The Condition of the Working Class in England*, 1844, id., pp. 60-7). A descrição de Engels e a interpretação de Carlyle relativamente à pobreza ilustram uma preocupação comum, mas perspectivas de análise diferentes. O confronto entre os dois textos ilustrará, para além das situações concretas narradas, a forma de apreensão idealista de Carlyle, e a forma realista de Engels. Os dois textos ilustram a situação das classes trabalhadoras, sublinhando Carlyle os aspectos paradoxais do crescimento da riqueza da nação e o empobrecimento e degradação dos trabalhadores, acentuados ainda pela aplicação da nova *Poor Law*, de modelo benthamita, que destrói a dignidade humana daqueles que são internados nas *Workhouses*. Este ângulo da análise de Carlyle permitirá o estabelecimento de novos nexos com temas anteriormente tratados, nomeadamente as reformas sociais e o espírito que a elas preside. O texto de Engels permitirá entrever o tratamento sociológico dado à análise das condições potencialmente geradoras de conflito social nas novas cidades industriais. A cidade de Manchester, descrita por Engels, servirá, assim, de exemplo que ilustra as novas condições da urbanização: a topografia desenvolvida a partir de um centro histórico, em torno

do qual se vão desenhando os novos bairros, cruzados pelas novas vias de comunicação, segregando os bairros onde vivem os trabalhadores e isolando-os dos centros de comércio, enquanto a burguesia se afasta para periferias menos expostas à contaminação das indústrias poluentes e à contemplação da miséria. A descrição de Manchester feita por Engels permitirá assim problematizar uma das condições típicas da modernidade plena, a urbanização.

As respostas dadas a nível reformista para as situações laborais serão comentadas no confronto entre um outro discurso parlamentar de Macaulay, agora sobre a redução das horas de trabalho, “The Ten Hours Bill” (1846), e um artigo de Marx publicado no *New York Daily Tribune*, de 15 de Março de 1853 (ambos editados em *The Portable Victorian Reader*, pp. 247-57). O discurso de Macaulay consiste num apelo à intervenção governamental no sentido de limitar as horas de trabalho das crianças, argumentando politicamente sobre a justificação de impor limites ao liberalismo em nome de valores “mais elevados do que os comerciais”, que são a saúde moral e física da população. Os argumentos de Macaulay passam brevemente em revisão os princípios da economia política de Adam Smith para defender posições que, em diversos aspectos, são emitidas em tom que recorda a interpelação de Owen aos seus *fellow Manufacturers*, comentada anteriormente.

O artigo de Marx faz a leitura de todo o processo de produção, aprovação e alteração da legislação sobre as horas de trabalho como um imenso logro, em que a aristocracia conservadora se alia às massas populares com intuito de derrotar o seu inimigo principal, a classe média. O comentário de Marx incide ainda no papel da Igreja de Inglaterra que, ao aliar-se à aristocracia, se opõe aos homens da Escola de Manchester que se esforçam por desestabelecer os privilégios da Igreja. Em comum, os quatro textos apresentam a perspectiva da exclusão das classes trabalhadoras relativamente a qualquer forma de participação, ou seja, a sua exclusão do conceito moderno de sociedade civil. A comparação entre estes dois textos permitirá, assim, perspectivar pontos de vista divergentes, em termos de interpretação da situação social da época, e ao mesmo tempo contextualizar, de forma mais precisa, o desenvolvimento do processo de industrialização britânico.

1.3. Educação liberal, cultura e classe

A reflexão sobre eventuais processos de integração das classes trabalhadoras passa, necessariamente, pela educação, anteriormente apontada por Macaulay como instrumento decisivo de socialização, condição *sine qua non* para o exercício do direito de voto, juntamente com a propriedade. A discussão deste ponto envolve um extenso leque de referências que deverá recuperar algumas das posições teóricas apresentadas e discutidas no primeiro semestre: a relação entre a educação e a cultura, a educação enquanto instrumento de nivelamento social, a cultura enquanto modo de vida dos grupos sociais ou enquanto conjunto de práticas significativas que não se podem transformar através de gestos de voluntarismo político. Os textos seleccionados apresentam pontos de vista *middle* ou *upper middle class*, contra os quais terá de ser estabelecido um outro conjunto de referências que permita perceber o ponto de vista das classes trabalhadoras. A selecção disponível na edição de Gordon S. Haight, no entanto, limita as leituras à tradução canónica das concepções analíticas e críticas produzidas pelos *sages* vitorianos, que contribuem para construir a versão *mainstream* das formulações sobre cultura e educação no século XIX.

As posições canónicas do século XIX serão interpretadas através de textos de John Stuart Mill, Matthew Arnold e John Henry Newman. As selecções de *Autobiography*, intituladas “Home Education” permitirão perceber as peculiaridades da educação de John Stuart Mill, transcritas para o plano de estudos e metodologia singulares definidos por James Mill e Jeremy Bentham, e ao mesmo tempo perspectivar esta educação como modelo generalizável a processos de educação de massas. Estes, assentes na selecção de definições, memorizadas e transmitidas através da acção de professores especialmente formados, coadjuvados por monitores, são os sistemas mecânicos de que Carlyle falara em *Signs of the Times*, e que Dickens transferirá para a escola de Mr. Gradgrind e Mr. M'Choakmchild em *Hard Times*. O texto de Mill servirá, assim, a finalidade de enquadrar a perspectiva utilitarista da educação oitocentista dentro dos parâmetros universais a que Bentham a destinava. Os princípios iluministas que sustentam filosoficamente a educação utilitarista

serão oportunamente lembrados, bem como a concepção mais pragmática da articulação entre utilidade e felicidade. Também a afirmação da igualdade radical da natureza humana e a universalidade das relações de causa a efeito, que levam Mill a afirmar-se uma criança comum, igual a todas as outras, apenas submetida a um conjunto de causas particulares que produzem os efeitos específicos de aumento de conhecimentos, serão afirmações alargadas às convenções utilitaristas do *self-help* e das oportunidades abertas a todos, bastando perseverança, frugalidade, determinação para a obtenção de êxito na vida. O texto de Mill permitirá, ainda, a abertura de uma linha de reflexão, a desenvolver a seguir, que se refere à concepção de ensino superior, ou ensino universitário: o confronto entre um projecto de universidade utilitarista, cujo ensino assume uma finalidade prática, de formação profissional ou profissionalizante, e a universidade liberal, em que o saber é um fim em si mesmo. A posição utilitarista de Bentham, a universidade *chrestomathica*, não poderá ser senão apresentada em teoria, por inacessibilidade das fontes. Já as posições liberais, exemplificadas através de textos de Arnold e de Newman, poderão ser directamente examinadas.

O tratamento desta questão que, em nosso entender, se reveste de importância central para o próprio entendimento que os estudantes formam da instituição universitária contemporânea, será enquadrado pelo capítulo intitulado “The Idea of a Chrestomathic University”, de Robert J. C. Young, em *Torn Halves: Political Conflict in Literary and Cultural Theory* (1996).³⁰ Este estudo proporciona linhas de argumentação e relação que fundam nos debates oitocentistas as divergências de opinião sobre a missão das universidades, ainda hoje evidentes. Os argumentos de Young elaboram-se em torno do pensamento de Adam Smith, Bentham, Coleridge, Newman e Arnold, entre outros autores que já serão familiares aos estudantes, como Robert Owen ou John Stuart Mill.

Os textos seleccionados para análise serão excertos de *The Idea of a University* (1865) de Newman, e excertos de *Culture and Anarchy* (1869), de Arnold. O texto de Newman “Knowledge Its Own End” (*The Portable Victorian Reader*, pp. 452-63) avançará o conceito de educação liberal,

clarificando a distinção entre o saber filosófico, fundado na razão, que é um fim em si mesmo, e o saber servil, ou útil, que tem em vista uma aplicação profissional. A educação liberal prepara o *gentleman*, cujas características serão examinadas no excerto “A Definition of a Gentleman” (id. pp. 464-8). As posições de Newman relativamente a uma hierarquia do saberes, colocando as humanidades fundadas na filosofia acima das ciências fundadas no empirismo, e definindo a Universidade como o lugar por excelência para o desenvolvimento das competências e aptidões que caracterizam o saber liberal, proporcionarão a reflexão sobre uma concepção de educação e de cultura associadas à ideia de excelência e de perfeição que necessariamente se associa também a uma concepção socialmente restritiva de acesso à educação liberal. As questões agora estudadas serão posteriormente retomadas, para se estabelecerem confrontos com perspectivas diversas, como as de Ruskin e Morris, que pretendem intervir na formação intelectual das classes trabalhadoras, apontando para versões alternativas de educação, formação e prática cultural.

O excerto de *Culture and Anarchy* intitulado “Sweetness and Light” (id., pp. 190-204) retoma posições paralelas às de Newman, mas ilustrando agora a concepção arnoldiana de cultura nas suas diversas dimensões: como um estudo da “perfeição”, como elaboração das duas matrizes culturais europeias – greco-romana e judaico-cristã – apontando para a conjugação desejável de valores intelectuais e valores morais na formação do “homem de cultura”. Este tipo será comparado com o *gentleman* de Newman, para se constatar a concepção implícita de uma elite que, não obstante as afirmações arnoldianas de acção niveladora dos “homens de cultura” como “apóstolos da igualdade” e de que a cultura *seeks to do away with classes*, está profundamente enraizada na *upper* e na *middle class*. A concepção arnoldiana de cultura entendida quer nos seus elementos estruturantes, quer enquanto instrumento de uma ordem sujeita a uma concepção de excelência que resiste à anarquia das massas populares, anunciará posteriores desenvolvimentos na concepção de cultura no século XX, já delineados no primeiro semestre.

O comentário ao excerto “Barbarians, Philistines and Populace” de Arnold tornará mais explícita a concepção arnoldiana de classe, e permitirá

estabelecer paralelos entre a concepção de *Philistine* e o desenvolvimento do espírito capitalista tratado por Weber, ao perceber-se a origem puritana dos “filisteus” e o desenvolvimento em direcções seculares do seu processo de enriquecimento. O mesmo excerto introduzirá, ainda, um comentário ao modo como Arnold olha a classe trabalhadora, distinguindo um nível de características *philistine* de outro, as “massas” propriamente ditas, ou a *Populace*. A contextualização dos dois textos permitirá o estabelecimento de paralelos entre a situação anteriormente focada por Carlyle em vésperas da primeira Reforma do Parlamento, e a situação que desperta a ansiedade de Arnold, em vésperas da segunda Reforma. A questão da extensão do sufrágio e as implicações sócio-culturais do exercício do voto pelas classes trabalhadoras articularão um plano de comentário que passou também pelas referências a Macaulay, anteriormente feitas.

1.4. Desencanto e revivalismos

Os textos de Newman e de Arnold serão também articulados no plano da reflexão sobre os efeitos espirituais da mecanização, já enunciados por Carlyle em 1829. Esta linha de reflexão será agora retomada, para articular outro conjunto de referências, que visam perspectivar um conjunto de movimentos que questionam a modernidade industrial e os seus efeitos na religião, na arte, na estrutura social.

O comentário partirá da reminiscência arnoldiana da Universidade de Oxford nos anos trinta, quando a figura de Newman, entre outras, animava o Movimento de Oxford. O Movimento Tractariano será perspectivado como um primeiro indicador da resistência oitocentista ao processo de secularização induzido pelo estabelecimento da Igreja de Inglaterra e pela sua permeabilidade aos procedimentos sociais comuns, informados pelo utilitarismo. A história particular de Newman só será mencionada para ilustrar a opção deste autor pela recuperação de uma tradição religiosa medieval, anterior à Reforma, o catolicismo. Não se elaborarão argumentos sobre os aspectos doutrinários que informam o percurso de Newman da Igreja de Inglaterra para a Igreja Católica. Acentuar-se-á, em contrapartida, o fascínio despertado em Newman

e em outros autores, pela Idade Média, vista como período reconstruído imaginativamente, para nele caber a interpretação de um passado não contaminado pela industrialização. Esta temática será agora tratada como indicador das alternativas imaginadas relativamente ao presente.

Tratar-se-ão, então, os movimentos revivalistas na arquitectura e na pintura que não deixarão de ser associados às temáticas medievais da literatura. O neo-gótico vitoriano na arquitectura religiosa e secular será ilustrado com exemplos, nomeadamente o da recuperação das Casas do Parlamento, da construção da Câmara Municipal de Manchester, do *Wool Exchange* de Bradford, ou de projectos de habitação social. Estes exemplos permitirão ilustrar a transferência para o quotidiano e para o utilitário de modelos tradicionalmente associados a funções religiosas. Estas referências parecem-nos relevantes, por deslocarem para o plano da aplicação prática um conjunto de problemas já teoricamente levantados, nomeadamente o processo de secularização e a necessidade de construção e actualização de um passado imaginado, que confira credibilidade e estabilidade ao presente. Mas nestes movimentos poder-se-á ler, ainda, uma crise de criatividade ou de imaginação estética, aparentemente incapaz de criar novos modelos apoiados pelas novas tecnologias da construção. O Palácio de Cristal, que alojou a Grande Exposição de 1851, servirá de exemplo para ilustrar um projecto tecnologicamente inovador e criativo, mas em que o *Medieval Court* ocupava um espaço central. Este compromisso entre o moderno e o tradicional, ainda patente no meio século, resultaria num declínio do moderno na segunda metade do século XIX.

Esta crise da imaginação será vista em articulação com uma possível crise de identidade que, ao re-inventar uma suposta tradição “inglesa” ou “britânica” expressa no gótico tardio, procura enraizar a cultura inglesa numa especificidade deliberadamente inventada. Este aspecto do comentário voltará a ser tratado para se relacionar com as posições de Eric Hobsbawm sobre a “invenção da tradição”. Serão, ainda, aflorados outros exemplos de recuperação de “valores” medievais como alternativas ao presente através de referências a Carlyle e à concepção de uma nova “cavalaria”, inspirada pelos valores de solidariedade medievais, que deveria transformar os empresários

fabris em “capitães da indústria”. O alargamento desta concepção à formação de uma nova aristocracia, de mérito e não de herança, seria frequentemente invocado por Carlyle, enquanto perspectivas afins, como as do Movimento Young England, acentuavam o regresso a uma forma de feudalismo benevolente como resposta à industrialização.

Este conjunto de referências concluir-se-á com o movimento Pré-Rafaelita, e será apoiado pela leitura do texto de David Masson “The Pre-Raphaelites” (1852, in *The Portable Victorian Reader*, pp. 574-85). Esta leitura acentuará os aspectos de protesto contra os formalismos neo-clássicos que limitavam a pintura inglesa à conformidade com modelos académicos definidos por Sir Joshua Reynolds. A contestação dos Pré-Rafaelitas evidencia associações com a literatura do Romantismo, reclamando paralelismos com Wordsworth, já que os Pré-Rafaelitas elegem a Natureza como modelo e o quotidiano da gente simples como inspiração. Mas o pré-rafaelitismo supõe, ainda, temáticas preferenciais de inspiração medieval, com inúmeras alusões literárias e religiosas a um tempo anterior a Rafael e ao Renascimento que serão exemplificadas através de reproduções de pinturas Pré-Rafaelitas. O comentário a este texto, também de leitura obrigatória, permite ainda perspectivar a posição de Ruskin como crítico de arte, antecipando a associação entre esta actividade e a de crítica social do mesmo autor que posteriormente se tratará.

1.5. Ciência e religião

O regresso a modelos do passado, como alternativas ao presente, será agora confrontado com novas leituras do passado e do futuro oferecidas pelo desenvolvimento das ciências. O pensamento de Sir Charles Lyell, Robert Chambers e Herbert Spencer será delineado como introdução à reflexão sobre os processos de transformação da Terra e das espécies, que supõem a racionalização de linhas de continuidade desde a criação até ao presente, que se prolongarão no futuro. Os excertos de textos destes autores contidos em *The Portable Victorian Reader* serão recomendados, mas não serão de leitura obrigatória. Servirão, no entanto, para apoiar as referências necessárias à concepção de progresso num processo uniforme de desenvolvimento das espécies, bem

como para chamar a atenção para as metodologias de formulação de hipóteses que subvertem as explicações tradicionais e, de modo subtil e cauteloso, põem em causa as “histórias” da criação do mundo.

Os excertos seleccionados de *On the Origin of Species* (1859, id., pp. 519-29) evidenciam as relações teóricas e metodológicas com os textos anteriores, de Lyell, Chambers e Spencer, e colocam, de modo evidente, a questão central da interpretação sobre a origem da Terra e do homem fundada nos princípios do empirismo, em confronto com a interpretação fundada nas Escrituras. As origens da Terra e do homem, percebidas através da demonstração científica, negam a possibilidade de leitura literal das Escrituras e, por analogia, questionam toda a autoridade tradicional como fonte de “verdade”. A difusão do pensamento científico na segunda metade do século XIX virá, assim, introduzir uma ruptura paradigmática que confirma e reafirma o processo de secularização ao deslocar definitivamente a religião para o domínio das convicções individuais. A leitura do texto “Is Genesis True?” (1862, id. pp. 388-91), de John William Colenso, Bispo do Natal, virá demonstrar a convicção da impossibilidade de leitura literal dos livros do Pentateuco e tipificar a atitude, patente também entre os intelectuais franceses e alemães, de submeter o Antigo e o Novo Testamento ao escrutínio da ciência e da história.

1.6. *Self-help*

Se a demonstração científica vem colocar problemas de fundo à religião, já no que se refere à utilidade do conhecimento científico para o desenvolvimento individual e social a questão coloca-se de um modo substancialmente diferente que importa analisar. As posições de Newman e de Arnold, anteriormente vistas enquanto reivindicação dos valores de uma cultura fundada nos clássicos e na religião cristã, serão agora confrontadas com a valorização dos saberes práticos e científicos. Nos aspectos práticos da formação, os valores do *self-help* serão reapreciados à luz das pequenas biografias delineadas por Samuel Smiles em *Self Help*, e o *gentleman* formado pela educação liberal de Newman será confrontado com o *self made gentleman* glorificado por Smiles.³¹ Embora, por razões de contenção das leituras em limites exequíveis,

se não possa considerar obrigatória a leitura de *Self Help*, dever-se-á apontar a posição do autor ao distinguir claramente o mérito da classe, ou seja, ao afirmar que os “grandes homens” não pertencem a qualquer classe ou *rank* exclusivo e ao exemplificar esta afirmação com referências a jornaleiros, tecelões, sapateiros, alfaiates, ferreiros, etc., uma miríade de ocupações ligadas ao trabalho manual e não à actividade intelectual. Também será de chamar a atenção para a omissão, na obra de Smiles, de considerações sobre a educação formal, e o sublinhar das aptidões naturais, temperadas pela perseverança e pelo sentido de oportunidade como condição e método para a descoberta científica. Smiles poderia, deste modo, tornar credíveis as suas afirmações quanto ao *self-help*. A auto-formação que Smiles defende e exemplifica será confrontada com a educação institucionalizada que se deverá, agora, olhar sob uma perspectiva diferente da de Arnold e Newman.

1.7. A educação útil

A instituição universitária, como lugar privilegiado para a educação liberal, será confrontada com a criação de novas instituições, em zonas urbanas e industriais, como a já referida Universidade de Londres, ou o College de Sir Josiah Mason em Birmingham que T. H. Huxley apresenta em *Science and Culture* (1880, *The Victorian Portable Reader*, pp. 483-490). A posição de Huxley, de discordância manifesta relativamente a Newman e a Arnold, é abertamente a favor de uma formação científica que sublinha o parentesco entre a sociologia e as ciências exactas, e as considera todas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e para as boas relações humanas nas empresas industriais. Mas a posição de Huxley é extremamente sugestiva, também, no comentário que elabora sobre cultura. Este ponto interessar-nos-á de modo particular, já que Huxley comenta com precisão e perspicácia o conceito de cultura desenvolvido por Arnold que foi anteriormente tratado nos excertos de *Culture and Anarchy* e que se pode também encontrar em “The Function of Criticism at the Present Time”. A essência de a cultura ser um *criticism of life* é a posição arnoldiana comentada mais de perto por Huxley que lhe acrescenta o comentário à exclusividade, preferida por Arnold, da

literatura enquanto conjunto de materiais suficientes para a construção da atitude crítica. As posições de Huxley vêm, assim, abrir uma fissura nas convenções oitocentistas, ao reclamarem para as ciências um estatuto social que antes não tinham.

1.8. A educação dos trabalhadores

A reflexão sobre cultura e educação, entendidas sob o ângulo das classes trabalhadoras, será agora tratada. De novo, há que deixar claro que as perspectivas que se vão examinar não são produções espontâneas de elementos das classes trabalhadoras, mas antes reflexões de intelectuais preocupados com a inclusão da massa de trabalhadores nos processos de produção. Com efeito, para Ruskin e para Morris é urgente desenvolver uma nova economia política, como afirmava Ruskin em *Unto This Last*, que alterasse decisivamente a economia política tradicional, de Adam Smith, Ricardo, Bentham e Mill e, sobretudo, devolvesse ao trabalhador a dignidade humana, ao entendê-lo como “pessoa” e não como peça na imensa engrenagem social, sujeita às leis do mercado.

O texto de Ruskin “Characteristics of Gothic Architecture” extraído de *The Stones of Venice* (1853, *The Portable Victorian Reader*, pp. 586-95) permite articular as referências à invenção de uma identidade inglesa ancorada na Idade Média, com um conjunto de propostas actualizadas para o presente que visam devolver aos trabalhadores a dignidade humana patenteada nas produções arquitectónicas do gótico e posteriormente perdida com os processos de produção industrial. Segundo Ruskin, será urgente rever a concepção mecânica do trabalhador como *hand* e restituir-lhe o uso das faculdades intelectuais, numa associação agora criativa entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Deste modo, afirma Ruskin, todas as profissões passariam a ser liberais, exigindo a conjugação entre a actividade da mente e a das mãos, numa concepção extensiva às próprias actividades de concepção: o pintor, o arquitecto, o empresário industrial deveriam saber dominar todos os aspectos técnicos das respectivas actividades. As posições de Ruskin permitem, assim, perspectivar um outro ângulo do desenvolvimento industrial e

da consciência de crise cultural por ele induzida: a impossibilidade de conjugar a inovação tecnológica e o progresso civilizacional com o desenvolvimento das competências humanas associadas à criatividade e às faculdades críticas. A crise cultural percebida por Ruskin antecipa já o declínio do “espírito industrial” e a progressiva perda de liderança da Grã-Bretanha como nação mais industrializada do mundo. O radicalismo das propostas que o mesmo autor apresenta em “The Roots of Honour”, extraído de *Unto This Last* (1860, id. pp. 296-300), onde propõe a fixação de salários por tabelas iguais independentemente da competência do trabalhador, surge como resposta possível a um espírito concorrencial que deturpa fatalmente a qualidade da produção e a qualidade de vida. As posições de Ruskin nas suas conferências sobre arte, produzidas na capacidade de *Slade Professor of Art*, em Oxford, entre 1870 e 1878, deverão proporcionar novos comentários à instituição universitária, já que Ruskin propõe, não só a inclusão de actividades manuais nas universidades do seu tempo, mas também a criação futura de universidades especializadas em diferentes áreas práticas, como a agronomia, a marinha mercante ou a siderurgia.³²

As reflexões de Ruskin abrirão o espaço para uma breve apresentação das alternativas socialistas, surgidas nas últimas décadas do século XIX, como respostas tentativas e sempre de teor reformista à manifesta crise social e cultural. As posições de William Morris neste contexto serão mencionadas, mas não comentadas a partir de ensaios do autor, por razões apenas de contenção das leituras em limites de exequibilidade. Deverá, porém, aludir-se aos ensaios estéticos e políticos de Morris que oferecem estimulantes espaços de comentário. Será de ponderar a inclusão de um, ou mais, como leitura obrigatória, em fotocópia, caso o ritmo dos trabalhos o possibilite.

As relações entre a produção e o consumo, entre o trabalho e a qualidade de vida, serão analisadas através do texto de William Morris “Incentive in a Communist Society”, extraído de *News From Nowhere* (1891, id., pp.300-6). A convenção utopiana em que o texto de Morris se situa permitirá associações com a *Utopia* de More, e o tratamento da questão do trabalho, como actividade que será fonte de prazer e não sacrifício, social e pessoalmente desvalorizado,

será comentado. Este é, em nosso entender, um dos aspectos mais importantes do pensamento de Morris, não tanto pela sua originalidade, que é discutível, mas sobretudo pela ênfase colocada na difusão deste princípio, como elemento imprescindível para uma desejável mudança de atitudes.

O texto será, todavia, utilizado sobretudo como uma leitura crítica do processo de produção industrial no século XIX, agora ligado também à internacionalização dos mercados e aos processos de colonização empreendidos sob o modelo do Império. A leitura crítica de Morris relativamente à construção de um mercado mundial que acaba por aprisionar a “civilização” ocidental num ciclo vicioso de produção, exploração e consumo capitalista, dependente já não de necessidades reais, mas das próprias regras do seu funcionamento, abrirá um espaço de sistematização sobre as temáticas anteriormente desenvolvidas e perspectivará algumas das linhas de reflexão que posteriormente serão seguidas, nomeadamente quando se tratar o fenómeno da globalização.

As temáticas até agora desenvolvidas evidenciam, como se disse, perspectivas emitidas sob a óptica da classe média inglesa. Sendo inegável a sua preocupação de leitura dos sinais dos tempos, os autores tratados não deixam de estar informados por concepções de valor cultural e de ordem civilizacional que derivam de leituras informadas sobre o passado ocidental e britânico, nos planos religioso e filosófico, político e histórico, literário e estético. A perspectiva de que as classes trabalhadoras possam participar da cultura nacional, ou que os seus hábitos e práticas sociais constituam formas de cultura está excluída das concepções anteriormente estudadas. Importa, por isso, introduzir agora um novo ângulo de análise que foque a formação da cultura das classes trabalhadoras e distinga os conceitos de cultura popular e de cultura de massas.

1.9. A cultura das classes trabalhadoras

A obra de E. P. Thompson *The Making of the English Working Class* oferecerá a base teórica a partir da qual se irá perspectivar a cultura das classes trabalhadoras no século XIX. Sem esquecer que as posições de Thompson abarcam um período entre finais do século XVIII e os meados dos anos trinta do

século XIX, estas serão criticamente comentadas, para se distinguirem das perspectivas desenvolvidas por Peter Burke ou Peter Laslett que falam da cultura popular no período *early modern*. Confrontar-se-á, assim, uma tradição popular enraizada na Idade Média e impregnada ainda pelos ritmos de vida rurais e as convenções religiosas tradicionais, com a emergência de uma cultura desenraizada, sujeita a novas convenções de relações humanas, ritmos de produção, disciplinas laborais, condições concretas de vida que indiciam uma nova realidade social, o proletariado urbano. Como movimentos populares que traduzem o envolvimento político, directo, das classes trabalhadoras em situação urbana e industrial, deverão ser perspectivados os movimentos que, entre 1830 e 1850 polarizaram os membros mais enérgicos das classes trabalhadoras: a Reforma Parlamentar, o *Factory Movement*, a agitação contra a *Poor Law*, o sindicalismo, o cartismo, a agitação contra as *Corn Laws*, a agitação irlandesa e o *Public Health Movement*.

Na segunda metade do século deverá observar-se a inscrição, sobre o tecido político Liberal e Conservador, de novos indicadores de consolidação de consciência de classe entre os trabalhadores das indústrias e os artesãos. As Reformas de 1867 e 1884 serão mencionadas, para indiciar passos de um percurso de participação democrática ainda não concluído. Deverão, também, ser interpretadas as consequências do *Education Act* de 1870 que tendeu a separar a população britânica mais claramente em dois grupos distintos: os que eram educados às custas dos pais, e os que frequentavam os *Board Schools* ou as escolas das igrejas. Quase todos os trabalhadores manuais se incluíam nesta segunda categoria. Esta situação pode ser lida em duplo sentido: como factor de cisão entre classes, e como factor de unificação da classe trabalhadora. Estes indicadores de construção de uma cultura comum poderão explicar a formação, em 1900, do Partido Trabalhista enquanto resposta própria das organizações laborais, descontentes com as actuações do Partido Liberal, do *Independent Labour Party* formado em 1893, da Federação Social Democrata e da Sociedade Fabiana, organizações que se propunham representar os interesses dos trabalhadores.

Um último aspecto da cultura oitocentista deverá merecer comentário: o aparecimento, na segunda metade do século, de uma *commodity culture*

que colocará os objectos no centro da vida quotidiana e desenvolverá sistemas de representação que darão forma semiótica ao capitalismo. Referir-nos-emos, em particular, à construção, na segunda metade do século XIX, de um sistema de *advertising*, ou seja de publicidade e promoção de objectos que tem a sua origem na Grande Exposição de 1851. A transição do público alvo desse discurso, da classe média para a inclusão das classes trabalhadoras é um processo gradual, mas que anuncia, inequivocamente, nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX, a cultura de massas. Recomendaremos, como leitura complementar para o tratamento deste ponto a obra de Thomas Richards, *The Commodity Culture of Victorian England: Advertising and Spectacle, 1851-1914*, que tomaremos como fonte para a leitura semiótica da publicidade a objectos, mas também de ocasiões públicas como o Jubileu da Rainha Vitória ou de formação de representações colectivas, relacionadas, por exemplo, com o Império.

A reflexão sobre as diferentes concepções de cultura no século XX, e sobre os meios de transformação cultural, será o objecto do próximo ponto do programa.

2.Cultura erudita, cultura popular e cultura de massas

2.1. Cultura erudita, humanismo liberal e identidade cultural

A contextualização da reflexão que se segue será orientada pelas posições de Martin J. Wiener em *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit*, que se recomendará aos estudantes.³³ A tese de Wiener de que o dinamismo, que impulsionou os primeiros empresários industriais à criatividade e à ousadia do estabelecimento de novas indústrias, se perdeu progressivamente devido a uma tendência para o aburguesamento e conformidade com as convenções educacionais das classes médias, será tomada como ponto de partida. As posições de Wiener permitem retomar os aspectos educacionais tratados por Newman e Arnold, assim como as convenções associadas à figura do *gentleman*. O prestígio da cultura intelectual e a desvalorização das actividades manuais conjugam-se para a consolidação de um espírito de classe

média e *upper class* que influencia os empresários no sentido de retirarem os seus filhos do ambiente da oficina ou da fábrica, e os confiarem aos modelos de educação praticados nas *public schools* e nas Universidades de Oxford e de Cambridge. A convivência com a educação e a formação em modelos clássicos afasta definitivamente os descendentes e herdeiros das primeiras gerações de empresários de uma eventual cultura fabril, enfraquecendo ou eliminando os estímulos para o desenvolvimento industrial.

É esta consolidação de uma atitude *middle class* que E. M. Forster comenta no ensaio “Notes on the English Character” (1920).³⁴ Este ensaio, juntamente com outros que serão disponibilizados em fotocópia, é seleccionado para permitir uma apreciação global de uma atitude sobre cultura e identidade, inscrita temporalmente entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. As associações ponderadas por Forster entre a identidade britânica, ameaçada pelo totalitarismo alemão ou pelo comunista, e a tradição cultural, permitem perspectivar um conceito de cultura de contornos arnoldianos. A tradição cultural especificamente britânica que Forster invoca recupera a leitura da formação do espírito de tolerância e respeito pelas liberdades, para posicionar os ingleses, apoiados mais na estrutura cultural do que nas decisões políticas, como baluartes de resistência à opressão totalitária. Os textos “What I Believe”, de 1939, “Culture and Freedom” e “Does Culture Matter?”, ambos de 1940, e “Tolerance”, de 1941, publicados em *Two Cheers for Democracy*,³⁵ permitem observar, não apenas uma perspectiva própria da identidade nacional, como já se disse, mas apresentam diversos outros apontamentos que indiciam os problemas de análise da cultura na primeira metade do século XX.

Assim se verificará como Forster considera a classe média como determinante para a cultura inglesa e determinada pelo *ethos* das *public schools*, como se situa na tradição da literatura inglesa e do pensamento sobre as liberdades e os direitos civis ingleses; como valoriza outras coisas, nomeadamente as relações pessoais sobre as convenções sociais, definindo os contornos do que mais tarde seria analisado por Anthony Giddens como um indicador de modernidade: a substituição das relações fundadas na consanguinidade pelas relações individualmente seleccionadas e assentes na intimidade. No seu

conjunto, os breves ensaios de Forster apontam para uma concepção de cultura estreitamente ligada a uma concepção de *humanity*, ancorada numa tradição selectiva de textos da literatura e da filosofia ocidental em geral, inglesa em particular.

A análise dos textos de Forster evidencia a sua proximidade com as concepções leavisitas de cultura, já mencionadas no primeiro semestre. Serão de novo feitas referências à obra de Leavis, nomeadamente quanto ao seu papel na defesa de uma concepção de cultura erudita, de minorias, oposta à civilização das massas, e às suas reflexões quanto à construção de uma nova disciplina académica, a literatura inglesa e a crítica literária, com as implicações necessárias de construção de um canon.

A preocupação com a afirmação de uma identidade cultural inglesa será retomada através da leitura de “England Your England” (1941), de George Orwell, editado em *Inside the Whale and Other Essays*, que será disponibilizado em fotocópia.³⁶ A análise de Orwell situa-se no princípio da Segunda Guerra Mundial, e procura identificar os traços formadores de uma identidade nacional que inclui todas as classes sociais numa espécie de unidade supra regional que transcende também as diferenças de classe mas de onde, deliberadamente, a *intelligentsia* se exclui. Além do interesse de que se reveste a leitura do processo de formação dessa identidade feita por Orwell, o texto é particularmente eloquente quanto à percepção de uma esquerda intelectual, formada ao longo dos anos trinta, que se dissocia e isola da cultura inglesa ou britânica.

Se os textos de Forster e Orwell têm, como contexto, a ameaça latente da perda de independência pelo domínio de um poder totalitário, a reflexão de T. S. Eliot sobre cultura situa-se já após a Segunda Guerra Mundial. De *Notes Towards the Definition of Culture* (1948) serão lidos a Introdução e o primeiro capítulo, distribuídos em fotocópia. A interpretação de Eliot do processo de desagregação das condições sem as quais não pode existir uma *high culture* situa-o no final de uma linha de interpretação inaugurada por Arnold. A “Introdução” de *Notes* expõe o argumento geral da obra e o primeiro capítulo, “The Three Senses of Culture”, elabora uma breve teoria de análise da cultura que comenta a posição de Arnold e as perspectivas antropológicas

de análise da cultura, demorando-se na concepção de relação entre cultura e religião. Os argumentos de Eliot serão interpretados em confronto com os conhecimentos já adquiridos, fazendo-se especial referência a um entendimento de cultura como *the whole way of life of a people*. O colapso das condições que, segundo Eliot, se conjugaram para a formação de uma *high culture*, nomeadamente a concepção de uma sociedade necessariamente estruturada em classes, mas permeável à formação de elites, será interpretado para proporcionar a análise de um conjunto de transformações que percorrem a sociedade britânica na primeira metade do século XX.

2.2. Cultura popular e cultura de massas

A formação de uma cultura das classes trabalhadoras, articulada estreitamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas será, agora, objecto de atenção. A cisão entre duas culturas, a cultura intelectual do modernismo, e a cultura das massas, analisada por John Carey em *The Intellectuals and the Masses*, encontra-se já parcialmente clarificada.³⁷ Importa, contudo, contextualizar de modo mais preciso as condições de construção de novas identidades, na primeira metade do século. A formação do Partido Trabalhista, a consolidação das *Trade Unions*, a expansão de novas formas de associativismo, nomeadamente para finalidades de lazer, são evidência de novas formações culturais, distintas da cultura erudita. As transformações sofridas pela economia britânica e as novas direcções da produção industrial, a instabilidade do Império, a questão da Irlanda e um novo estatuto social reclamado pelas mulheres merecerão referências. A expansão da imprensa popular e o aparecimento do cinema e da rádio, como meios de comunicação de massas, vêm re-colocar os problemas de análise já focados, em teoria, no primeiro semestre.

Estes problemas serão, agora, encarados na óptica da produção e recepção como actividades relacionadas, mas não necessariamente determinadas uma pela outra. O tratamento sistematizado destas questões, que envolvem a imprensa, a literacia, as distinções entre cultura erudita e cultura popular, a rádio e a televisão, terá como base o estudo intitulado “Popular Culture and

the Mass Media”, de Celia Lury, publicado em *Social and Cultural Forms of Modernity*, editado por Robert Bock e Kenneth Thompson.³⁸

O desenvolvimento e a difusão dos meios de comunicação de massas, entendidos na relação problemática entre a produção e a recepção, será articulado na prática com o estudo intitulado “The Context, Performance and Meaning of Ritual: The British Monarchy and the ‘Invention of Tradition’, c. 1820-1977”, de David Cannadine.³⁹ Este estudo vem perspectivar as modalidades de controlo da opinião pública, e a formação de identidades colectivas, através da manipulação dos órgãos de comunicação, entre outros instrumentos eficazes para a construção de representações colectivas. Tomando como ponto de partida a criação de uma imagem nacional de monarquia, Cannadine apresenta e descreve as circunstâncias concretas de criação de rituais destinados a dignificar a imagem dos monarcas britânicos em finais do século XIX e ao longo do século XX, a fim de se reforçarem diversos elementos de identidade nacional.

A consolidação e a expansão da cultura de massas, com as suas raízes populares e associadas às classes trabalhadoras e à baixa classe média, modificada pelos fenómenos de solidariedade patriótica precipitados pela Segunda Guerra Mundial, vêm impor novas perspectivas de análise da cultura. As inovações contidas nas obras de Richard Hoggart e de Raymond Williams serão agora tratadas com maior pormenor, ilustrando a recuperação, para a análise da cultura, de formas diversas de expressão cultural.

O texto de Williams já referido no primeiro semestre, “Culture is Ordinary”, voltará a ser tratado, agora em contexto do desenvolvimento dos estudos culturais. O próprio título indica, desde logo, uma posição contrária ao exclusivismo da cultura erudita, ao situar a cultura no plano comum, do dia a dia. Em termos de teorização evidencia a vontade de conjugar as duas linhas de concepção de cultura, a cultura erudita da Universidade de Cambridge marcada pela influência de Leavis, e a cultura das classes trabalhadoras, transportada pela experiência pessoal de Williams e teorizada por Marx. Este texto, de 1958, representa, assim, uma convergência e um novo rumo na análise cultural. Mas, nos anos sessenta, a síntese entre a tradição e a inovação tornar-se-ia impossível. Não será, no entanto, possível entender estes desenvolvimentos sem primeiro

perspectivar as mudanças ocorridas no tecido social e político.

O enquadramento das questões políticas, económicas, sociais, ideológicas e das questões relacionadas com as artes, a literatura e as indústrias de entretenimento, incluindo a televisão, na segunda metade do século XX, será proporcionado através do capítulo “The Cultural and Social Setting”, contido no volume 9 de *The Cambridge Cultural History of Britain*, intitulado *Modern Britain*.⁴⁰ Embora existam numerosas fontes para o tratamento destes enquadramentos, parece-nos que esta síntese percorre todas as temáticas relevantes, de modo claro, conciso e acessível aos estudantes. A problematização em termos de análise cultural só poderá adquirir sentido se forem, primeiro, descritas as circunstâncias de mudança das últimas décadas deste século.

O *Welfare State*, o advento da sociedade de consumo, os fenómenos da cultura de juventude, a sociedade permissiva dos anos sessenta, as reformas educativas, a formação da *New Left*, as angústias quanto à ameaça nuclear, o novo conservadorismo dos anos oitenta até à vitória *landslide* dos Trabalhistas em 1997 são as condições esquematizadas em que se situam os desenvolvimentos dos estudos culturais no Reino Unido e que deverão ser indicadas como pano de fundo sobre o qual se vai desenvolver, de seguida, a análise.

Uma vez clarificado o enquadramento socio-político do contemporâneo britânico, importa rever a concepção de identidade cultural britânica que se apreende nas últimas décadas. A análise desta questão não poderá deixar de problematizar a tensão que necessariamente se gera recentemente, entre os novos regionalismos politicamente sancionados pelos povos do Reino Unido em 1998, por decisões referendadas, de iniciativa do recém-eleito governo trabalhista, e as tensões da globalização. A apresentação e debate destes pontos serve, também, como sistematização dos temas anteriormente tratados.

3. Identidade e pós-modernidade

O texto de Stuart Hall “The Question of Cultural Identity” já utilizado no primeiro semestre será agora retomado, não para se repetir o que fora anteriormente tratado, mas para se recuperarem uma série de indicadores de

formação ou deformação da identidade cultural britânica. Na eventualidade de a disciplina ser frequentada por alguns alunos no segundo semestre apenas esta recuperação possibilita um nivelamento de conhecimentos que, de outro modo, dificilmente seria conseguido.

3.1. Regionalismos e globalização – novas identidades

Não são, no entanto, as questões práticas que mais pesam na opção de recuperar este texto no final do programa. O estudo de Stuart Hall foca algumas das temáticas da análise cultural contemporânea que anteriormente apenas tinham sido a floradas, nomeadamente a globalização, que Hall comenta em termos de uma alteração radical, talvez pós-moderna, das convenções modernas sobre o espaço e o tempo. Estas duas categorias serão agora perspectivadas no quadro do iluminismo, para se confrontarem as representações de ordem e hierarquia anteriormente analisadas, com as rupturas e fragmentações induzidas pelas transformações na estrutura social, nos meios de comunicação e nas representações estéticas. Se as identidades estão localizadas num espaço e num tempo simbólicos, se têm, como dizia Edward Said as suas “geografias imaginárias”, o seu sentido de tempo e de lugar nas tradições inventadas que ligam o passado e o presente e nas narrativas da nação que ligam o indivíduo ao quadro mais amplo dos acontecimentos históricos, as rupturas nas condições da modernidade arrastam rupturas na concepção de identidade.

A globalização será então vista como um fenómeno da pós-modernidade, que implica uma homogeneização cultural, produzida por condições de consumo global, onde se incluem os meios de comunicação, e que se traduz pelo desenraizamento do sentido de identidade. Em sentido contrário, o local e o regional proporcionam novos espaços de identidade, associados a narrativas específicas. Além da tensão entre o global e o local, outros fenómenos da pós-modernidade serão analisados: a construção de identidades alternativas e da alteridade relativamente à centralidade das identidades ocidentais modernas, que se poderão perspectivar através dos discursos imperiais e coloniais, ou o fenómeno das migrações pós-coloniais ou, ainda, o ressurgimento dos fundamentalismos religiosos.

3.2. A modernidade - sistematização

A situação contemporânea do Reino Unido será, agora, comentada sob o ângulo dos indicadores de continuidades ou de rupturas, isolando-se alguns fenómenos para análise específica, que funcionarão como instrumentos de sistematização de temáticas abordadas ao longo do ano. Tomando a obra de John Oakland *British Civilization: An Introduction*,⁴¹ na sua terceira edição, como fonte para a compilação de dados sobre diferentes aspectos sócio-culturais das Ilhas Britânicas, tratar-se-ão os seguintes temas:

3.2.1. A formação de uma concepção de espaço “nacional”, que passa pelas diversas formações de inclusão e exclusão na matriz inglesa/britânica de Gales, da Escócia e da Irlanda, pela formação do Império Britânico e do *Commonwealth*, pela integração do Reino Unido na União Europeia e pela participação britânica noutras organizações supra-nacionais de defesa ou de interesse económico.

3.2.2. A composição populacional, numa revisão das diferentes etnias instaladas gradualmente nas Ilhas Britânicas até aos fenómenos das imigrações do pós-guerra. A formação de novas comunidades com culturas diversas, expressas em concepções de família, educação ou religião veiculadas através de formas diversas de comunicação, levará à reflexão sobre o multicultural e à eventual dissolução de uma concepção uniforme de identidade.

3.2.3. As alterações nos sistemas de produção, que transformam uma economia predominantemente agrária numa economia industrial no século XIX, até aos processos de desindustrialização do século XX. Este ponto permitirá rever os modelos de organização laboral construídos ao longo do século XIX e verificar o seu funcionamento no modelo pós-fordista da economia britânica. A análise destas transformações permitirá, ainda, perspectivar a criação da economia moderna e observar as transformações do capitalismo analisado por Weber numa ordem pós-moderna de capitalismo global.

3.2.4. A educação será também revista, perspectivando-se agora com maior precisão os processos de criação de um “sistema educativo” a nível nacional a

partir de 1870. O debate sobre a missão da educação, enquanto formação útil com finalidade profissional, actualizada em aspectos científicos e tecnológicos, visando a expansão sobre a totalidade do universo populacional, e a educação liberal, orientada para a preservação dos valores tradicionais e para a formação de elites, anteriormente perspectivado, será retomado. Poder-se-á, agora, debater o caso peculiar do Reino Unido (tendo embora em conta as diferenças existentes já nos séculos XVIII e XIX entre a Escócia e a Inglaterra, por exemplo), onde mais cedo o processo de industrialização se fez sentir e, necessariamente, levantou a questão da educação das classes trabalhadoras, na relação com o surgimento tardio de decisões com carácter nacional sobre a escolarização. A relação entre os sistemas educativos britânicos e a estrutura social será retomada, a fim de se problematizar a relação entre a concepção de uma educação de base, uniformizada e com processos intencionais de nivelamento social e de homogeneização, com o potencial revolucionário e contestatário da própria educação. O debate sobre a disciplina de “Inglês” a nível académico, revisto na sua formação nas primeiras décadas do século XX, e continuado nas problematizações dos “Estudos Culturais” nas últimas décadas, servirá de caso exemplar para o tratamento destes pontos.

3.2.5. A religião será retomada, como outro nexos fundamental que percorre a cultura britânica, e se transforma ao longo dos séculos. Da universalidade do catolicismo medieval para a especificidade nacional da Igreja de Inglaterra, desta para a formação de diversos movimentos de dissidência e o seu protagonismo na cultura de seiscentos e setecentos, para as modificações do evangelicalismo oitocentista e a verificação do declínio das práticas confessionais, até à pluralidade de confissões de origem cristã e não cristã em finais do século XX, a trajectória da religião no Reino Unido está indissociavelmente ligada à cultura. A secularização do pensamento, observada como um fenómeno do iluminismo será repensada, articulando-se, agora, com a revolução do pensamento científico e social dos séculos XVII e XVIII, e com as inovações introduzidas pelas ciências no século XIX. Procurar-se-á perspectivar o processo de secularização da modernidade como um percurso que acentua o declínio do sagrado e o triunfo do profano, mas em que persistem diversos traços de elementos do

sagrado em vários níveis da cultura contemporânea: na crença em Deus e em diversos valores tradicionais e morais, nos discursos e nas práticas discursivas que regulam os comportamentos, nas comunidades ideológicas ou “imaginadas”, como a nação.

3.2.6. Finalmente serão sistematizados os aspectos da cultura inglesa que se referem ao comportamento e atitudes sociais. Os processos de formação das classes sociais no Reino Unido serão retomados, para evidenciar as mudanças estruturais que, na modernidade tardia, envolvem o debate também sobre género e etnicidade. A estrutura da família e das relações interpessoais será também perspectivada, desde a transferência dos modelos de *kinship* para o desenvolvimento do modelo de família patriarcal, perspectivando-se aqui, também, os papéis sociais das mulheres, nas suas relações com os enquadramentos de classe, para se observarem, finalmente, as mudanças estruturais operadas nas sociedades industriais e urbanas da modernidade tardia. As actividades de lazer, os desportos, as artes e os meios de comunicação serão entendidos como indicadores de mudanças de atitude significativas também na caracterização dos processos contemporâneos de globalização.

4. A pósmodernidade

O último ponto deste programa tratará o debate contemporâneo sobre a pósmodernidade. Trata-se de um debate com uma configuração mais teórica do que prática, que terá o objectivo de expor as linhas de mudança do pensamento contemporâneo sobre a sociedade e a cultura, evidenciando que a “crise” da modernidade não se situa apenas nos processos de transformação da sociedade ou da economia, mas é também uma “crise” em todo um modo de “entender” a sociedade e a cultura. As mudanças observadas na análise diacrónica e partilhadas pela experiência da contemporaneidade implicam também mudanças nos conceitos e categorias que são usadas para conferir sentido à sociedade e à experiência. Será, então, necessário “desconstruir” o modo como habitualmente olhamos a sociedade e a cultura que está enraizado no paradigma do iluminismo. O acompanhamento deste debate será feito

pelos estudantes através do texto, em fotocópia, intitulado “The Enlightenment Project Revisited”, de Gregor McLennan, publicado em *Modernity and Its Futures*, editado por Stuart Hall, David Held e Tony McGrew.⁴² Como acontece com os textos de natureza teórica anteriormente indicados como leitura obrigatória, o texto fotocopiado servirá de suporte aos estudantes, mas os desenvolvimentos que se imprimirão aos temas tratados não se esgotarão nele.

O ponto de partida para a reflexão será a definição de *pósmodernismo* e *pósmodernidade*. Enquanto o termo “pósmodernismo” se refere a uma forma contemporânea de cultura, “pósmodernidade” refere-se a um período histórico específico. Caracterizaremos então a pósmodernidade como o período em que as concepções iluministas de verdade, razão, identidade e objectividade, as ideias de progresso universal, emancipação, as grandes sistematizações e as “grandes narrativas”, são subvertidas e substituídas por um conjunto não unificado de culturas e interpretações que geram cepticismo sobre a objectividade da verdade, da história e das normas, sobre a concepção de natureza e a coerência das identidades. Estas concepções estarão suportadas por um conjunto de condições materiais, que emergem a partir das deslocações históricas no Ocidente para novas formas de capitalismo – o mundo descentralizado e efêmero da tecnologia, o consumismo e as indústrias da cultura, em que as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre as manufacturas tradicionais, e as políticas tradicionais de classe cedem o lugar a um naipe difuso de novas identidades. O “pósmodernismo” será a cultura que reflecte estas mudanças em formas de arte descentradas, auto-reflexivas, derivativas, ecléticas e pluralistas, que dissolvem as fronteiras entre a cultura erudita e a cultura popular, assim como entre a arte e a experiência quotidiana.

O tratamento das leituras que se seguirão incide sobre a pósmodernidade, embora algumas referências ao pósmodernismo possam, também, surgir. Os autores seleccionados não são, necessariamente, britânicos, já que o debate sobre a pósmodernidade se situa em território trans-nacional, mas estarão traduzidos para inglês, pelo que serão indicados aqui, não pelos títulos originais, mas pela tradução, quando se aplique. Serão, então, lidos e comentados os textos editados em apêndice ao capítulo de Gregor McLennan, que

incluem os seguintes excertos: “Abandoning the Metanarratives of Modernity”, extraído de *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*, de Jean-François Lyotard, “Modernity: An Incomplete Project”, de Jürgen Habermas, extraído de um estudo com o mesmo título publicado em H. Foster, ed., *Postmodern Culture*, e “The Philosophical Discourse of Modernity”, do mesmo autor, extraído da obra com o mesmo título. Serão também lidos o comentário de Peter Dews sobre o pensamento de Habermas, com o título “Habermas: Autonomy and Solidarity”, extraído da obra com o mesmo título; “Legislators and Interpreters”, de Zygmunt Bauman, da obra com o mesmo título; “The Consequences of Modernity”, da obra de Anthony Giddens com o mesmo título e, por último, “Feminist Epistemology: An Impossible Project?”, de Margareta Hallberg, estudo publicado no nº 53 (Autumn) de *Radical Philosophy*.

A intenção deste ponto derradeiro do programa é expor os estudantes a problematizações divergentes sobre a modernidade, entendida como prolongamento do “paradigma do iluminismo”, e a pósmodernidade, enquanto conjunto de posições de relativismo cultural. Este debate pode levar ao questionar do ponto de vista em que se situou todo o desenvolvimento do programa de Cultura Inglesa I que, como se deve ter tornado claro nesta altura, assumiu uma perspectiva pró-Iluminista, ao desenhar grandes narrativas sistemáticas que procuraram perspectivar a formação e o desenvolvimento de alguns conceitos universais, ou pelo menos ocidentais.

A abertura do programa a um conjunto de críticas pós-modernas não deverá, desejavelmente, levar os estudantes a relativizar o conjunto de instrumentos de análise e problematizações sobre a cultura, a sociedade e o saber modernos sobre os quais trabalharam. Não se trata, pois, de encorajar uma posição de entendimento deste percurso em termos de uma metanarrativa já ultrapassada por uma concepção de saberes diversos que se traduzem em jogos de linguagem dentro de discursos pragmáticos, orientados para auditórios específicos, cada qual com o seu critério de acreditação, cada um tratado cada vez mais como um produto económico, a vender e a comprar segundo o seu valor de mercado, como se pode depreender das posições de Lyotard. Mas submeter o programa da disciplina à crítica da pósmodernidade parece-nos

constituir um desafio em que, simultaneamente, se poderá verificar a eficácia dos seus conteúdos e metodologias, a eficácia do professor enquanto autoridade, moderação e estímulo sobre a actividade dos estudantes, e ajuizar do sentido crítico que o programa terá contribuído para desenvolver.

Metodologia e Avaliação

O modelo de aula teórico-prática permite uma flexibilidade na docência que visa criar oportunidades de exposição e de debate não espalhadas pelos constrangimentos das aulas exclusivamente expositivas; ao mesmo tempo este modelo adequa-se a turmas cuja dimensão corrente anula as virtualidades das aulas práticas, ou seja, o acompanhamento individualizado do trabalho dos alunos. O modelo teórico-prático constitui assim um híbrido que se ajusta, em princípio, à realidade das dimensões das turmas, e permite, simultaneamente, uma dinamização da reflexão conjunta que potencia a avaliação contínua de conhecimentos.

Há que reconhecer que o número de alunos excede frequentemente o desejável para o prosseguimento de uma metodologia em termos de aula teórico-prática. Um número desejável de vinte ou vinte cinco é, frequentemente, multiplicado por um ou por dois, obrigando à revisão de modelos mais apetecíveis de docência. As propostas de organização do trabalho que a seguir se farão têm em vista permitir o ajustamento das metodologias às realidades diferentes que possam surgir. Foi já feito, em ponto anterior deste relatório, um conjunto de referências às metodologias que se irão adoptar. Faremos agora referência, por isso, apenas a aspectos que se prendem mais directamente com a avaliação.

Será indispensável a apresentação antecipada do programa, acompanhado da indicação das leituras obrigatórias, como anteriormente se referiu. O conjunto de leituras obrigatórias será disponibilizado em fotocópia, o que

permite o seu acesso imediato, ou em edições de fácil aquisição. Pensa-se que deste modo se otimizará uma parte da actividade dos estudantes que não poderão invocar perdas de tempo à procura de espécies bibliográficas que podem não estar disponíveis nas bibliotecas ou nas livrarias. Mas também a compilação dos textos centrais para o desenvolvimento do programa serve o objectivo de uma maior facilidade de manuseamento, já que os textos estarão organizados pela ordem em que serão tratados, o que permite ao estudante um permanente controlo das suas leituras. Também a dimensão destes textos foi pensada no sentido de garantir a recuperação rápida de qualquer atraso que individualmente se verifique. Estas considerações, de carácter eminentemente prático, apenas se justificam dada a penúria dos *stocks* livreiros nas áreas que serão estudadas, e a dificuldade real de aquisição que decorre do preço dos livros estrangeiros.

A extensão do programa da disciplina e as características do seu conteúdo parecem sugerir, desde logo, um grande peso teórico. Sem negar a necessidade de exposição, o trabalho deverá, no entanto, ser conduzido de molde a que o Professor funcione também como coordenador das pesquisas individuais ou de pequenos grupos que deverão complementar as temáticas abordadas nas aulas e definidas no programa.

Os trabalhos dos alunos serão de três tipos:

1. Trabalhos de pesquisa sobre temáticas previamente definidas, com indicação das fontes principais a consultar, como ponto de partida. A elaboração do trabalho envolverá sempre a definição escrita de um “esquema” de desenvolvimento, podendo a apresentação posterior ser oral ou escrita. Desejavelmente todos estes trabalhos serão apresentados e discutidos nas aulas, embora sujeitos a definições rigorosas de utilização de tempo.
2. Trabalhos orientados à partida para o debate, visando gerar práticas de argumentação. Estes partem da definição de um tema polémico e actual, formando-se dois grupos de alunos encarregados de defender pontos de vista opostos. Os grupos trabalhariam sem conhecimento da argumentação dos opositores. Seria designado um moderador, e a totalidade da turma funcionaria como público com espaço para intervenção, uma vez concluída

a apresentação dos pontos de vista opostos e o tempo previamente fixado para a troca de argumentos. Como exemplo poderia avançar desde já os seguintes temas: vantagens e desvantagens da especialização nas sociedades modernas, o malthusianismo e a intervenção dos governos no controlo da natalidade, universidade liberal ou universidade utilitarista, entre outros.

3. Estes trabalhos não excluíam as formas tradicionais do teste, que permite avaliar outro tipo de competências, igualmente importantes, mas poderiam reduzir o número de testes e flexibilizar os critérios de avaliação.

A organização semestral da disciplina poderá implicar uma interrupção das actividades lectivas durante duas ou três semanas, entre os dois semestres. Este seria o momento para a realização de um teste de avaliação sobre a matéria do primeiro semestre, sendo a do segundo avaliada no final do ano lectivo. Esta modalidade implica a conclusão de cada um dos segmentos semestrais respectivamente no meio e no fim do ano. Todos os estudantes teriam, no entanto, que participar numa das outras modalidades de avaliação, por forma a terem dois elementos de avaliação em cada semestre.

Deste modo não seria necessário realizar os testes durante as horas lectivas, que serão um total de 100, distribuídas pelos dois semestres. As 50 horas de cada semestre serão leccionadas em unidades de duas horas. A fim de esquematizar a distribuição das matérias ao longo dos dois semestres apresentam-se, de seguida, os enunciados sumários.

Sumários lectivos

Primeiro semestre

Introdução à análise da cultura

1.a aula: Apresentação geral do programa e da bibliografia. Definição das grandes linhas de análise teórica da cultura: cultura como aperfeiçoamento individual, cultura como modo de vida de um povo, cultura como “representações colectivas”.

2.a aula: Os significados da palavra “cultura” do século XV ao século XVIII. A pluralidade de significados no século XVIII: concepção cosmopolita e reacção de Herder – culturas nacionais. Abertura para futuras problematizações de cultura como *the whole way of life of a people*.

3.a aula: A emergência do conceito sociológico de cultura. Durkheim, Weber. As práticas significativas. A antropologia estrutural e as suas virtualidades para a análise da cultura: Lévy-Strauss e Saussure. Estruturalismo e sincronia. A análise diacrónica: Max Weber.

4.a aula: A análise da cultura e o desencanto com o mundo moderno: Freud, Gramsci, Adorno e Horkheimer. A génese dos estudos culturais: de Leavis a Hoggart e a Williams. A análise da cultura segundo Raymond Williams: a importância da captação do *social character*, do *structure of feeling* e da operação da tradição selectiva. Desenvolvimentos posteriores: pós-estruturalismo, feminismo, historicismo, sub-culturas, estudos pós-coloniais.

5.^a aula: A questão da identidade cultural: parte-se de uma concepção de cultura enquanto representações colectivas, através da produção de discursos sobre a identidade nacional, para determinar a formação de um discurso anglocêntrico que deixa a sua impressão nas concepções modernas de cultura.

0 objecto de estudo: a “Cultura Inglesa”

6.^a aula: A identidade cultural dos povos das Ilhas Britânicas: a história das quatro nações.

7.^a aula: *Englishness* e *Britishness*: a problematização dos conceitos de identidade nacional.

A formação da modernidade

8.^a aula: As formações étnico-culturais das Ilhas Britânicas. Império Romano e cristianização das Ilhas Britânicas. A formação de uma matriz cultural europeia e britânica. A retrospectiva de Beda. As culturas pagãs e a sua convivência com a cultura cristã.

9.^a aula: As Ilhas Britânicas na Idade Média, da conquista normanda ao desmembrar do “império” eduardiano. Definição das matrizes sociológicas que, em traços largos, caracterizam a sociedade medieval e asseguram a transmissão cultural – a composição da família e o sistema de *kinship*, a comunidade local, as cosmologias religiosas e a tradição.

10.^a aula: Desenvolvimento específico das concepções religiosas cristãs, dominantes no mundo medieval, que determinam relações de hierarquia, poder e subordinação. A ética medieval associada aos processos de transmissão do saber. A cultura popular na Idade Média.

11.^a aula: Sistematização dos vectores de mudança que anunciam o colapso do universo medieval e apontam para a modernidade: a substituição dos laços de *kinship* pelas relações interpessoais, o alargamento do espaço e do tempo rompendo a coesão da comunidade local, a emergência do pensamento racionalista rompendo a concepção tradicional do mundo suposta pela cosmologia medieval e a abertura para um pensamento orientado para futuro e já não pautado pela tradição.

A modernidade incipiente

12.a aula: A formação do pensamento humanista como primeiro indicador das rupturas epistemológicas. Caracterização do humanismo italiano e do humanismo nórdico. Thomas More como exemplo do pensamento humanista. Introdução ao estudo de *Utopia* como texto que reflecte as inovações e preocupações dos humanistas.

13.a aula: O estudo de *Utopia* no cruzamento das dimensões sociais, políticas, educacionais e religiosas. Dar-se-á particular ênfase à concepção de racionalidade que subjaz às concepções de comportamento pessoal e organização social. Esta temática constituirá um dos vectores de sistematização das mudanças que ocorrem entre o século XVI e o século XIX, proporcionando diversas comparações diacrónicas.

14.a aula: A Reforma em Inglaterra, segundo indicador de rupturas epistemológicas: A Reforma será perspectivada tanto no contexto religioso como no político e enquanto traço maior da formação da identidade nacional. Enquanto o pensamento humanista é internacional, a Reforma constitui um movimento claro de nacionalização, que passa não apenas pela afirmação de independência face a Roma, mas também de nacionalização de bens e de recursos económicos. Na vertente religiosa serão desde logo avançados alguns dos traços que possibilitarão compreender a formação do Puritanismo.

15.a aula: Renascimento Inglês: a época das ambiguidades e os modos como tardiamente se reflectem na cultura inglesa do período isabelino. Novas reflexões sobre a cosmovisão e as relações entre o sagrado e o profano. Convergências e divergências entre o “medieval” e o “moderno”.

16.a aula: O acentuar da racionalidade e o advento da Revolução Científica. Francis Bacon como fundador do pensamento científico moderno: *Novum Organum* e a enumeração dos obstáculos ao saber objectivo (*idols*) e *The Advancement of Learning* e o novo quadro do saber. Ênfase dada aos novos critérios de racionalidade, objectividade, observação e experimentação. O método indutivo. O estudo de *New Atlantis* como ficção do novo espírito científico, ainda permeado de inúmeros traços de “medievalismo”.

17.a aula: Ortodoxia e dissidência religiosa. O Puritanismo. Tensões político-religiosas no século XVII. *Whigs, Tories e Radicals*. A “Revolução Gloriosa” de 1688 como indicador e *pivot* de mudanças sócio-culturais. Racionalismo e empirismo aplicados à análise e interpretação da formação das sociedades. Hobbes e Locke. Análise da Introdução a *Leviathan*, para verificação da filosofia mecanicista adaptada à leitura do corpo social. Análise de alguns capítulos de *Second Treatise on Civil Government* para a determinação dos impulsos que levam à formação das sociedades, bem como das relações de poder que nelas se estabelecem, do valor dado à propriedade privada e ao princípio da tolerância.

18.a aula: A estrutura social em finais do século XVII e princípios do século XVIII: *ranks* e *orders*. A concepção de *The World We Have Lost*.

A modernidade e o “paradigma do Iluminismo”

19.a aula: A Revolução Agrária e a Revolução Industrial do século XVIII: as transformações na produção e na distribuição populacional que indicam as futuras mudanças estruturais. Comentários de Defoe e de Goldsmith às mudanças observadas.

20.a aula: Revolução Americana e Revolução Francesa. Cidadania, liberdades e representatividade. As posições de Thomas Paine e Edmund Burke. A construção do estado-nação.

21.a aula: Caracterização do “paradigma do Iluminismo”: as fases do Iluminismo e a participação britânica. Os conceitos-chave do Iluminismo: razão, empirismo, ciência, universalismo, progresso, individualismo, tolerância, liberdade, uniformidade da natureza humana, secularismo.

22.a aula: Adam Smith e a riqueza das nações: o princípio da divisão do trabalho, *self love* como princípio positivo de conduta. Malthus e o princípio da população. As concepções iluministas no pensamento dos dois autores.

23.a aula: Bentham e o princípio da felicidade ou da utilidade: definição do princípio e suas implicações futuras na Inglaterra oitocentista. O método de

análise de Bentham. Os princípios do Iluminismo no pensamento deste autor. Aplicações do pensamento benthamita nas reformas sociais (educação, assistência, criminalidade).

24.a aula: Owen e o princípio da formação do carácter: a nova sociedade de New Lanark. Paternalismo e filantropia: o socialismo utópico. Outras iniciativas sociais de Robert Owen. Os mesmos princípios de observação, sistematização e proposição de leis universais sobre o universo social e a natureza humana no pensamento de Adam Smith, Robert Malthus, Jeremy Bentham e Robert Owen.

25.a aula: Sistematização geral. A formação do Estado-nação e da sociedade civil. As estruturas sociais em mudança: classe e *gender*. Cultura e religião: ênfase sobre a ética protestante: o espírito do puritanismo, segundo a leitura de Max Weber. Enunciado dos traços identificados por Weber como traduzindo uma nova atitude relativamente ao trabalho (vocação e ascetismo orientado para o mundo), bem como enunciado das condições históricas e sociais próprias do ocidente e da modernidade que subjazem ao capitalismo moderno (separação da empresa produtiva e da casa como *household*, desenvolvimento das cidades, direito romano, desenvolvimento do estado-nação, formação de uma massa de trabalhadores livres).

Segundo semestre

Mudanças estruturais na modernidade

1.a aula: Definição dos vectores de natureza sociológica que orientam a primeira parte deste semestre: a industrialização e a urbanização. Definição dos vectores culturais: os contrastes acumulados e em permanente tensão dinâmica entre o espírito utilitarista e radical dos *philosophes* de inspiração benthamita, e o espírito idealista e romântico, de inspiração coleridgiana e carlyliana. Reflexão sobre as tensões geradas pelas divergências ideológicas que se reflectem num largo feixe de temáticas cruciais no século XIX que anunciam o aumento da complexidade no século XX.

2.a aula: “Signs of the Times”: análise do ensaio de Carlyle de 1829 como síntese de temáticas anteriores e prelúdio de novas temáticas. Os sinais dos tempos são indicadores de mecanização que Carlyle contrapõe ao espírito “dinâmico”. Alusão à edição de F. R. Leavis dos ensaios de J. S. Mill “Bentham” e “Coleridge”. Idealismo vs. utilitarismo. O clima preparatório da Reforma de 1832.

3.a aula: A Reforma de 1832 como acontecimento *pivot* da primeira metade do século XIX: evocação das mudanças estruturais na sociedade que decorrem da industrialização e do crescimento de novos centros urbanos. As revisões reformistas como expressão do espírito liberal. Comentário ao artigo do *Times* sobre a Reforma.

4.a aula: Expressões do radicalismo depois de 1832: emergência do movimento Cartista e do *trade-unionism*. Macaulay em 1842 respondendo à apresentação dos seis pontos da *Charter*. A *Anti-Corn Law League* e o espírito liberal. As reformas sociais dos anos quarenta. As condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras como problema moral, social e cultural. Carlyle e a condição da Inglaterra, Engels e a cidade de Manchester. Macaulay e Marx sobre o *Ten Hours Bill*.

5.a aula: Educação e cultura: a educação de John Stuart Mill como modelo de

princípios e metodologias utilitaristas. Perspectivação global das implicações do modelo utilitarista na estrutura social e exemplos de iniciativas educacionais em modelo utilitarista tomadas na primeira metade do século XIX. A interpretação ficcional de Dickens em *Hard Times*.

6.^a aula: Educação e cultura: a educação liberal. John Henry Newman e *The Idea of a University*: a definição de educação liberal e a formação do *gentleman*. Matthew Arnold e *Culture and Anarchy*: a definição de cultura e de classe - *Barbarians*, *Philistines* e *Populace*. Os reflexos da educação nas classes sociais.

7.^a aula: Os movimentos revivalistas: o Movimento de Oxford e a revisão da Igreja de Inglaterra. A formação de uma “aristocracia de mérito” como uma nova cavalaria. As diferentes leituras da história como resposta às inquietações do presente.

8.^a aula: O neo-gótico na arquitectura. O Movimento Pré-Rafaelita. A recusa dos modelos clássicos e neo-clássicos (renascentistas e iluministas) nas artes. A crise da imaginação criadora.

9.^a aula: Desenvolvimentos científicos no período vitoriano: Sir Charles Lyell, Robert Chambers, Herbert Spencer. Os princípios da observação da natureza e do rigor na formulação de hipóteses pondo em causa os critérios tradicionais de verdade e de explicação da origem do mundo e da criação do homem.

10.^a aula: O princípio da selecção natural: Darwin e *The Origin of Species*. Implicações religiosas do novo pensamento científico: o “dilema vitoriano”. A impossibilidade de leitura literal da Bíblia exemplificada pelo Bispo Colenso.

11.^a aula: A industrialização triunfante em 1851: a Grande Exposição, o censo populacional. Novos indicadores de constituição da sociedade inglesa: confirmação da urbanização e do declínio do culto anglicano. A ética do trabalho e o *Self Help* de Samuel Smiles. Comentário à substituição da motivação da ética puritana pela motivação do êxito. Comparação entre a concepção de *gentleman* de Smiles e a de Newman, com referência às concepções de educação que lhes subjazem.

12.^a aula: A educação “profissionalizante” e útil: a resposta de T. H. Huxley às posições de Newman e de Arnold. A presença das ciências na Universidade em confronto com o predomínio dos clássicos.

13.a aula: A educação dos trabalhadores para uma sociedade mais justa e criativa: John Ruskin em “Characteristics of Gothic Architecture” e “The Roots of Honour”. De novo a Idade Média como modelo alternativo, ajustável às condições do presente. A recuperação do sentido de identidade nacional. William Morris e *News From Nowhere*: a recuperação dos valores do trabalho na sociedade do futuro, os vícios da internacionalização dos mercados em princípios coloniais, no presente.

14.a aula: A formação da classe trabalhadora inglesa na interpretação de E. P. Thompson e seus desenvolvimentos ao longo do século XIX. A criação de uma cultura das classes trabalhadoras e a emergência de uma *commodity culture* no final do século.

Cultura erudita, cultura popular e cultura de massas

15.a aula: Definição das linhas orientadoras da segunda parte do semestre: articulação do enunciado das circunstâncias sociais e culturais com a produção de teoria cultural. (Deste modo poder-se-á observar um conjunto de transformações susceptíveis de serem narradas historicamente, em estreita articulação com a produção de análise teórica que interpela, descodifica e analisa o mesmo processo, constituindo-se em tendências, ou “escolas”, distintas de análise cultural.) O declínio do espírito industrial e a separação entre a cultura erudita do esteticismo e do modernism e a cultura popular.

16.a aula: O humanismo liberal. A importância da “literatura inglesa” para a formação do paradigma cultural leavisita: a cultura das minorias e a civilização das massas. E. M. Forster e a reflexão sobre o espírito liberal, a tolerância e a cultura. A reflexão sobre a identidade cultural em épocas de crise por ameaça totalitária.

17.a aula: George Orwell e o “carácter inglês”: interpretação da identidade cultural no princípio da Segunda Guerra Mundial. T. S. Eliot e o fim da tradição do humanismo liberal: as condições necessárias para a existência de uma *high culture* deixaram de existir.

18.a aula: A cultura popular e a cultura de massas na primeira metade do

século. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas. Um estudo de caso: a invenção da tradição da monarquia britânica.

19.a aula: A reapreciação da cultura popular: Richard Hoggart em *The Uses of Literacy* e Raymond Williams em “Culture is Ordinary”. A perspectiva “culturalista” da análise da cultura.

20.a aula: O Estado Providência (*Welfare State*) e a sociedade permissiva: os desenvolvimentos das décadas de cinquenta e sessenta que potenciam novas revisões na análise da cultura.

21.a aula: A nova esquerda dos anos setenta e a inclinação política dos estudos de cultura. A influência do estruturalismo francês. Pacifismo, feminismo. O Thatcherismo e o novo conservadorismo. A criação e o desenvolvimento do *Centre for Contemporary Cultural Studies* na Universidade de Birmingham. As novas perspectivas de análise da cultura aí cultivadas, as novas temáticas desenvolvidas até hoje.

Identities and postmodernity

22.a aula: A identidade cultural como construção e narrativa da nação. As novas identidades problematizadas na tensão entre a regionalização e a globalização. As identidades pósmodernas.

23.a aula: Modernidade e pósmodernidade. Indicadores de continuidade e de ruptura: o espaço nacional, a composição populacional, as alterações nos sistemas de produção, a educação, a religião, o comportamento e as atitudes sociais.

24.a aula: Reflexão sobre a pósmodernidade: os debates contemporâneos que definem uma crise no entendimento da própria sociedade e da cultura.

25.a aula: Problematização do programa de Cultura Inglesa I.

Bibliografia

I

1. Textos de leitura obrigatória que serão fotocopiados e reunidos em “antologias”

Os textos estão indicados pela ordem em que deverão ser lidos, e não por ordem alfabética. Por razões práticas os textos serão organizados em quatro volumes, correspondendo os dois primeiros às matérias leccionadas no primeiro semestre, e os dois últimos às do segundo. No segundo semestre serão retomados alguns dos textos da primeira colecção.

I - Análise da cultura e identidade cultural

Williams, Raymond, 1983, (1976), *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. London, Fontana, pp. 87-93.

Bocock, Robert, 1993, “The Cultural Formations of Modern Society”, in *Formations of Modernity*, ed. Stuart Hall and Bram Gieben, Cambridge, Polity Press, pp. 229-74.

Williams, Raymond, 1993, (1958) “Culture is Ordinary”, in *Studying Culture: An Introductory Reader*, ed. Ann Gray and Jim McGigan, London, Edward Arnold, pp. 5-14.

_____. 1971, “The Analysis of Culture”, in *The Long Revolution*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 57-88.

Hall, Stuart, 1993, "The Question of Cultural Identity", in *Modernity and Its Futures*, ed. Stuart Hall, David Held and Tony McGrew, Cambridge, Polity Press, pp. 273-325.

Kumar, Krishan, 1995, "'Britishness' and 'Englishness': What Prospect for a European Identity in Britain Today?", in *British Studies Now*, ed. Nick Wadham-Smith, The British Council, pp. 77-96.

II - A formação da modernidade e o "paradigma do Iluminismo"

Bede, 1995, (731), *Ecclesiastical History of the English People*, London, Penguin Books, pp. 103-4, 322-28.

Hobbes, Thomas, 1975, (1651), *Leviathan*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 81-3, 118-60, 183-201 e 223-8.

Locke, John, 1992, (1689), *Two Treatises of Government*, ed. Peter Laslett, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 269-82, 285-302, 318-49.

Paine, Thomas, 1985, (1776), *Common Sense*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 65-81.

_____. 1977, (1791-2) *Rights of Man*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 138-69.

Hamilton, Peter, 1993, "The Enlightenment and the Birth of Social Science", in *Formations of Modernity*, ed. Stuart Hall and Bram Gieben, Cambridge, Polity Press, pp. 17-69.

Smith, Adam, 1970, (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 109-21.

Malthus, Thomas Robert, 1970, (1798), *An Essay on the Principle of Population*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 67-72.

Bentham, Jeremy, 1996, (1789), *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, ed. J. H. Burns and H. L. A. Hart, Oxford, Clarendon Press, pp. 11-50.

Owen, Robert, 1970, (1813-4), *A New View of Society*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 87-108.

Weber, Max, 1976, (1930), *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. Talcott Parsons, intr. Anthony Giddens, London, George Allen & Unwin, pp. 1-12.

III. A modernidade

Carlyle, Thomas, 1981, (1829) "Signs of the Times", in *The Victorian Prophets: A Reader from Carlyle to Wells*, ed. Peter Keating, Glasgow, Fontana Paperbacks, pp. 43-68.

Young, Robert, 1996, "The Idea of a Chrestomathic University", in *Torn Halves: Political Conflict in Literary and Cultural Theory*, Manchester, Manchester University Press, pp. 184-221.

Forster, E. M., 1953, (1920) "Notes on the English Character", in *Abinger Harvest*, London, Edward Arnold, pp. 11-25.

_____. 1951, (1931-41) "What I Believe", "Culture and Freedom", "Does Culture Matter", "Tolerance", in *Two Cheers for Democracy*, London, Edward Arnold, pp. 43-7, 55-8, 77-85, 110-6.

Orwell, George, 1984, (1941) "England Your England", in *Inside the Whale and Other Essays*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 63-90.

Eliot, T. S., 1979, (1948) *Notes Towards the Definition of Culture*, London, Faber and Faber, pp. 13-34.

IV - Modernidade e pós-modernidade

Lury, Celia, 1993, "Popular Culture and the Mass Media", in *Social and Cultural Forms of Modernity*, ed. Robert Boccock and Kenneth Thompson, Cambridge, Polity Press, pp. 367-416.

Cannadine, David, 1992, "The Context, Performance and Meaning of Ritual: the British Monarchy and the Invention of Tradition", in *The Invention of Tradition*, eds. Eric Hobsbawm and Terence Ranger, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 101-64.

Ford, Boris, (ed.), 1992, "The Cultural and Social Setting", in *Modern Britain, The Cambridge Cultural History of Britain*, Vol. IX, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-44.

McLennan, Gregor, 1993, "The Enlightenment Project Revisited", in *Modernity and Its Futures*, ed. Stuart Hall, David Held and Tony McGrew, Cambridge, Polity Press, pp. 327-77.

2. Textos de leitura obrigatória, em edição corrente

Bacon, Francis, 1974, (1605-1627), *The Advancement of Learning and New Atlantis*, London, Oxford University Press, (Poderá ser usada outra edição, desde que seja em inglês e fidedigna).

Haight, Gordon, S., (ed.), 1976, *The Portable Victorian Reader*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 48-53, 60-7, 190-210, 218-22, 231-7, 247-57, 296-306, 388-91, 427-37, 452-68, 483-90, 519-29, 574-95.

More, Thomas, *Utopia*, 1993, (1515), ed. George M. Logan and Robert Adams, Cambridge, Cambridge University Press. (Poderão ser usadas outras edições, desde que sejam fidedignas).

II

Bibliografia complementar, recomendada aos estudantes

1. Obras de carácter geral:

Abercrombie, Nicholas, Stephen Hill and Bryan S. Turner, (eds.), 1988, *The Penguin Dictionary of Sociology*, London, Penguin Books.

Ford, Boris, (ed.), 1992, *The Cambridge Cultural History of Britain*, 9 vols., Cambridge, Cambridge University Press.

Gilbert, Martin, 1993, *The Dent Atlas of British History*, London, JM Dent.

Gilley, Sheridan and W. J. Sheils, (eds.), 1994, *A History of Religion in Britain: Practice and Belief from Pre-Roman Times to the Present*, Oxford UK and Cambridge USA, Blackwell.

Gusdorf, Georges, 1960, *Introduction aux sciences humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement*, Paris, Les Belles Lettres.

Kearney, Hugh, 1995, *The British Isles: A History of Four Nations*, Cambridge, Cambridge University Press.

Leal de Faria, Luisa, 1996, *Sociedade e Cultura Inglesas*, Lisboa, Universidade Aberta.

Morgan, Kenneth O., (ed.), 1992, *The Oxford History of Britain*, 5 vols., Oxford, Oxford University Press.

Oakland, John, 1993, *British Civilization: An Introduction*, London and New York, Routledge, 3rd. ed.

- Pope, Rob, 1998, *The English Studies Book*, London and New York, Routledge.
- Pounds, N. J. G., 1994, *The Culture of the English People: Iron Age to the Industrial Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sorry, Mike and Peter Childs, (eds.), 1997, *British Cultural Identities*, London and New York, Routledge.

2. Análise da cultura:

- Adorno, Theodor and Max Horkheimer, 1992, (1944), *Dialectic of Enlightenment*, trans. John Cumming, London, New York, Verso.
- Barry, Peter, 1995, *Beginning Theory: An Introduction to Literary and Cultural Theory*, Manchester and New York, Manchester University Press.
- Bassnett, Susan, (ed.), 1997, *Studying British Cultures: An Introduction*, London and New York, Routledge.
- Chaney, David, 1994, *The Cultural Turn: Scene-Setting Essays on Contemporary Cultural History*, London and New York, Routledge.
- During, Simon, (ed.), 1993, *The Cultural Studies Reader*, London, Routledge.
- Easthope, Antony, 1991, *Literary Into Cultural Studies*, London and New York, Routledge.
- Frow, John, 1995, *Cultural Studies and Cultural Value*, Oxford, Clarendon Press.
- Geertz, Clifford, 1993, (1973), *The Interpretation of Cultures*, London, Fontana Press.
- Jenks, Chris, 1995, *Culture*, London and New York, Routledge.
- Inglis, Fred, 1993, *Cultural Studies*, Oxford UK and Cambridge USA, Blackwell.
- Kroeber, A. L. and Clyde Kluckhohn, 1963, (1952), *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*, New York, Vintage Books.
- Storey, John, 1993, *An Introductory Guide to Cultural Theory and Popular Culture*, New York, Harvester Wheatsheaf.
- _____. 1996, *Cultural Studies and the Study of Popular Culture: Theory and Methods*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- Strinati, Dominic, 1995, *An Introduction to Theories of Popular Culture*, London and New York, Routledge.
- Williams, Raymond, 1981, *Culture*, Glasgow, Fontana Paperbacks.

3. A modernidade incipiente:

Burke, Peter, 1994, *Popular Culture in Early Modern Europe*, Cambridge, Scholar Press.

Bindoff, S. T., 1967, *Tudor England*, Harmondsworth, Penguin Books.

Chadwick, Owen, 1990, (1964) *The Reformation*. London, Penguin Books.

Hill, Christopher, 1980, *The Century of Revolution, 1630-1714*, Walton-on-Thames, Thomas Nelson & Sons Ltd.

_____. 1964, *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*. New York, Schocken Books.

_____. 1975, *Reformation to Industrial Revolution, 1530-1780*. Harmondsworth, Penguin Books.

Laslett, Peter, 1983, *The World We Have Lost, Further Explored*, London, Routledge.

Sharpe, A. J., 1987, *Early Modern England: A Social History, 1550-1760*, London, Edward Arnold.

Stone, Lawrence, 1979, *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, London, Penguin Books.

Tawney, R. H., 1964, *Religion and the Rise of Capitalism*, Harmondsworth, Penguin Books.

Thomas, Keith, 1991, *Religion and the Decline of Magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*, London, Penguin Books.

Tillyard, E. M. W., 1966, *The Elizabethan World Picture*, Harmondsworth, Penguin Books.

4. A modernidade:

Bédarida, François, 1990, *A Social History of England, 1851-1990*, trans. A. S. Forster, London, Routledge.

Briggs, Asa, 1988, *Victorian Things*, Chicago, The University of Chicago Press.

Carey, John, 1992, *The Intellectuals and the Masses: Pride and Prejudice Among the Literary Intelligentsia, 1880-1939*, London, Boston, Faber and Faber.

Chadwick, Owen, 1993, (1975), *The Secularization of the European Mind in the Nineteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Hobsbawm, E. J., 1975, *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*, London, Abacus, 1977.
- _____. 1990. (1968) *Industry and Empire: From 1750 to the Present Day*, Harmondsworth, Penguin Books.
- _____. 1994, *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*, London, Abacus.
- _____. and Terence Ranger, (eds.), 1992, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Houghton, Walter E., 1972, *The Victorian Frame of Mind 1830-1870*, New Haven and London, Yale University Press.
- Johnson, Paul, (ed.), 1994, *20th Century Britain: Economic, Social and Cultural Change*, London, Longman.
- Ledger, Sally and Scott McCracken, (eds.), 1995, *Cultural Politics at the Fin de Siècle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Leavis, F. R., (ed.), 1980, *Mill on Bentham and Coleridge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Marwick, Arthur, 1990, *British Society Since 1945*, Oxford, Basil Blackwell.
- _____. 1991, *Culture in Britain Since 1945*. Oxford, Basil Blackwell.
- Nichols, David, 1994, *Deity and Domination: Images of God and the State in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, London and New York, Routledge.
- Pearce, Malcolm and Geoffrey Stewart, 1996, *British Political History, 1867-1995: Democracy and Decline*, 2nd. ed., London and New York, Routledge.
- Perkin, Harold, 1986, *Origins of Modern English Society*, London, Routledge.
- Richards, Thomas, 1991, *The Commodity Culture of Victorian England: Advertising and Spectacle, 1851-1914*, London, New York, Verso.
- Royle, Edward, 1987, *Modern Britain, 1750-1985*, London, Edward Arnold.
- Rubinstein, W. D., 1994, *Capitalism, Culture and Decline in Britain, 1750-1990*, London and New York, Routledge.
- Thompson, E. P., 1966, (1963), *The Making of the English Working Class*, New York, Vintage Books.
- Taylor, A. J. P., 1979, *English History 1914-1945*, Harmondsworth, Penguin Books.

Wiener, Martin J., 1985, *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit, 1850-1980*, Harmondsworth, Penguin Books.

Williams, Raymond, 1963, (1958), *Culture and Society, 1780-1950*, Harmondsworth, Penguin Books.

5. A contemporaneidade e a pósmodernidade:

Abercrombie, Nicholas and Alan Warde, (eds.), 1993, *Social Change in Contemporary Britain*, Cambridge, Polity Press.

_____, et al., 1992, *Contemporary British Society: A New Introduction to Sociology*, Cambridge, Polity Press.

Ashcroft, Bill, Gareth Griffiths and Helen Tiffin, 1994, *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, London and New York, Routledge.

Centre For Contemporary Cultural Studies, 1994, *The Empire Strikes Back: Race and Racism in 70's Britain*, London and New York, Routledge in association with the Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham.

Chambers, Iain and Lidia Curti, (eds.), 1996, *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*, London and New York, Routledge.

Cohen, Phil, 1997, *Rethinking The Youth Question: Education, Labour and Cultural Studies*, London, Macmillan.

Ellis, John, 1994, *Visible Fictions: Cinema, Television, Video*, London and New York, Routledge.

Fiske, John, 1993, *Television Culture*, London and New York, Routledge.

Giddens, Anthony, 1990, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.

Habermas, Jürgen, 1994, *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*, trans. Frederick Lawrence, Cambridge, Polity Press.

Harvey, David, 1994, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Cambridge Mass., Blackwell.

Hall, Stuart and Tony Jefferson, 1996, *Resistance Through Rituals: Youth Sub-Cultures in Post-War Britain*, London, Routledge.

Hall, Stuart, Dorothy Hobson, Andrew Lowe and Paul Willis, 1996, *Culture, Media Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*, London, Routledge in

association with the Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham.

Hebdige, Dick, 1990, *Hiding in the Light: On Images and Other Things*, London and New York, Routledge.

_____. 1993, *Subculture: The Meaning of Style*, London and New York, Routledge.

Jameson, Frederic, 1991, *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*, London, Verso.

Lyotard, Jean-François, 1979, *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Rowe, David, 1995, *Popular Cultures: Rock Music, Sport and the Politics of Pleasure*, London, SAGE Publications.

Seidman, Steven, 1995, *The Postmodern Turn: New Perspectives on Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

III

Obras que influenciaram a concepção do programa e o tratamento de diversas temáticas

Althusser, Louis and Étienne Balibar, 1997, (1968), *Reading Capital*, trans. Ben Brewster, London, Verso.

Bhabha, Homi K., 1994, *The Location of Culture*, London and New York, Routledge.

Benjamin, Walter, 1968, (1955), *Illuminations: Essays and Reflections*, ed. intr. Hannah Arendt, trans. Harry Zohn, New York, Schocken Books.

_____. 1992, (1970, 1974, 1976), *One Way Street and Other Writings*, intr. Susan Sontag, trans. Edmund Jephcott and Kingsley Shorter, London, Verso.

Belsey, Catherine, 1980, *Critical Practice*, London and New York, Routledge.

Budick, Sanford and Wolfgang Iser, (eds.), 1996, *The Translatability of Cultures: Figurations of the Space Between*, Stanford, Stanford University Press.

Cohen, Robin, 1997, *Global Diasporas: An Introduction*, London, UCL Press.

Eagleton, Terry, 1997, *The Illusions of Postmodernism*, Oxford, Blackwell Publishers.

- Fish, Stanley, 1995, *Professional Correctness: Literary Studies and Political Change*. Oxford, Clarendon Press.
- Foucault, Michel, 1997, (1961), *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*, trans. Richard Howard, London, Routledge.
- _____. 1991, (1975), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, trans. Alan Sheridan, London, Penguin Books.
- Frow, John, 1997, *Time and Commodity Culture: Essays in Theory and Postmodernity*. Oxford, Clarendon Press.
- Gellner, Ernest, 1996, *Encounters with Nationalism*. Oxford, Blackwell Publishers.
- Gramsci, Antonio, 1991, (1929-35), *Selections from Prison Notebooks*, ed. trans. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith, London, Lawrence and Wishart.
- Hall, Stuart, 1996, *Critical Dialogues in Cultural Studies*, ed. David Morley and Kuan-Hsing Chen, London and New York, Routledge.
- Huyssen, Andreas, 1986, *After the Great Divide: Modernism, Mass Culture and Postmodernism*, London, Macmillan.
- Moore-Gilbert, Bart, 1997, *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London, New York, Verso.
- Said, Edward, 1991, (1983), *The World, the Text and the Critic*, London, Vintage.
- _____. 1995, (1978), *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*, London, Penguin Books.
- _____. 1994, *Culture and Imperialism*, London, Vintage.
- Sinfield, Alan, 1992, *Faultlines: Cultural Materialism and the Politics of Dissident Reading*, Oxford, Clarendon Press.
- Young, Robert J. C., 1996, *Torn Halves: Political Conflict in Literary and Cultural Theory*, Manchester, Manchester University Press.
- White, Allon, 1993, *Carnival, Hysteria and Writing: Collected Essays and Autobiography*, intr. Stuart Hall, Oxford, Clarendon Press.
- Williams, Raymond, 1975, *The Country and the City*, Frogmore, Granada Publishing.
- _____. 1997, (1980), *Problems in Materialism and Culture*, London, New York, Verso.
- Wilson, Scott, 1995, *Cultural Materialism: Theory and Practice*, Oxford UK and Cambridge USA, Blackwell.

Notas

- 1 Nick Wadham-Smith, 1995, "What is British Studies", in *British Studies Now*, ed. Nick Wadham-Smith, The British Council, p. 1.
- 2 Alan Durant, 1997, "Facts and Meanings in British Cultural Studies", in *Studying British Cultures: An Introduction*, ed. Susan Bassnett, Routledge, London and New York, p. 21.
- 3 A natureza dos materiais a integrar numa disciplina de cultura inglesa será um tema a tratar mais adiante neste projecto, dada a importância fundamental de que se revestem para a caracterização da disciplina.
- 4 Clifford Geertz, 1993, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, London, Fontana Press, p. 5.
- 5 id., p. 27.
- 6 A publicação que consultámos intitula-se, enigmaticamente, *Inglês: Nível de Continuação da Língua Estrangeira I, Programa*. Abril 1995, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário.
- 7 Estas cinco definições são desenvolvidas por Raymond Williams em *Keywords* e retomadas, para a introdução aos estudos das formações culturais da sociedade moderna, por Robert Bockock no capítulo "The Cultural Formations of Modern Society", incluído no volume *Formations of Modernity*, editado por Stuart Hall e Bram Gieben, como primeiro volume do curso de sociologia da Open University britânica, em 1993. Estes textos deverão ser facultados em fotocópia aos estudantes.
- 8 Robert Bockock, op. cit., p. 232.
- 9 Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 1976, trans. Talcott Parsons, intr. Anthony Giddens, London, George Allen and Unwin, pp. 180-1.
- 10 Theodor W. Adorno & Max Horkheimer, 1992, *Dialectic of Enlightenment*, trad. John Cumming, London, Verso, pp. 120-167. A leitura do capítulo "The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception" será recomendada mas não considerada obrigatória, por razões de limitação da bibliografia de leitura obrigatória dentro de parâmetros de exequibilidade.
- 11 Raymond Williams, 1993, "Culture is Ordinary", in *Studying Culture: An Introductory Reader*. Ed. Ann Gray and Jim McGigan, London, Edward Arnold, pp. 5-14. Este texto será disponibilizado em fotocópia.
- 12 Raymond Williams, 1971, (1961), *The Long Revolution*, Harmondsworth, Penguin Books. O capítulo "The Analysis of Culture" será disponibilizado em fotocópia.
- 13 Stuart Hall, David Held and Tony McGrew, eds., 1993, *Modernity and Its Futures*, Cambridge, Polity Press in association with the Open University, p. 275.

- 14 Hugh Kearney, 1995, *The British Isles: A History of Four Nations*. Cambridge, Cambridge University Press. A consulta desta obra será recomendada, mas não fará parte do conjunto de leituras obrigatórias.
- 15 Krishan Kumar, "Britishness' and 'Englisshness': What Prospect for a European Identity in Britain Today", in *British Studies Now*, op. cit., pp. 82-96.
- 16 *Utopia*, de Thomas More, é um texto de leitura obrigatória. Recomendar-se-á a edição de George M. Logan e Robert M. Adams para a Cambridge University Press, 1993, mas poderão ser aceites outras edições.
- 17 *New Atlantis*, de Francis Bacon, será também de leitura obrigatória. Não se imporá uma edição, mas recomendar-se-á a aquisição do texto em publicação conjunta com *The Advancement of Learning*.
- 18 Os excertos acima referidos são de leitura obrigatória, e serão distribuídos em fotocópia, partindo das seguintes edições: Thomas Hobbes, *Leviathan*, ed. C. B. Macpherson, Harmondsworth, Penguin Books, 1975 e John Locke, *Two Treatises of Government*, ed. Peter Laslett, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- 19 O texto de Defoe será apenas recomendado, especialmente a narrativa sobre o West Riding, contida na Carta 8 (North Midlands and Yorkshire), Vol. III, na edição Penguin, 1971.
- 20 E. P. Thompson, 1966, *The Making of the English Working Class*, New York, Vintage Books. Esta obra será recomendada na bibliografia complementar.
- 21 Thomas Paine, 1985, *Common Sense*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 65-81. Estas páginas serão de leitura obrigatória e disponibilizadas em fotocópia.
- 22 Edmund Burke, 1976, *Reflections on the Revolution in France*, ed. Conor Cruise O'Brien, Harmondsworth, Penguin Books. Thomas Paine, 1977, *Rights of Man*, ed. Henry Collins, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 138-169.
- 23 Adam Smith, 1976, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, ed. Andrew Skinner, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 109-121.
- 24 Thomas Robert Malthus, 1970, *An Essay on the Principle of Population*, ed. Antony Flew, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 67-72.
- 25 Jeremy Bentham, 1996, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, ed. J. H. Burns e H. L. A. Hart, Oxford, Clarendon Press, pp. 11-50.
- 26 Robert Owen, 1970, *A New View of Society*, ed. V. A. C. Gatrell, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 87-108.
- 27 Max Weber, 1976, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. Talcott Parsons, intr. Anthony Giddens, London, George Allen & Unwin, pp. 1-12.
- 28 Por razões de apresentação gráfica o ensaio de Carlyle será fotocopiado a partir da

- edição de Peter Keating, 1981, *The Victorian Prophets: A Reader from Carlyle to Wells*, Glasgow, Fontana Paperbacks, pp. 43-68.
- 29 Gordon S. Haight, 1976, *The Portable Victorian Reader*, Harmondsworth, Penguin Books. Todas as referências aos excertos seleccionados passarão a estar indicadas no texto.
- 30 Robert J. C. Young, 1996, *Torn Halves: Political Conflict in Literary and Cultural Theory*, Manchester, Manchester University Press, pp. 184-221.
- 31 Samuel Smiles, 1969, *Self-Help: The Art of Achievement Illustrated by Accounts of the Lives of Great Men*, intr. Asa Briggs, London, John Murray.
- 32 John Ruskin, 1996, *Lectures on Art*, New York, Allworth Press. Será de comentar, em particular, a conferência inaugural, embora muitos outros aspectos tenham o maior interesse, nomeadamente as posições de expressão imperialista que Ruskin subescreve.
- 33 Martin J. Wiener, 1985, *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit, 1850-1980*, Harmondsworth, Penguin Book.
- 34 E. M. Forster, 1953, *Abinger Harvest*, London, Edward Arnold, pp. 11-25.
- 35 E. M. Forster, 1951, *Two Cheers for Democracy*, London, Edward Arnold, pp. 43-7, 55-8, 77-85, 110-6.
- 36 George Orwell, 1984, *Inside the Whale and Other Essays*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 63-90.
- 37 John Carey, 1992, *The Intellectuals and the Masses: Pride and Prejudice among the Literary Intelligentsia, 1880-1939*, London, Faber and Faber. Esta leitura será recomendada, como fonte complementar.
- 38 Celia Lury, 1993, in *Social and Cultural Forms of Modernity*, ed. R. Bocoock e K. Thompson, Cambridge, Polity Press in association with The Open University, pp. 367-416.
- 39 David Cannadine, 1992, in *The Invention of Tradition*, ed. Eric Hobsbawm and Terence Ranger, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 101-64.
- 40 Boris Ford, ed., 1992, *Modern Britain*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-44.
- 41 John Oakland, 1993, *British Civilization: An Introduction*, London, Routledge.
- 42 Gregor McLennan, 1993, "The Enlightenment Project Revisited", in *Modernity and Its Futures*, Cambridge, Polity Press in association with the Open University, pp. 327-77.

